

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO

FABIANO ANDERSSON

**AS AÇÕES DO PODER PÚBLICO MUNICIPAL PARA O SETOR DE
RECICLAGEM DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PORTO ALEGRE:
UM ESTUDO EXPLORATÓRIO**

PORTO ALEGRE (RS)
MARÇO DE 2005

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO
PROPOSTA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

FABIANO ANDERSSON

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós Graduação em Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Administração

ORIENTADORA: Prof^ª. Dr^ª. Rosinha da Silva Machado Carrion

PORTO ALEGRE (RS)
FEVEREIRO DE 2005

*“As pessoas precisam acreditar que
podem mudar a realidade.
Se deixarem de ter fé nisso,
não restará nada além da alienação”
(Bono Vox).*

Dedico este trabalho à Beatriz, Volnei e Adriana.

AGRADECIMENTOS

Agradeço à minha orientadora professora Rosinha Carrion pelo apoio, pela força e pelas trocas, mas, principalmente, pelas cobranças, críticas e correções, muitas vezes doloridas, mas que criaram uma condição essencial ao meu desenvolvimento pessoal.

A todos os professores com quem cursei as disciplinas do mestrado, Luis Roque Klering, Rosinha Carrion, João Luiz Becker, Elaine Antunes, Neusa Cavedon, Valmíria Piccinini, Marina Nakayama e Maria Beatriz Luce; destacando-se a o aprendizado e o apoio recebido pela professora Marina.

Aos participantes do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre Terceiro Setor (NIPETS) com os quais compartilhei diversos momentos de crescimento e de amizade durante este período.

A todos os meus colegas da turma 2003 e 2004 do PPGA com os quais vivi fortes emoções tanto nos momentos de angústia quanto nos bons momentos, principalmente nos churrascos da minha casa ou na casa da Juliana ou até mesmo nos jogos de futebol. Entretanto, gostaria de deixar uma dedicatória especial aos amigos Gerson e Christine, nas muitas vezes em que me aturaram nas dificuldades passadas durante este período, bem como nos momentos de alegria que tivemos neste momento. E, também, aos meus amigos Byron e Takeyoshi, que, embora tivéssemos poucas oportunidades de cursar disciplinas juntos, acabamos cultivando um forte laço de amizade que se estendeu para fora do ambiente acadêmico.

Como poderia deixar de agradecer aos meus amigos de condomínio, principalmente, Roger, Paulinho, Felipe, Venâncio e Adão, que em diversas horas foram os meus pilares para o enfrentamento das dificuldades da conclusão do mestrado.

Agradeço igualmente à minha namorada, minha mãe e meu pai pelo amor e carinho e também pela vigilância e insistência e suporte, permitindo que eu pudesse manter tranqüilamente o foco na conclusão da minha dissertação.

E, finalmente, agradeço aos professores Luis Felipe Nascimento, Antônio Carvalho Neto e Maria Ceci Misoczky pela inestimável colaboração a partir das críticas e sugestões recebidas na banca da dissertação, a partir das quais este trabalho pode amadurecer e englobar novas discussões, novos elementos e novos enfoques.

SUMÁRIO

LISTA DE QUADROS	VIII
LISTA DE FIGURAS	IX
LISTA DE ABREVIATURAS	X
RESUMO	XII
ABSTRACT	XIII
INTRODUÇÃO	14
1. DEFINIÇÃO DO PROBLEMA	14
1.2. Objetivos	18
1.2.1 Objetivo Geral	18
1.2.2 Objetivos Específicos	18
1.3. Justificativa	18
2. REVISÃO DE LITERATURA	21
2.1 A Crise do Modelo Fordista e as suas Conseqüências no Mundo do Trabalho	21
2.2 O Processo de Descentralização da Gestão das Políticas Sociais do Âmbito Federal para as Esferas Estadual e Municipal do Governo	29
2.3 Economia Popular Solidária	36
2.3.1 Economia Popular Solidária: como Estratégia de Inclusão Social	36
2.3.2 Economia Solidária: em busca de um conceito	39
2.3.3 Características dos Empreendimentos Solidários	45
2.3.4 Dificuldades da Economia Popular Solidária	48
2.3.5 Autogestão: um Princípio Fundamental de Economia Popular Solidária	51
2.4 Urbanização: o Desafio da Preservação Ambiental	56
2.4.1 Urbanização e Saturação do Meio Ambiente	56
2.4.2 Resíduos Sólidos: Desafio Ambiental	58
2.4.3 Classificação dos Resíduos Sólidos	61
2.4.4 Destino Final dos Resíduos Sólidos: Um Problema de Gestão	62
2.4.5 A Coleta Seletiva	65
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	68
3.1 Delineamento da Pesquisa	68
3.2 Definição do Público-Alvo	69
3.3 Coleta de Dados	69

4. PODER PÚBLICO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PORTO ALEGRE:	71
4.1 Introdução	71
4.2 O Lado Humano da Reciclagem	75
4.3 Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos em Porto Alegre	79
4.3.1 A Coleta Seletiva em Porto Alegre	81
4.4 A Organização dos Trabalhadores em Associações: a Tentativa de Estruturá-los em Moldes Solidários	85
4.5 As Ações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em prol da Economia Popular Solidária	94
4.5.1 Projeto de Qualificação para o Trabalho	94
4.5.2 O Projeto de Ações Coletivas	96
4.5.3 O Projeto de Artesanato	97
4.5.4 O Projeto Reciclar	98
4.6 As Ações do Projeto Reciclar	98
4.6.1 A Usina de Reciclagem de Material Plástico	99
4.6.2 O Poder Público Pensando no Futuro	103
4.6.2.1 O Projeto de Modernização das Unidades de Triagem	103
4.6.2.2 A Central de Comercialização de Materiais Recicláveis	105
4.6.2.3 O Projeto Papel Social	107
4.7 O Programa Entrada da Cidade	109
4.8 Refletindo sobre as Ações do Poder Público para a Consolidação de um Setor de Reciclo em Bases Populares no Município de Porto Alegre	110
5. CONCLUSÕES	116
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	120
7. ANEXOS	129
Anexo 1 - Período de Abrangência da Investigação: do momento em que foi implantada a coleta seletiva em Porto Alegre (início dos anos 90) até hoje	
Anexo 2 - Roteiro de Entrevista: Alexandre Stole – PIEC	
Anexo 3 - Roteiro de Entrevista: Mayra Huergo - DMLU	
Anexo 4 - Roteiro de Entrevista: Sr. Machado – DMLU	

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Tipologia de Características Essenciais a qualquer Organização que se auto denomine gerida sob os princípios da EPS	55
Quadro 2: População Mundial Urbana e Rural	57
Quadro 3: Produção per Capita em kg/habitantes por dia de algumas cidades	63
Quadro 4: Situação do Lixo no Brasil segundo o IBGE	63
Quadro 5: Reciclagem no Brasil em 1997	65
Quadro 6: Estabelecimentos e Empregos Formais em Porto Alegre – 2002	73
Quadro 7: Bairros atendidos pelo sistema de coleta seletiva em Porto Alegre	82
Quadro 8: Unidades de Triagem em Porto Alegre	89
Quadro 9: Fluxo básico de trabalho das Unidades de Triagem	90
Quadro 10: Estratégias e Desafios da Qualificação para o Trabalho	96
Quadro 11: Exigências básicas de operação da empresa permissionária da URMP	100
Quadro 12: Quantidades mínimas de operação da URMP exigidas no Termo de Permissão de Uso	101
Quadro 13: Obrigações dos envolvidos na URMP	101
Quadro 14: Fórmula do repasse do faturamento da permissionária às associações de reciclagem	102
Quadro 15: Características do Conselho Consultivo	103
Quadro 16: Ações do Poder Público em Prol do Setor de Reciclagem em Porto Alegre	112

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Taxa de Desemprego Aberto em Porto Alegre – 1994 a 2002	74
Figura 2: Taxa de Desemprego Aberto em Porto Alegre com Ajuste Sazonal – novembro de 2001 a novembro de 2002	75

LISTA DE ABREVIATURAS

Abreviatura	Completo
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ADS	Agência de Desenvolvimento Solidário
ANTEAG	Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias
ASA	Articulação do Semi-Árido
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCMR	Central de Comercialização de Materiais Recicláveis
CEBO	Comunidades Eclesiais de Base
CEFET-RS	Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas
CNBB	Confederação Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura
CS	Coleta Seletiva
CUT	Central Única dos Trabalhadores
DMLU	Departamento Municipal de Limpeza Urbana
EA	Escola de Administração
EPS	Economia Popular Solidária
FARRGS	Federação das Associações de Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul
FASC	Fundação de Assistência Social e Cidadania
FONPLATE	Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata
GIRS	Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos
HABIT	Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
METROPLAN	Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional
MST	Movimento dos Sem-Terra
NBR	Normas Brasileiras
ONG	Organização Não-Governamental
OP	Orçamento Participativo

PAC	Projeto de Ações Coletivas
PACO	Projetos Alternativos Comunitários
PACS	Projeto Alternativo para o Cone sul
PE	Polietileno/ Poliolefinas
PET	Politereftalato de Etileno
PETC	Projeto Educação para o Trabalho e Cidadania
PETI	Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil
PEV	Postos de Integra Voluntária
PIB	Produto Interno Bruto
PIEC	Projeto Integrado Entrada da Cidade
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PP	Polipropileno
PPGA	Programa de Pós-Graduação em Administração
PTA	Redes de Tecnologias Apropriadas
RAP	Projeto de Reinserção na Atividade Produtiva
RBSSES	Rede Brasileira da Sócio-Economia Solidária
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial
SENAES	Secretaria Nacional de Economia Solidária
SEP	Supervisão de Economia Popular
SMC	Secretaria Municipal de Cultura
SMIC	Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio
UFRGS	Universidade Federal do Rio Grande do Sul
URMP	Usina de Reciclagem de Material Plástico
UT	Unidade de Triagem
UTC	Usina de Triagem e Compostagem
UTs	Unidades de Triagem

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar a contribuição das ações do Poder Público Municipal de Porto Alegre (RS) para a consolidação, em moldes solidários, das Unidades de Triagem (UTs) integrantes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (GIRS). A implantação do GIRS no município marca uma mudança no paradigma predominante até então, na qual o poder público municipal, em vez de simplesmente abandonar os resíduos municipais em lixões, passa a gerenciá-los, de modo a reduzir, reciclar e reaproveitar materiais, enxergando, assim, as atividades de limpeza pública de modo global e relacionadas às demandas econômicas, culturais e sociais da sociedade. Para a consecução deste trabalho, escolheu-se um estudo do tipo exploratório, mas também descritivo, no qual, na coleta de dados, além de extensa análise documental, foram realizadas duas rodadas de entrevistas com agentes da rede pública de órgãos da Prefeitura Municipal de Porto Alegre que mantêm interação com os recicladores e participam diretamente da formulação das ações públicas em prol da reciclagem de resíduos sólidos no município, buscando-se identificar a real contribuição do poder público municipal para a consolidação das UTs. Os resultados sugerem que as UTs passaram a morder a política municipal de resíduos sólidos. O poder público classificou estas iniciativas como características de empreendimentos de Economia Popular Solidária e, por meio do Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) e da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), desenvolveu diversas ações com o intuito de alavancar o programa de reciclagem de Porto Alegre. Todas estas ações visam fornecer uma contribuição para a inclusão social dos excluídos do sistema formal, bem como o desenvolvimento de condições de auto-sustentabilidade para a emancipação das associações de catadores. Em relação às unidades de triagem, conclui-se que há uma mudança de foco nas ações do poder público. Em um primeiro momento, estas unidades eram vistas como uma forma de trazer da informalidade para a formalidade grupos de pessoas que tivessem antecedentes ou estivessem envolvidas com atividades relacionadas à catação de resíduos tanto nas ruas como em lixões. Com os resultados positivos do projeto, institucionalizou-se a criação das UTs, com a conseqüente alimentação de matéria-prima via Coleta Seletiva (CS), como o principal projeto de geração de trabalho e renda do governo municipal. Entretanto, em virtude do agravamento da crise econômica enfrentada pelo país, houve um crescimento do número de catadores independentes nas ruas de Porto Alegre, tanto de catadores em condição de exclusão quanto catadores patrocinados por empresas interessadas no material do reciclado. Como conseqüência deste processo, está havendo uma diminuição da quantidade de resíduos coletados pela CS, o que já está ocasionando quedas nos rendimentos dos trabalhadores nas associações que dependem do DMLU para a obtenção de resíduos, evidenciando a necessidade da geração de novas fontes de resíduos como premissa de viabilidade da CS.

Palavras-chaves: Economia Popular Solidária - Reciclagem - Resíduos Sólidos - Políticas Públicas - Meio Ambiente Urbano

ABSTRACT

The purpose of this work is an analysis of the contribution of the Municipal Public Power of Porto Alegre (RS) for the consolidation, in a solidary basis, of the Selection Units that compose the Integrated Management System of Solid Residues (GIRS). The implantation of the GIRS in the municipal district is a change in the predominant paradigm, in which the municipal public power, instead of simply to throw off residues in garbage storage yards, begins to manage them, in order to reduce and to recycle them, so considering public cleaning activities in a global basis and related to the economical, cultural and social needs of the society. For the completion of this work, an exploratory, but also descriptive study was chosen, in which, in the data collection, besides extensive documental analysis, two rounds of interviews were accomplished with agents of the public network of organs of The City Administration of Porto Alegre that have interaction with waste recycling works and participate directly in the creation of public actions for recycling of solid residues in the municipal district, as to identify the real contribution of the municipal public power to the consolidation of Selection Units. The results suggest that the Selection Units started to orientate the municipal policies of solid residues. The public power classified these actions as characteristics of corporations of Solidary Popular Economy and, through the Municipal Division of Urban Cleaning and Municipal Secretary of Industry and Commerce, it developed several actions with the purpose of stimulating the program of recycling of Porto Alegre. All these actions intend to provide a contribution for the social inclusion of those people excluded of the formal system, as well as the development of self-sustainability means for the emancipation of the catchers' associations. Concerning the selection units, the conclusion is that there is a change of focus in the actions of the public power. In a first moment, these units were seen as a form of moving from the informal work to the formal work groups of people that had previous work or were involved with work related to catching of residues in the streets and in garbage storage yards. With the good results of the project, the creation of Selection Units was institutionalized, with the consequent raw material feeding through CS, as the main project of generation of work and income by the municipal government. However, because of the aggravation of the economic crisis in this country, there was a growth of the number of independent catchers in the streets of Porto Alegre, as much in condition of exclusion as catchers sponsored by companies interested on recycling material. As a consequence of this process, the amount of residues collected by CS is decreasing, so decreasing the income in the catchers' associations that depend on the Municipal Division of Urban Cleaning for obtention of residues, evidencing the need of generating new sources of residues as a premise of viability of CS.

Key-words: Solidary Popular Economy - Recycling - Solid Residues - Public Policies - Urban Environment

INTRODUÇÃO

1. Definição do Problema

A crise do modelo Fordista no final dos anos de 1970, que sucede o período do pós II Guerra Mundial, no qual se conviveu com altas taxas de desenvolvimento econômico, quase pleno emprego da força de trabalho e uma melhoria na distribuição de renda, promoveu um ajuste neoliberal na economia mundial, impulsionado pelos Estados Unidos, e pela Grã-Bretanha, sustentado pela idéia de intervenção mínima do Estado nos mercados. Este ajuste deu início a um processo de intensificação da internacionalização das economias, restringindo a capacidade dos países operarem as suas políticas públicas de forma independente. E, também, a um aumento do comércio internacional, com a entrada de novos países concorrentes em termos industriais, bem como aumentou o nível de integração do mercado financeiro internacional.

Como consequência, a partir da década de 1980, emerge um novo padrão de acumulação. Este novo modelo de acumulação flexível, como é chamado, promove um avanço do capital sobre o trabalho; isto porque, ao invés de utilizar-se do trabalho intensivo, como o modelo anterior, utiliza-se do capital intensivo, diminuindo o poder de barganha dos trabalhadores.

Este novo modelo faz crescer a necessidade de uma maior flexibilidade e produtividade frente às exigências do mercado, dando início ao processo de reestruturação produtiva na economia internacional, o qual leva ao deslocamento de cadeias produtivas para

países que ofereçam melhores condições, ou seja, mão-de-obra qualificada, menores salários, subsídios governamentais, etc. Esse conjunto de mudanças promove uma crise no emprego, desestruturando diversos setores já enraizados na sociedade e prejudicando outros, principalmente em relação a condições de trabalho, queda na renda e precariedade no vínculo do trabalho.

Como consequência deste processo, aumenta a disparidade entre as nações. Os países pobres tendem a continuar pobres e os ricos tendem a se tornar cada vez mais ricos – sem, entretanto, o viés fordista de redistribuição de renda. As filiais das empresas transnacionais não mais adotam as estruturas salariais, e as condições salariais das matrizes, mas simplesmente beneficiam-se das normas estabelecidas nos países onde se instalam, na grande maioria das vezes muito mais prejudiciais aos trabalhadores do que as anteriores.

No Brasil, o processo de reestruturação produtiva, somado às condições macroeconômicas da década de 1990, foram muito prejudiciais ao trabalho. Aqui a reengenharia de processos, devido às condições financeiras e à cultura empresarial (CARVALHO NETO, 2001; ALVES, 2000; POCHMANN, 1999; DEDECCA, 1998), utilizou-se de tecnologias organizacionais, para promover o enquadramento das plantas industriais aos novos padrões internacionais de produtividade. O movimento de *downsizing* atingiu em cheio os trabalhadores e muitos postos foram eliminados ao longo desta década. Por outro lado, a recuperação da economia, durante a primeira metade do Plano Real, não conseguiu fazer com que o nível de empregos retornasse aos patamares anteriores embora a produtividade industrial houvesse crescido exponencialmente.

A partir do segundo governo Cardoso (1998-2002), a institucionalização da política neoliberal promoveu a privatização (descriteriosa) do patrimônio nacional formado pelas indústrias estatais, agravando o desemprego. No mesmo período, o Brasil também foi alvo de crises macroeconômicas internacionais como, por exemplo, a crise dos Tigres Asiáticos e a crise da Rússia, que provocaram contínuos ajustes fiscais no país e, em janeiro de 1999, uma maxidesvalorização do Real.

Todos estes fatores tiveram impacto sobre a questão do emprego. Após um período de crescimento econômico no Plano Real, o país entra em recessão e atinge índices recordes de desemprego. Entretanto, a maxidesvalorização do Real reforça a competitividade nacional

no cenário internacional, a qual já havia melhorado em decorrência dos processos de reestruturação produtiva e do movimento da qualidade total nos anos 1990 e, após alguns anos de crescimento econômico estagnado promove, em 2004, um crescimento de 5% do PIB.

No entanto, o crescimento econômico não é suficiente para a geração dos empregos necessários ao país, pois ainda que aumente o número de vagas que necessitam de qualificação, cresce o número de desqualificados, “excluídos”, como argumenta Castel (1998), sem chances de voltar ao mercado de trabalho formal. Cresce conseqüentemente a informalidade da força de trabalho, onde os trabalhadores não têm os direitos estabelecidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, nem ao menos acesso ao sistema previdenciário.

Em paralelo a estas mudanças sociais decorrentes do ajuste neoliberal à crise do padrão fordista de acumulação acontece, também, um ajuste político promovido por organismos internacionais, que promovem uma valorização dos níveis subnacionais do governo em detrimento do poder central, motivados pelo esgotamento da capacidade do poder central em lidar com problemas complexos regionais.

Devido à crise do emprego no Brasil, os governos locais, municiados de novas responsabilidades, buscam soluções na formulação e implementação de políticas voltadas para a geração de emprego e renda. Assim, paralelamente aos programas de cunho paternalista e sem condições de sustentabilidade, assiste-se a proposição de programas de apoio à reorganização de iniciativas auto-sustentáveis em coletivos de produção, organizadas em padrões solidários, que busquem a emancipação da clientela atendida.

É nesse contexto que se estruturam os programas de Economia Popular Solidária apoiados pelo poder público. Embora a produção coletiva em bases solidárias não seja algo novo, é a partir de meados da década de 1990 que o poder público, principalmente em prefeituras ligadas a partidos de esquerda, passa a apoiar de modo mais sustentável tais iniciativas.

A formulação de políticas públicas de apoio à massa dos excluídos do mercado de trabalho formal não se limita, entretanto, apenas aqueles trabalhadores que já vem exercendo algum tipo de atividade produtiva. Novos conjuntos de pessoas à margem do processo produtivo tornam-se também alvo das políticas públicas. Em Porto Alegre (RS) merece

destaque a política pública de organização de moradores de rua e de catadores de resíduos sólidos em associações de triagem.

O crescimento desenfreado da população urbana, somado ao modelo de desenvolvimento atual de consumo e a cultura do desperdício, geram um problema ambiental, em decorrência do qual a população passa a cobrar do poder público soluções para o crescimento ecologicamente-sustentável das cidades.

Em resposta a essa exigência, é implantado em 1990 em Porto Alegre o Sistema de Gerenciamento Integrado do Lixo, que visa o gerenciamento sustentável dos resíduos sólidos do município; processo este que envolve não somente a coleta seletiva de resíduos, mas também a disposição final.

Seguindo o raciocínio da valorização municipal no combate aos problemas sociais, a prefeitura de Porto Alegre, governada pelo Partido dos Trabalhadores, cria na década de 1990 um programa de Economia Popular Solidária através do qual os resíduos sólidos (lixo limpo) coletados pela coleta seletiva passam a ser triados por associações de antigos moradores de rua, e catadores, os quais através da venda dos materiais coletados obtêm uma renda mínima para a sobrevivência.

O objetivo do presente estudo é caracterizar as ações do poder público (municipal), em Porto Alegre, para pessoas que executavam, de modo informal, atividades produtivas de coleta e separação de resíduos sólidos, e que passaram agora a executá-la, em virtude de políticas públicas, organizadas em associações.

Neste sentido, este trabalho busca realizar um mapeamento das ações do poder público, em prol de trabalhadores das associações de reciclagem no município de Porto Alegre – o que leva à seguinte questão de pesquisa: Quais as ações do Poder Público Municipal de Porto Alegre para a consolidação das Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos, em moldes solidários? Ou seja, em “organizações” pautadas por valores e princípios onde a dimensão humana se sobrepõe à valorização do capital!

1.2 OBJETIVOS

1.2.1 Objetivo Geral

Analisar a contribuição das ações do Poder Público Municipal de Porto Alegre para a consolidação, em moldes solidários, das Unidades de Triagem integrantes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Caracterizar as Unidades de Triagem integrantes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Porto Alegre; e,
- Caracterizar as ações do Poder Público Municipal para a organização em moldes solidários das Unidades de Triagem integrantes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos em Porto Alegre.

1.3 JUSTIFICATIVA

A existência e a ampliação do desemprego estrutural, o processo de concentração de renda em patamares jamais vistos desde o início do capitalismo e o esgotamento forçado dos recursos essenciais à vida humana mostram o agravamento das tendências contraditórias do modo de produção capitalista. Este quadro agravou-se como consequência da liberalização das economias nacionais de modo a se inserirem em um ambiente globalizado, observando um novo padrão produtivo baseado na flexibilidade do trabalho e à implantação de políticas de ajuste econômico de orientação liberal-conservadora.

Diante desta perspectiva mundial, motivando-se pela diminuição da capacidade dos governos centrais em lidar com problemas complexos e externos, houve uma revalorização da esfera local (SANTOS JUNIOR, 2001; PINHO e SANTANA, 2002), considerada como o local capaz de promover o desenvolvimento social e operar as mudanças sociais necessárias à

maior eficiência e à maior competitividade econômica requeridas pela inserção das cidades na dinâmica da globalização.

Neste sentido, emergem novos objetivos para as políticas urbanas relacionados, principalmente, à incorporação dos pobres aos circuitos econômicos e à diminuição do crescimento da pobreza urbana, e ao enfrentamento dos efeitos negativos da degradação ambiental.

No Brasil, são criados programas de geração de renda e de desenvolvimento local que expressam uma mudança na ação tradicional dos governos locais, os quais ao invés de serem somente prestadores de serviços urbanos ou formuladores de políticas sociais tradicionais, passam a criar e implantar novos tipos de políticas voltadas para a geração de emprego e renda, com visão de longo prazo, visando a auto-sustentabilidade dos empreendimentos e a busca da emancipação da clientela atendida. No entanto, percebe-se que a possibilidade de inserção dos indivíduos atendidos por estas políticas municipais no sistema produtivo é pequena, já que a estrutura de empregos vincula-se à estrutura e à política produtiva de cada país, sendo diretamente influenciada pela lógica das cadeias globais.

Surge então a Economia Popular Solidária que, atualmente, é um tema em voga não apenas como expressão diferenciada de produção material e de prestação de serviços, mas, sobretudo, como proposta política. As empresas autogestionárias da Economia Popular Solidária implementam modalidades mais civilizadas, mais dignas, mais humanas para a atividade de geração de renda e trabalho (CATTANI, 2002; SINGER e SOUZA, 2000; CARRION, 2001).

No entanto, os empreendimentos solidários apresentam muitas debilidades e problemas constantes no seu cotidiano, tais como carência de capital de giro, acesso ao crédito, design, controle de qualidade, comercialização e tecnologia e ambigüidade da propriedade dos meios de produção (LISBOA, 1999; MOURA *et al.*, 2003, ICAZA, s/d), além de problemas decorrentes da insuficiência de apoio e de padrões gerenciais adequados. Desta forma é necessário fazer crítica às várias manifestações práticas e teóricas da Economia Solidária. Conforme Cattani (2002), algumas questões merecem ser reformuladas, buscando esclarecer dúvidas e aprofundar o conhecimento das dificuldades, limites e, sobretudo, das possibilidades deste processo.

Neste sentido, a análise do projeto de Economia Popular Solidária no setor de Reciclagem da Prefeitura Municipal de Porto Alegre ganha importância, pois, além de ser um dos maiores projetos de geração de trabalho e renda em curso no Brasil, a conclusão deste estudo possibilitará lançar luz sobre as ações do poder público municipal, verificando se elas possuem pressupostos de sustentabilidade em longo prazo de modo a assegurar a consolidação das associações de reciclo.

Este projeto do poder público municipal requer a análise sob duas diferentes lentes: em primeiro lugar, a questão ambiental, uma vez que o programa de reciclagem inicia-se a partir do gerenciamento integrado dos resíduos sólidos; e, em segundo lugar, a utilização do modo associativo de trabalho, o qual valoriza o trabalho ante o capital.

Da mesma forma, este estudo também se justifica pelo fato deste programa ter sido gerado dentro da gestão do Partido dos Trabalhadores no município de Porto Alegre, um partido político há 16 anos no poder e que vem colocando ênfase na necessidade de geração de trabalho e renda, levando-se em consideração a valorização dos aspectos humanos em detrimento somente do capital.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 A Crise do Modelo Fordista e as suas Conseqüências no Mundo do Trabalho

Nas décadas de 1950 e 1960, o modelo fordista de regulação, iniciado antes da Grande Depressão e consolidado depois da Segunda Guerra Mundial (ZABALA, 1998), impulsionou uma grande expansão econômica nos Estados Unidos (EUA), no Japão e Europa, ocasionando um círculo virtuoso de: “investimento – expansão da produção – pleno emprego – aumento da produtividade – aumento real de salários – consumo de massa – ganhos de escala – investimentos” (CARVALHO NETO, 2001, p. 38). Conforme Zabala (1998), este sistema, além de favorecer o crescimento econômico dos países centrais, conseguiu formar um sistema sócio-econômico equilibrado e sustentado, que se supunha crescimento constante. Segundo Pochmann (1999), foi um momento em que houve a combinação entre altas taxas de crescimento econômico, quase o pleno emprego da força de trabalho e uma melhoria na distribuição da renda.

Para Zabala (1998, p. 97) o modelo fordista “baseava-se principalmente no uso ilimitado de energia barata, que permitia estruturar uma indústria forte, com grandes unidades fabris, enormes empresas que realizavam uma produção em série e padronizada”.

No *Welfare State* (Estado de Bem-Estar Social), como ficou conhecido este período, conforme Carvalho Neto (2001), em praticamente todos os países mais desenvolvidos ocorreram variados graus de regulação de políticas salariais e a instituição de políticas de proteção social de abrangência universal.

Para Dupas (1998) a articulação entre o fordismo, consumo de massa e keynesianismo, permitiu à classe operária a conquista de algumas de suas reivindicações históricas no período pós-guerra. O autor aponta que a organização fordista de trabalho, a qual demandava intensa mão-de-obra, somada à mobilização e organização dos trabalhadores, permitiu condições favoráveis para a negociação dos sindicatos.

Entretanto, segundo Castel (1998, p. 497):

O todo econômico nunca fundou uma ordem social; numa sociedade complexa, a solidariedade não é mais um dado, mas um construído; a propriedade social é, simultaneamente, compatível com o patrimônio privado e necessária para inseri-lo em estratégias coletivas; o salário, para escapar de sua indignidade secular, não pode se reduzir à simples remuneração de uma tarefa; a necessidade de preparar, para cada um, lugar numa sociedade democrática não pode ser realizada por meio da completa transformação da sociedade em mercadoria, cavando qualquer 'jazida de emprego' etc.

No final dos anos 1960, as conseqüências de um desaquecimento na economia, somadas ao crescente endividamento das famílias, empresas e governo – que sustentou o rápido crescimento industrial – elevaram o custo financeiro das empresas, o que somado à crise do setor público que perdia receitas e aumentava despesas, agravaram a pressão inflacionária (CARVALHO NETO, 2001).

Já a partir da década de 1970, conforme Dupas (1998), as modificações socioeconômicas relacionadas ao processo de internacionalização da economia mundial ganharam diferentes características e foram impulsionadas pelo salto qualitativo ocorrido nas tecnologias de informação. Segundo o autor, estas mudanças promoveram uma reformulação das estratégias de produção e distribuição das empresas, as quais passaram a ser globais.

Neste contexto, para Carvalho Neto (2001), as indústrias americanas ganham impulso em tentar conquistar novos mercados externos, fazendo crescer o processo de globalização da economia, que traz um acirramento da competição internacional. E, conforme Carleial *et al.* (2002), esta competição se traduz em desafios que intensificam a concorrência, promovendo crises sociais decorrentes das formas tradicionais de organização da produção e do trabalho e de um mercado pouco previsível e com alta instabilidade.

Na década de 1980 há uma intensificação no processo de internacionalização das economias capitalistas, convencionalmente chamado de “globalização” (DUPAS, 1998). Para o autor, algumas das características deste processo são a integração dos mercados financeiros mundiais e crescimento do comércio internacional, principalmente dentro dos blocos econômicos.

Segundo Dupas (1998), neste contexto de intensificação da internacionalização das economias, o espaço para a operação de políticas públicas é diminuído. As políticas monetárias nacionais são afetadas pela massa de recursos deslocada para o mercado financeiro internacional e as políticas fiscais e os gastos governamentais encontram limites, uma vez que se não controlados geram efeitos inflacionários que podem afetar a competitividade dos produtos nacionais. Ou seja, segundo o autor, o processo de globalização “constrange o poder dos Estados, restringindo sua capacidade de operar seus principais instrumentos discricionários” (ibid, 1998, p. 14).

Diferentemente dos países centrais, nos países latino-americanos, segundo Zabala (1998), o modelo fordista firmou-se mediante a utilização de uma *política de substituição de importações* amparada por um forte protecionismo e, também, complementou-se por um modelo exportador, de acordo com as características produtivas de cada país. O Brasil, em seu projeto de substituição de importações (ZABALA, 1998), industrializou-se no pós-guerra e, através do seu projeto desenvolvimentista, constituiu um considerável parque industrial exportador de manufaturas (CARVALHO NETO, 2001). Como consequência deste modelo, Zabala (1998) cita a transformação do Estado em um grande empregador.

Embora, ainda para o mesmo autor (1998), este modelo tenha permitido um importante crescimento, nem sempre conseguiu o pleno emprego. E, além de tudo, promoveu um processo de migrações internas de trabalho, com importantes consequências, as quais foram sentidas com o término da funcionalidade deste modelo com a emigração dos trabalhadores mais capacitados para as cidades, processo este que será acompanhado de forte desemprego e marginalização de importantes setores da sociedade. Então, afloraram graves problemas econômico-sociais, marcados por desigualdades sociais, determinadas pela (im)possibilidade de emprego, o que acarretou com que grandes contingentes da população fossem ficando à margem do sistema, não tendo condições de integrar-se socialmente de forma adequada.

A partir da década de 1980, o conflito entre capital e trabalho nos países latino-americanos passou a apresentar uma nova situação estrutural, que tem por fatores determinantes, como destaca Dupas (1998, p. 54):

- A emergência de um novo padrão de acumulação pelo uso de capital intensivo em substituição ao trabalho intensivo. No qual sindicatos perdem a sua força, há o desemprego estrutural e crescente automação, o que gera uma situação desfavorável aos trabalhadores;
- Utilização otimizada do capital, disponibilizando-o onde o mercado apontar as melhores condições. Decresce a simetria entre as exigências de sobrevivência dos trabalhadores e a flexibilidade das condições de produção. O trabalhador vive na constante instabilidade de poder estar ora dentro, ora fora do mercado de trabalho; e,
- A reestruturação industrial acompanhada do processo de terceirização, que vai dificultar as ações do sindicato.

Uma crescente necessidade de maior produtividade e flexibilidade frente às instabilidades do mercado é apontada por Carleial *et al.* (2003), como promotora de uma mudança de paradigma da empresa fordista-taylorista para a empresa integrada e flexível. Desta forma, segundo Carvalho Neto (2001), há uma reestruturação produtiva na economia internacional, reunindo elementos de racionalização técnica e organizacional. Como elementos de racionalização técnica, o autor destaca a substituição da mão-de-obra por “agregados científicos com altos investimentos de capital” (ibid, 2001, p. 41) – o que para Cocco (2000) alimentou a metamorfose da economia de escala fordista para um novo modelo industrial, o modelo de especialização flexível. Já a racionalização organizacional, para Carvalho Neto (2001), reúne elementos como as tecnologias gerenciais, como a Qualidade Total, a reengenharia, o *downsizing* e a terceirização, ou seja, “a empresa concentra-se nos produtos sobre os quais detém vantagens competitivas, gerando redes de empresas subcontratadas” (ibid, 2001, p. 42).

Neste sentido, acrescenta Dupas (1998), a mobilidade do capital e a possibilidade de deslocar segmentos da cadeia produtiva de uma empresa para qualquer lugar do mundo, desde que ofereça melhores condições, desestabiliza a estrutura de salários, tendo como consequência o crescimento da disparidade de renda entre nações, a pobreza, o desemprego e o subemprego. Entretanto, o autor afirma que o modelo oligopolista atual é comprovadamente eficiente, pois a manutenção de concorrência permite a manutenção de uma tendência de queda nos preços e melhora de qualidade em vários produtos globais.

Já para Castel (1998), a corrida à eficácia e a competitividade que se dá dentro da empresa acarreta na desqualificação dos menos aptos. “A *administração participativa* exige a mobilização de competências não apenas técnicas, mas também sociais e culturais, que pegam no contrapé a cultura profissional tradicional de uma maioria de assalariados” (CASTEL, 1998, p. 519). Segundo o autor, a busca da flexibilidade interna traz uma necessidade de adaptar os trabalhadores às transformações tecnológicas, formando um processo de contínua qualificação, o qual pode acabar funcionando com uma seleção permanente. O resultado disto, ainda conforme o autor, é a invalidação dos trabalhadores idosos e também a elevação do nível das qualificações exigidas para a admissão. E há, também, a tendência de empresas que se preparam contra mudanças tecnológicas futuras contratando jovens superqualificados, inclusive em setores de *status* pouco valorizado. Como consequência, o autor aponta que os jovens não-qualificados vêm as vagas que poderiam ocupar sendo ocupadas por outros mais qualificados.

Apesar das consequências do modelo, Dupas (1998) afirma que uma das contradições que alimentam o capitalismo atual é a dialética exclusão versus inclusão. Para o autor “apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequadas), o capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda de preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda” (ibid, 1998, p. 40). Conforme o autor, esta lógica não afeta somente indivíduos, mas também territórios. Para o autor os espaços não funcionais a esta lógica sistêmica não conseguem se inserir na economia mundial.

O Brasil, na década de 1990, sente os impactos do novo sistema mundial a partir da maximização da globalização da economia e a reestruturação produtiva, somadas à privatização de empresas públicas, que representa para os trabalhadores brasileiros, principalmente aqueles inseridos no mercado formal, uma ruptura causadora de desemprego estrutural com índices jamais vistos até então na história brasileira (ALVES, 2000; DEDECCA, 1998; POCHMANN, 1999; CARVALHO NETO; 2001; CARRION, 1998).

Além disso, o novo cenário macroeconômico e a paridade cambial da primeira metade do governo Cardoso, segundo Alves (2000), impulsionaram os investimentos produtivos em capital fixo acelerando a automação microeletrônica na produção, que

propiciou, junto com o consentimento operário, a inserção nacional em padrões de qualidade e produtividade mundiais.

Como conseqüência, Alves (2000) aponta uma nova constituição do mundo do trabalho no Brasil, com crescente desemprego estrutural e a precarização de emprego e salário. Corroborando com esta idéia, Dedecca (1998) afirma que o processo de reestruturação produtiva brasileiro resultou em um movimento de racionalização econômica, cujos efeitos sobre o emprego tendem a ser negativos ao longo do tempo, independentemente do comportamento da produção. Pochmann (1999) complementa afirmando que a forma de ocupação que mais se expande são os empregos parciais, com jornada reduzida e salários comprimidos, onde grande parte das pessoas não têm acesso aos mecanismos de previdência social e de seguridade social em geral.

Assim, segundo Cocco (2000, p. 98), em termos mundiais, “a abertura de mercados induzida pela evolução das normas de consumo, teria progressivamente reduzido, para em seguida anular, a eficácia das políticas econômicas keynesianas de estímulo à demanda efetiva”.

Oliveira (1998) sublinha a dramaticidade da proposição neoliberal do Estado mínimo. O Estado é reduzido, ou mínimo, mas apenas no que diz respeito às suas funções sociais; permanece, no entanto, responsável pela reprodução do capital, que exige que o fundo público, da mesma forma, passe a constituir seu pressuposto exclusivo; o que leva o autor a afirmar que Estado mínimo não é a redução do Estado em todas as arenas, mas apenas naquelas em que são regulados os interesses particulares do capital.

Em decorrência destes fatores, segundo Castel (1998), há uma transformação nos parâmetros da sociedade atual, modificando o papel de *grande integrador* desempenhado pelo trabalho (grifo no original). Para o autor, o trabalho é mais do que simplesmente um trabalho e, portanto, o não-trabalho é mais do que o desemprego. Outra característica dos tempos atuais, conforme o mesmo autor, é o reaparecimento de um perfil de *trabalhadores sem trabalho*, os quais ocupam na sociedade um papel de supranumerários, ou seja, *inúteis para o mundo* (grifo no original, p. 496). Visão da qual compartilha Dupas (1998), para quem nos dias atuais houve uma mudança do foco das discussões dos problemas sociais: “antes a grande

preocupação era com a exploração nas quais a inserção se dava, agora ela se transformou na dificuldade de encontrar formas de inserção, quaisquer que sejam elas” (ibid, 1998, p. 19).

Afirmção pela qual Castel (1998) concorda ao dizer que é irreal a idéia de que os não-empregados possam encontrar um emprego simplesmente pela elevação do nível da sua escolaridade, “corre-se o risco de desembocar, mais do que numa redução do desemprego, em uma elevação do nível de qualificação dos desempregados” (ibid, 1998, p. 521), ou seja, “a possível não-empregabilidade dos qualificados” (ibid, 1998, p. 521).

Dessa forma, Dupas (1998) afirma que como efeito da mudança de paradigmas no mundo atual do trabalho, no Brasil, um jovem (qualificado ou não) ou um indivíduo que perde seu emprego formal tem maior probabilidade de emprego no setor informal, sem os decorrentes direitos trabalhistas.

Conforme o mesmo autor, os problemas de desemprego estrutural enfrentado pelo setor privado e a redução de vagas no setor público diminuem a possibilidade de ação sindical, pois debilitam o poder de barganha global dos sindicatos. Ainda: também a decadência da cultura operária de militância sindical, que possuía um papel central na construção da sua identidade social e política, contribui para o declínio das organizações de trabalhadores. Da mesma forma, o autor aponta a diminuição dos movimentos de oposição tradicional e o questionamento do princípio de solidariedade que distinguiu estas organizações. Além disso, o autor afirma que a dificuldade de obter um emprego formal para os mais jovens reforça um novo senso individualista nas relações de trabalho e nas relações sociais em geral.

Desta maneira, segundo Dupas (1998), não há garantias no avanço da economia global de que haja a geração de postos de trabalho compatíveis em qualidade e renda com as necessidades mínimas dos cidadãos. Para o autor, a lógica da globalização e do fracionamento das cadeias produtivas características do capitalismo contemporâneo foi incorporada aos bolsões mundiais de trabalho barato sem elevar-lhes a renda. Ao contrário, os investimentos diretos crescem mais rapidamente do que os postos formais de trabalho e setor informal acumulam o trabalho muito precário e a miséria. E, além disso, para o autor, os governos atuais, principalmente os mais pobres, afetados pela necessidade de comprometimento com a

estabilidade, não possuem orçamento suficiente nem estruturas eficazes para garantir a sobrevivência dos novos excluídos.

Castel (1998) acrescenta que o desemprego é apenas uma visível manifestação da transformação da conjuntura do emprego, ao passo que a precarização do trabalho constitui-se de uma outra característica, menos espetacular, mas mais importante. A ponto de, segundo o autor, “a diversidade e a descontinuidade das formas de emprego estão em via de suplantarem o paradigma do emprego homogêneo e estável” (CASTEL, 1998, p. 516). Diz que o desemprego não é uma lacuna nas relações de trabalho a qual poderia ser preenchida, mas está se tornando claro como o desemprego e a precarização inserem-se na dinâmica atual da modernização.

Já para Cattani (2002), além da existência e a ampliação de desemprego estrutural, o processo de concentração de renda em patamares jamais vistos desde o início do capitalismo e a sobrevivência física do planeta, ou seja, o acelerado esgotamento dos recursos essenciais à vida humana são as três situações novas mais expressivas neste começo de século.

Dessa forma, segundo Posthuma e Lombardi (1997), surge a expressão exclusão social, que tem sido utilizada na Europa para descrever o impacto das transformações inter-relacionadas que nasceram do processo de reestruturação econômica e mudanças tecnológicas, ou seja, o surgimento do fenômeno da *nova pobreza* (grifo no original, *ibid*, 1997, p. 23) envolvendo o desemprego prolongado, inclusive para as pessoas qualificadas.

Conforme os mesmos autores, o conceito de exclusão social é de grande valia para se analisar o impacto das transformações do processo de reestruturação produtiva empresarial no mundo do trabalho atual, pois:

Em primeiro lugar, a exclusão social abrange uma maior amplitude de circunstâncias do que pobreza, discriminação ou desigualdades, porque conceitualmente ela não só descreve uma situação de exclusão, mas também analisa o processo pelo qual essa exclusão surge e é reproduzida, possibilitando incluir o comportamento individual e coletivo e as instituições sociais, políticas e econômicas que agem no sentido de reproduzir e reforçar essas desigualdades e barreiras estruturais e sociais colocadas a determinados grupos. Em segundo lugar, o conceito de exclusão social permite examinar não somente o desemprego aberto, mas também formas de inclusão no mercado de trabalho que são também discriminadoras, precárias e, portanto, excludentes em relação aos postos de trabalho ocupados pelos trabalhadores neste contexto de reestruturação (POSTHUMA e LOMBARDI, 1997, p. 23).

Gore e Rodgers (*apud* POSTHUMA e LOMBARDI, 1997), citam quatro formas de exclusão social no diz respeito ao mercado de trabalho: desemprego aberto, formas precárias de inserção no mercado de trabalho, formas de trabalho não remunerado e exclusão das oportunidades para desenvolver novas habilidades. Segundo as autoras, o desemprego aberto é representado por pessoas que não têm trabalho e procuram efetivamente por um e, além disso, é a forma que mais chama atenção nos estudos de políticas públicas por ser a forma mais facilmente identificável de exclusão social. Já os últimos três tipos de exclusão social, para as autoras, abrangem as formas em que a precariedade e a desigualdade se manifestam e se reproduzem no mercado de trabalho.

Assim, Castel (1998) aponta três pontos de cristalização da nova questão social (a exclusão na essência do sistema) que podem ser distinguidos: a desestabilização dos estáveis, a instalação da precariedade e a manifestação de um déficit de lugares ocupáveis na estrutura social.

Apesar da crise atual, segundo Posthuma e Lombardi (1997), surgem iniciativas de Governos, empresas e sindicatos envolvidos na criação de mecanismos que promovam a integração e inserção no mercado de trabalho. Por esta razão, programas de treinamento, desenvolvimento de qualificações e educação têm recebido crescente atenção, onde, um dos principais destaques entre estas iniciativas é a promoção de empreendimentos coletivos nos moldes da Economia Popular Solidária por meio de um processo de descentralização da gestão das políticas sociais do âmbito federal para as esferas estadual e municipal de governo.

2.2 O Processo de Descentralização da Gestão das Políticas Sociais do Âmbito Federal para as Esferas Estadual e Municipal do Governo

Segundo Santos Junior (2001), desde os anos 1980 têm ocorrido na América Latina três fenômenos mais ou menos gerais. O primeiro é o processo de democratização dos Estados nacionais, de regimes militares a eleições diretas para o poder executivo e legislativo, parlamento, partidos políticos, etc. O segundo relaciona-se à liberalização das economias nacionais de modo a se inserirem em um ambiente globalizado, observando um novo padrão produtivo baseado na flexibilidade do trabalho e à implantação de políticas de ajuste

econômico de orientação liberal-conservadora. Já o terceiro, refere-se à revalorização da esfera local, considerada, por sua proximidade aos cidadãos, a esfera capaz de promover o desenvolvimento social e operar as mudanças sociais necessárias à maior eficiência e à maior competitividade econômica requeridas pela inserção das cidades na dinâmica da globalização.

Da mesma forma, Pinho e Santana (2002) afirmam que o Estado e a sociedade são atores estratégicos que vêm sofrendo mudanças nas suas estruturas e relações. Mudanças estas, inter-relacionadas dependentes entre si. Como tendência, os autores apontam a valorização dos níveis subnacionais de governo em detrimento do governo central, motivadas por um esgotamento da capacidade de lidar com problemas complexos e externos por parte dos governos centrais, o que leva a transferência desses problemas para os níveis subnacionais, especialmente o municipal. Isto, porque a lógica cartesiana pressupõe a divisão de um problema complexo em pequenas partes, tornando a sua solução mais simples. E, também, conforme os autores, porque a sociedade está muito mais próxima do governo, pressupondo uma maior interação que ajude na definição de soluções, acompanhamento e controle de problemas em nível local.

Seguindo esta idéia, Castells e Borja (1996 *apud* SANTOS JUNIOR, 2001), em seus estudos, mostram a necessidade de redefinir as competências da gestão do município individualmente, de acordo com cada realidade e seguindo critérios tais como a proximidade na relação com a população, a capacidade na gestão de recursos políticos, sociais, econômicos e técnicos, a associação com outros órgãos públicos e com a iniciativa privada e o atendimento das demandas sociais requeridas pela população.

Nos anos 1990 há um esforço do Centro das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – HABIT, do Banco Mundial e do Programa das Nações Unidas para Desenvolvimento – PNUD, para uma mudança nas políticas de desenvolvimento humano, marcada por uma troca dos referenciais de planejamento e gestão das cidades, onde é introduzido um debate sobre o desempenho da gestão governamental (SANTOS JUNIOR, 2001). Conseqüentemente, o autor acrescenta, cresce a importância da criação de novos indicadores capazes de avaliar o desempenho governamental e, logo, as boas práticas de gestão municipal.

Em busca da criação destes indicadores, o Banco Mundial (1991 *apud* SANTOS JUNIOR, 2001) reconhecendo a relação entre a economia urbana e o desempenho macroeconômico, traçou o seguinte diagnóstico:

1. Os problemas urbanos devem ser articulados com as questões relacionadas à produtividade da economia urbana e aos obstáculos para alcançá-la;
2. é preciso aumentar a produtividade das camadas mais pobres das cidades por meio de um aumento da demanda por mão-de-obra, em conjunto a um melhor acesso à infra-estrutura e aos serviços sociais básicos;
3. há necessidade de uma atenção especial à deterioração do ambiente urbano, visto que há um agravamento dos problemas ambientais mundiais; e,
4. há poucas pesquisas e produção intelectual sobre a questão urbana, e poucos países com uma base analítica sólida necessária ao desenvolvimento de uma política urbana.

Mediante a interpretação dos fatores que levaram a este diagnóstico, no mesmo documento são propostos quatro eixos para estabelecer novos objetivos para a política urbana (BANCO MUNDIAL, 1991, *apud* SANTOS JUNIOR, 2001):

1. O enfrentamento dos obstáculos relacionados diretamente à infra-estrutura urbana;
2. a incorporação dos pobres aos circuitos econômicos e o alívio do crescente aumento da pobreza urbana;
3. o enfrentamento dos efeitos negativos da degradação ambiental; e,
4. o aumento da capacidade de pesquisas e conhecimento sobre o desenvolvimento urbano.

Em paralelo com o contexto mundial, surge, no Brasil, a partir da reforma institucional impulsionada pela Nova Constituição Federal de 1988, o debate desta agenda reformista caracterizada por uma concepção universalista quanto aos direitos sociais, redistributiva quanto à renda e democrática quanto à gestão pública; e, sustentada pela mobilização da sociedade civil organizada (SANTOS JUNIOR, 1995). Em síntese:

(...) constitui-se a agenda da reforma urbana, que já defendia a necessidade da descentralização política e da democratização das cidades, cujo centro tinha por base uma nova concepção de planejamento urbana, fundada, por um lado, em princípios políticos ligados à democracia e à justiça social e, por outro, na compreensão da dinâmica urbana como reprodutora das desigualdades sociais constitutivas da dinâmica do nosso modelo de desenvolvimento econômico (SANTOS JUNIOR, 1995, p. 13).

Entretanto a partir da Constituição de 1988, “a União perdeu boa parte de seus recursos financeiros para estados e municípios” e, como consequência, “importantes tarefas,

antes assumidas pelo poder central, devem ser incorporadas ao âmbito governamental subnacional” (ABRUCIO e COUTO, 1996).

Neste novo modelo, segundo Santos Junior (2001), a análise é focada na produtividade urbana, através da identificação dos obstáculos que promovam a inserção competitiva das cidades nos circuitos globais. Para o autor, também há uma mudança nas funções da gestão e do planejamento da cidade para a garantia de um meio ambiente favorável aos negócios e ao desenvolvimento econômico; as da provisão universal de bens e serviços urbanos, para o desenvolvimento de políticas focalizadas que visem reduzir os níveis crescentes de pobreza, percebida como um dos principais obstáculos a serem enfrentadas pelas cidades.

Assim, Fiszhein e Lowden (1999 *apud* SANTOS JUNIOR, 2001) afirmam que é no plano local que se encontram as maiores oportunidades de escolhas em termos de políticas públicas e que se apresentam as maiores vantagens para a participação dos atores locais. Entretanto, para os autores, em relação às capacidades e recursos disponíveis, os governos municipais têm recursos – financeiros, institucionais e humanos – mais limitados que o governo nacional, gerando uma necessidade de incentivar-se o compartilhamento de responsabilidade com parceiros nos projetos locais.

Com a obtenção de poder pelo município, Santos Junior (2001) mostra que houve uma mudança de enfoque teórico sobre a questão, passando-se de uma problemática política para outras técnico-administrativas, ou seja, como construir “bons governos” (p. 14). Dentro desta idéia, segundo o autor, afloram os conceitos de planejamento estratégico e de desenvolvimento local, de acordo com os atores e conflitos sociais diagnosticados em nível local, submetidos à busca de um suposto consenso, inerente ao interesse de desenvolvimento econômico e social da cidade. O autor também entende a importância dos espaços da cidade como um espaço social, resultado de lutas pela apropriação de bens e serviços, e como expressão da luta pelo poder, o qual faz com que o espaço adquira uma dimensão sociocultural necessária ao desenvolvimento, criando um ambiente que tanto pode favorecê-lo quanto enfraquecê-lo.

Nessa leitura, parte-se do reconhecimento de que as cidades estão adquirindo cada vez mais “um forte protagonismo tanto na vida política como na vida econômica, social,

cultural e nos meios de comunicação”. As cidades são concebidas como “atores sociais”. A expressão da cidade como ator social estaria diretamente relacionada com a capacidade de realização de uma articulação entre “administrações públicas, agentes econômicos políticos e privados, organizações sociais e cívicas, seja, entre instituições políticas e sociedade civil” (CASTELLS e BORJA, 1996, p. 152-155, *apud* SANTOS JUNIOR, 2001).

Para Abrucio e Couto (1996), talvez a maior mudança no redesenho do Estado no nível local “seja a função de agente de desenvolvimento econômico especial” (p. 41). O que, para os mesmos autores, somado ao aumento dos gastos com educação e saúde e às políticas de cunho redistributiva para garantir a renda e o emprego dos habitantes, demonstra que os municípios têm assumido, cada vez mais, o papel de *welfare*.

Conforme Abrucio e Couto (1996, p. 42, 45), o papel do Estado em nível municipal abrange três áreas de mudanças:

1. A estrutura fiscal administrativa: onde há uma necessidade dos municípios adotarem uma política de responsabilidade fiscal;
2. As diferenças econômicas entre os municípios: não há uma cooperação entre eles, ao contrário, há uma competição movida pela multiplicação do número de municípios; e,
3. A dinâmica típica do âmbito municipal: que aponta para a necessidade da “institucionalização de formas de negociação que incorporem, diretamente à discussão, os setores a serem atingidos pelas políticas municipais”.

Pinho e Santana (2002, p. 280) resumem as áreas de intervenção e as novas atribuições do governo municipal, segundo os analistas considerados, da seguinte forma:

(..) políticas de responsabilidade fiscal, elevando a capacidade de arrecadação própria; reconhecimento da sociedade civil organizada como novo ator social, o que leva a institucionalização de mecanismos de democracia direta como orçamento participativo, conselhos municipais, fóruns de consulta, além de parcerias com o setor privado; práticas gerenciais centradas na qualidade e no exercício da participação; intervenções na área de abastecimento envolvendo produção, circulação, comercialização e consumo; defesa do meio ambiente; políticas de cunho redistributiva ou anticético para garantir a renda e o emprego; reconhecimento que a industrialização não é o único caminho para o desenvolvimento, mas que também a agricultura, o comércio e o turismo podem ser considerados como setores potenciais de geração de emprego e renda; abandono da visão tradicional assistencialista substituída por políticas mais consistentes de combate à exclusão social e à pobreza, e, sobretudo um novo papel de agente de desenvolvimento local.

Para Farah (*apud* PINHO e SANTANA, 2002), a criação de programas de geração de emprego e renda e de desenvolvimento local expressa a mudança da ação tradicional dos governos locais – prestadores de serviços urbanos clássicos ou de políticas sociais tradicionais – para formuladores e implementadores de políticas voltadas para a geração de emprego e renda. O autor destaca que estes programas não podem ser considerados inovadores, quando são inseridos em uma perspectiva de curto prazo, de cunho paternalista, com poucas condições de auto-sustentabilidade. No entanto, o autor destaca que há diversas iniciativas que propiciam um apoio inicial a atividades de longo prazo, auto-sustentáveis, que buscam a emancipação da clientela atendida.

Segundo Dupas (*apud* SANTOS JÚNIOR, 2001), a questão das desigualdades está no centro da nova questão social, tornando-se relevante para a reflexão das possibilidades de instauração do modelo de governança democrática no plano local. No entanto, conforme o mesmo autor, a partir da abordagem da exclusão centrada na inserção dos indivíduos no sistema produtivo, percebe-se que são pequenas as possibilidades de respostas das esferas municipais de governo, já que a estrutura de empregos vincula-se à estrutura e à política produtiva de cada país (política industrial, agrícola e comercial) e é diretamente influenciada pela lógica das cadeias globais. Portanto, afirma o autor, seria exigido “um papel ativo dos Estados nacionais na normatização, regulamentação e articulação dos negócios privados, na perspectiva de um novo modelo de desenvolvimento econômico e social” (SANTOS JÚNIOR, 2001, p. 102-103). Também, conforme Santos Junior (2001), qualquer política municipal é limitada por esse quadro de referência nacional. Logo, continua o autor, “contextos municipais de grande desigualdades sociais são adversários e limitam as possibilidades de constituição do modelo de governança democrática” (SANTOS JÚNIOR, 2001, p. 102-103).

Mas, conforme Santos Junior (2001), apesar de serem reconhecidas as limitadas capacidades das esferas locais para enfrentar o fenômeno da exclusão social, a abordagem em torno das desigualdades sociais permite identificar possibilidades de intervenção no plano local, pelo menos em dois componentes fundamentais à integração social.

Segundo o autor as redes de solidariedade e de filiação social constituem-se em componentes fundamentais de integração social, uma vez que sem elas, aprofundam-se os riscos de fragmentação do tecido social. É verdade que essas redes se estruturam

fundamentalmente em torno da sociedade salarial, centralizada no Estado de Bem-Estar, mas também envolvem a família e a rede de organizações sociais, complementa o autor. Ainda para o mesmo autor, a descentralização e a municipalização das políticas sociais fazem que muitas das funções do Estado de Bem-Estar Social sejam transferidas para as esferas locais, principalmente no tocante à assistência social (sobretudo ligada à proteção da família, da criança e do adolescente, dos idosos e da mulher), à saúde e à educação, abrindo possibilidades de intervenção da esfera local de governo, e fortalecimento dessas redes, o que representaria uma espécie de *welfare* municipal.

Em segundo lugar, em uma esfera que promovesse a autonomia dos cidadãos para sua participação social e política (SANTOS JÚNIOR, 2001, p. 103). Assim, conforme o autor, não significa que a desigualdade social em uma esfera de poder represente a desabilitação completa de um determinado grupo social, mas apenas que as condições de habilitação desse grupo são desfavoráveis em relação aos demais. Para ele (p. 103-104):

(..) a análise dos locais de poder revela que a autonomia relativa da esfera local possibilita aos governos municipais intervir no sentido tanto de alargamento do feixe de direitos civis, sociais e políticos relacionados a cada local de poder, como no empoderamento (*empowerment*) dos grupos em situação de desigualdade social, o que depende obviamente das condições institucionais, no que se refere à esfera de autonomia, às áreas de atuação, à capacitação técnica e aos recursos orçamentários à disposição dos municípios.

A transferência da elaboração das políticas públicas de cunho social do nível federal para, principalmente, os municípios tem promovido a criação de um novo papel ao poder público municipal. Da mesma forma, o abandono da visão tradicional assistencialista substituída por políticas mais consistentes de combate à exclusão social e à pobreza, somadas aos novos canais de manifestação popular, tem incentivado o papel do município como um agente do desenvolvimento local. É neste sentido que emergem iniciativas inovadoras de apoio inicial a atividades de longo prazo, auto-sustentáveis, que buscam a emancipação direta da clientela atendida. Como, por exemplo, no município de Porto Alegre, com políticas voltadas para a criação, ampliação e sustento de iniciativas de Economia Popular Solidária.

2.3 A Economia Popular Solidária

2.3.1 Economia Popular Solidária: como estratégia de inclusão social

A América Latina possui um grande contingente de empreendimentos econômicos informais, com formas de produção múltiplas e diferenciadas entre si. A história de subdesenvolvimento econômico e social dos seus países contribuiu para um contexto de exclusão social. No Chile, conforme Bertucci (2003), o combate à exclusão social levou ao desenvolvimento de uma rede diversa com intercâmbio, apoio e trocas. Já na Colômbia, segundo Bertucci (2003), o setor de EPS é regulamentado pela legislação local como um setor entre a economia privada e a economia estatal, ou seja, faz parte do terceiro setor. Na Nicarágua, o autor aponta a articulação horizontal e vertical destes empreendimentos como a sinalização do início de uma atividade em larga escala, com capacidade, inclusive, para operar no mercado externo.

Para Singer (2000), a economia popular solidária recupera e reconduz a tradição cooperativista do século XIX em países como França, Bélgica, Canadá, Inglaterra, Espanha e Itália. Os quais, segundo Bertucci (2003), têm apresentado formas de comercialização alternativas, embasadas na criação de legislação específica com estímulo e proteção, e, em alguns casos, incorporando *moedas de troca* próprias (grifo do autor).

Bertucci (2003) sugere que iniciativas como a prática de agricultura solidária, fundos de inversão ética, multiplicação de empresas de reciclagem e reaproveitamento, identificados com *selos* sociais (grifo do autor), ecológicos, etc., somadas à operação em larga escala em redes regionais e internacionais provoquem o fortalecimento da cadeia produtiva da EPS em algumas regiões, conquistando espaço e conduzindo a vida econômica regional. Como exemplos, o autor cita as redes de cooperativas autogestionárias de Mondragon, na região basca da Espanha; da Emilia-Romana, na Itália; de Quebec, no Canadá; do Grameen Bank, em Bangladesh; dos clubes de trocas de Buenos Aires, na Argentina, e do Catende, usina que 12 mil trabalhadores autogestionários conduzem no sul de Pernambuco.

No Brasil, conforme Bertucci (2003), as experiências de EPS ressurgem como um resgate de antigas utopias – a autogestão e o cooperativismo de trabalho – desde o início do capitalismo pelos trabalhadores.

No período da ditadura, conforme o autor, as experiências de economia alternativa colocavam-se como oposição ao estado ditador. Já nos anos 1970, o autor cita as ações comunitárias, estimuladas, em um primeiro momento, por entidades propositoras da educação popular e, em um segundo momento, pelas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), como projetos que visavam o desenvolvimento de condições para a produção de trabalho e renda.

Na década de 1980, o autor aponta a seca do Nordeste como o elemento que propiciou a reação da Confederação Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que com apoio internacional desenvolveu um trabalho de constituição de fundos para ajuda a mini-projetos, os Projetos Alternativos Comunitários (PACs). Segundo o mesmo autor, por meio da Cáritas Brasileira (organismo filiado à CNBB), esse programa alcançou todo o país, fortalecendo espaços associativos autônomos, em resposta à inexistência de políticas públicas específicas.

No final da ditadura, com a redemocratização, o autor relata que estas experiências começam a transformar-se em um movimento social próprio, influenciando novas políticas de Estado. O autor diz que estas experiências são vistas como paliativos, ações passageiras, políticas compensatórias de remediação dos efeitos dos ajustes neoliberais, com objetivo de reduzir o impacto das crises perpassadas por parte população em condição de exclusão e informalidade.

Nos anos noventa, ainda para o mesmo autor, a crise econômica e os movimentos de cidadania forçam a definição de políticas, as quais, entretanto, limitam-se a ações emergenciais e compensatórias. O autor adiciona o crescente pensamento sobre uma pseudo-autonomia dos indivíduos, através de políticas que enfatizam o conceito de empregabilidade. Nessa década, segundo o autor, a organização não-governamental IBASE obteve papel de destaque em ações de combate à fome e ao desemprego. E, na mesma ocasião, segundo o autor, a FASE, entidade voltada para o apoio a organizações e movimento sociais, organizou o Banco de Dados GERAÇÃO e passou a subsidiar iniciativas, debates e aprofundamento teórico-metodológico sobre o tema.

Conforme Bertucci (2003), no Rio Grande do Sul acrescentam-se às cooperativas agropecuárias as cooperativas de trabalho e serviços, o que acarreta em uma sistematização das experiências, que passam a ser chamadas de Economia Popular Solidária – EPS. No entanto, o autor ressalta as *cooperगतos*, que são cooperativas de trabalho e serviço de pseudo-organização de assalariados temporários rurais, que não cumprem com os princípios da EPS (grifo no original). No estado, conforme o autor, inicia-se a criação de fóruns e feiras de EPS, que dão unicidade e visibilidade a um movimento em gestação. Ainda para ele, no Rio Grande do Sul são criados programas de governo, primeiro em nível municipal e depois em estadual, que incorporam a EPS como política de estado.

Na mesma década, segundo o autor, o movimento sindical desenvolveu três iniciativas de apoio aos setores precarizados pelo trabalho com elementos de uma EPS. Em primeiro lugar, os sindicatos da economia informal, com a sua luta pelos direitos dos trabalhadores ambulantes dos centros urbanos. Em segundo lugar, a Associação Nacional dos Trabalhadores de Empresas Autogestionárias (ANTEAG), que orienta a gestão de empresas herdadas pelos trabalhadores na iminência de falência. E, em terceiro lugar, a Agência de Desenvolvimento Solidário (ADS), ligada à Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Na mesma linha das experiências anteriores, conforme Bertucci (2003), a UNITRABALHO e a Rede Universitária de Incubadoras Tecnológicas de Cooperativas Populares, compostas por professores, pesquisadores e estudantes de universidades brasileiras, incorporaram diferentes experiências cuja metodologia de prática autogestionáveis emancipatórias congregam elementos da EPS.

E diz Bertucci (2003), que na área rural têm surgido cooperativas vinculadas a assentamentos da reforma agrária – com apoio do MST; as redes da agroecologia, vinculadas a articulações regionais (Articulação do Semi-Árido – ASA, Rede Cerrado, Fórum Pan-Amazônico, etc.); as redes da agricultura familiar, as Redes de Tecnologias Apropriadas (PTA), as redes de comercialização de produtores específicos com o apoio de ONG's como a CAPINA, bem como articulações de iniciativas de desenvolvimento rural sustentável (CONTAG). Recentemente, conforme o autor, foi criado o Projeto Alternativo para o Cone Sul (PACS), um dos principais formadores da criação da Rede Brasileira da Sócio-Economia Solidária (RBSES), fortalecendo articulações de redes e instituições nacionais e internacionais e introduzindo experiências inovadoras, tais como os clubes de troca e moedas sociais.

2.3.2 Economia Solidária: em busca de um conceito

Considerando-se que a referência social do trabalhador está atrelada à sua inserção na economia, a perda do trabalho formal significa muito mais que a perda financeira (SINGER e SOUZA, 2000). Nesta conjuntura desfavorável, floresceram importantes projetos, reagindo ao processo de fechamento de postos de trabalho e exclusão. Um destes projetos, segundo Carrion (2002), é o movimento da Economia Popular Solidária (EPS), que nasce, no Brasil, como um repúdio ao modo de produção capitalista, em especial após o movimento de reestruturação produtiva e o seu conseqüente desemprego estrutural (ALVES, 2000; DEDECA, 1998). Este movimento surge como uma nova proposta de organização de produção “sob a forma de unidades autogestionárias de produção, embasadas na propriedade coletiva, no interior das quais pessoas reunidas por laços de solidariedade privilegiariam as necessidades humanas ao capital, na distribuição do excedente” (CARRION, 2002, p. 7).

Somados à crescente exclusão social e à crise do Estado-providência, a economia solidária posiciona-se em um contexto de falência dos mecanismos de regulação econômica e política da sociedade (FRANÇA FILHO, 2002). Conseqüentemente, continua o autor, o fenômeno da EPS é apresentado como uma perspectiva de busca de novas formas de regulação da sociedade. Assim, conforme diversos autores (SILVA JÚNIOR e FRANÇA FILHO, 2002; LAVILLE e ROUSTANG, 1999; CARRION, 2002; CARRION, 2003; COSTA e CARRION, 2003) as experiências em economia solidária necessitam de uma articulação entre as esferas econômica, social e política que minimize as diferenças de lógica de pensamento destas áreas.

Tiriba (2000, p. 224), questiona: “para os trabalhadores associados, em que medida as iniciativas de geração de trabalho e renda se configuram como algo ‘alternativo’? Alternativo à lógica do capital, ou um refúgio ante a crise do emprego?”

Em resposta à Tiriba, França Filho (2002) e Carrion (2002) afirmam que a economia solidária emerge como modo de produção e distribuição plural, mas sob o capitalismo, criado e recriado periodicamente pelos que se encontram marginalizados do mercado de trabalho. O que GAIGER (2003b) também concorda, afirmando que “estamos diante de uma nova forma

social de produção, cuja tendência é abrigar-se, contraditoriamente, sob o modo de produção capitalista” (p. 1).

A Economia Popular Solidária, conforme França Filho (2002), não é um setor alternativo, à parte, mas um novo paradigma social com uma maior vocação a interagir com as formas econômicas dominantes, em uma perspectiva da criação de empreendimentos com princípios econômicos diversos, com objetivo de subordinar a lógica do mercado a outros imperativos da ação organizacional ou coletiva.

Já Singer (2003, p. 116-117) crê na EPS como:

(...) uma resposta ao estrangulamento financeiro do desenvolvimento, à desregulação da economia e à liberação dos movimentos do capital, que acarretam, nos diversos países, desemprego em massa, fechamento de firmas e marginalização cada vez maior dos desempregados crônicos e dos que sabem que não têm possibilidade de voltar a encontrar emprego, por causa da idade, falta de qualificação ou de experiência profissional, discriminação de raça ou gênero, etc.

Entretanto Gaiger (2002) aponta que o êxito no cumprimento da efetivação de uma nova prática de inserção no mundo do trabalho e da economia não significa dizer que os empreendimentos solidários irão substituir as empresas capitalistas e, conseqüentemente, extinguir o capitalismo. Ele apresenta como possível papel da economia solidária o de dar a prova palpável de que a autogestão não é inferior à gestão capitalista no desenvolvimento das forças produtivas (SINGER, 2000, p. 28), por, em comparação, dispor de vantagens provenientes de uma maneira mais social de produção.

Desta maneira, Gaiger (2001; 2003b), apresenta a economia solidária como um novo campo de práticas, as quais:

- a) Há, em dose variável, um caráter coletivo na posse dos meios de produção, do processo de trabalho e da gestão do empreendimento. Reduzindo-se as relações assalariadas e propiciando um engajamento na busca por soluções dos problemas da comunidade e à conquista da cidadania;
- b) Tendem a criar ou reforçar inúmeras instâncias de mediação e representação. À medida que conseguem organizar-se e obter a cooperação produtiva e da sua articulação orgânica necessárias, alavancam as suas possibilidades de sustentação e qualificação sob a economia capitalista, adquirem chances efetivas com um sentido e uma possibilidade emancipatória;
- c) A economia solidária rivaliza com o Estado e o setor privado, pois além da criação de postos de trabalho, por sua inserção social e comunitária, acaba, também, por realizar diversas funções, principalmente nas áreas de saúde, educação, defesa de minorias, preservação ambiental, etc., ou seja, todas de interesse comum; e,

- d) Está alinhada à maior amplitude da *economia alternativa*, presente em vários segmentos sociais, agentes e instituições (LAVILLE, 1994; RAZETO, 1997; MANCE, 2000) e apresenta-se como um movimento de iniciativas concretas em torno do desenvolvimento humano integral, individual, social e ecológico de crítica global ao sistema econômico capitalista (CAMACHO, 1996 *apud* GAIGER, 2003b).

Entretanto, Tiriba (1998) destaca que não se deve confundir toda a forma alternativa de sobrevivência e geração de renda com EPS, pois nem toda economia popular é solidária e nem toda economia solidária é popular. A autora compreende a economia popular como sendo composta basicamente por cinco tipos de atividades e empreendimentos, explicitando a diversidade e complexibilidade que permeiam estas relações:

- a) Soluções assistenciais e filantrópicas (mendicância, Programas Oficiais de Assistência, etc.);
- b) Atividades ilegais e pequenos delitos (venda de drogas, prostituição, pequenos furtos, etc.);
- c) Iniciativas individuais não estabelecidas e informais (vendedores em geral, camelôs, etc.);
- d) Microempresas e pequenas oficinas e negócios de caráter familiar, individual ou de dois ou três sócios (as mais diversas formas de associativismo); e,
- e) Organizações econômicas coletivas, populares e solidárias, como as Cooperativas.

Diante desta perspectiva, pode-se perceber que nem todas as atividades desenvolvidas na economia popular têm o caráter solidário. Seu principal objetivo pode ser o de possibilitar a subsistência dos que a praticam e dos seus (CORRÊA, 2001). Também, na dita “economia solidária”, pode-se perceber que nem todas as iniciativas são populares ou coletivas. Tiriba (1998) alerta para a possibilidade de encontrarmos elementos de solidariedade em relações a outros extratos sociais, que não os populares. Já para Corrêa (2001) a necessidade desta diferenciação é fundamental, pois a tendência à generalização destes conceitos pode levar a equívocos de análise de determinadas iniciativas econômicas, principalmente na elaboração de políticas públicas para o setor. Conforme o mesmo autor, a economia popular abrange, dentre os seus sujeitos, desde desempregados qualificados ou não, aos totalmente excluídos dos processos de desenvolvimento de tecnologias, dos programas sociais oficiais (saúde, habitação, educação, aposentadoria, etc.), da distribuição de renda e do

sistema econômico oficial. Entretanto, poderíamos nos perguntar: como saber quando estas iniciativas populares são solidárias? E, também, qual tipo de solidariedade que elas possuem? O sentido de solidariedade que se busca na EPS, conforme o autor, não se mescla ao paternalismo, caridade ou filantropia, mas sim com o comprometimento do trabalho coletivo, cooperativo, comunitário, comprometimento este que perpassa por uma nova ética nas relações humanas, nova ética nas relações laborais, econômicas e comerciais.

Em contraponto a Tiriba e Corrêa, França Filho (2004), considera a economia popular distinta da economia informal. Enquanto a primeira é definida “pela referência ao tecido social local e suas práticas de reciprocidade como meio de elaboração de atividades econômicas” (FRANÇA FILHO, 2004, p. 12), a economia informal, na maioria dos casos, refere-se a micro projetos individuais, que formam uma espécie de simulacro precário das práticas mercantis oficiais, e, desse modo, não apresentam uma articulação com base social local precisa ou com um “saber ancestral” (ibid, 2004). Embora bastante sutil em um primeiro momento, esta distinção entre economia popular e economia informal decorre das várias formas em que a primeira pode ocorrer, pois compreende diferentes iniciativas socioeconômicas oscilando da simples forma de sobrevivência dos mais pobres até a idéia de modos de organização democráticas, ao espaço público (ibid, 2004). Assim como, o autor também considera distintas da economia popular, a economia subterrânea ou oculta. Esta, na maioria dos casos, baseada na violência, pois, geralmente, são formas despóticas de organizações, calcadas em modos específicos de solidariedade.

Desta maneira, o autor conceitua economia popular como a “a produção e o desenvolvimento de atividades econômicas em bases comunitárias, o que implica uma articulação específica entre necessidade (demandas) e saberes (competências) no plano local” (p. 12). A referência comunitária, e o âmbito local são também encontrados em projetos de economia solidária, donde a expressão – comumente utilizada para nominar as iniciativas populares de trabalho e renda estimuladas em moldes solidários – “economia popular e solidária” ou “socioeconômica da solidariedade” (FRANÇA FILHO, 2004). No entanto, para o autor, a EPS pretende ir além das características da economia popular, que, sabidamente, são orientadas pela necessidade de gerar renda suficiente para a satisfação do consumo básico e assegurar a sobrevivência, garantindo apenas uma reprodução imediata das condições materiais de vida das pessoas, não conseguindo evitar a subordinação à lógica do capital. Para ele o que diferencia a EPS é a capacidade dos atores sociais agirem no espaço público, ou

seja, de chamar a atenção para problemáticas sociais mais gerais através da sua ação. Assim, as iniciativas de EPS, através da ação econômica localizada, tenderiam a mobilizar atores institucionais diversos em prol da renda (próxima da tradição dos movimentos sindicais) e da luta por direitos sociais (típica da tradição dos movimentos sociais) (FRANÇA FILHO, 2004).

Neste contexto, Razeto (1993, p. 40) define a EPS é como:

(...) uma formulação teórica de nível científico, elaborada a partir e para dar conta de conjuntos significativos de experiências econômicas que compartilhem alguns traços constitutivos e essenciais de solidariedade, mutualismo, cooperação e autogestão comunitária, que definem uma racionalidade especial, diferente de outras racionalidades econômicas. Trata-se de um modo de fazer economia que implica em comportamentos sociais e personagens novos, tanto no plano da organização da produção e da empresa, quanto na destinação de recursos, distribuição de bens e serviços produzidos e nos procedimentos e mecanismos de consumo e acumulação.

Ao passo que Tauile e Debaco (2002) definem EPS como “o conjunto de empreendimentos produtivos de iniciativa coletiva, com certo grau de democracia interna e que remuneram o trabalho de forma privilegiada em relação ao capital, seja no campo ou na cidade” (p. 1).

Já Cruz (2002), define economia solidária como:

(...) toda iniciativa econômica que incorpora trabalhadores(as) associados(as) em torno dos seguintes objetivos/características: (1) caráter coletivo das experiências (não são portanto, formas de produção e consumo individuais, típicas da “economia informal” em seu sentido estrito), (2) generalização de relações de trabalho não assalariadas, (3) exercício do controle coletivo do empreendimento (de suas informações, fluxos, rendimentos etc.), e (4) “inserção cidadã” das iniciativas: respeito ao consumidor e ao meio ambiente, participação ativa na comunidade em que está inserida, articulação política com as outras iniciativas de economia solidária, denúncia de mecanismos antiéticos de mercado etc.

Para Laville (1994) a economia solidária pode ser caracterizada como “um conjunto de atividades econômicas cuja lógica é distinta, tanto da lógica de mercado capitalista quanto da lógica do Estado” (p. 211). Diferentemente da economia tradicional – com os seus objetivos visando a busca de interesses individuais, a economia solidária organiza-se a partir

de fatores humanos, dando ênfase às relações onde haja uma reciprocidade nos laços sociais e adote formas comunitárias de propriedade. Como também há uma distinção da economia estatal, a qual supõe a existência de uma autoridade central e formas de propriedade institucionais (LAVILLE, 1994).

Segundo a definição da EPS, por Laville (1999 *apud* FRANÇA FILHO, 2002), como um conjunto de atividades que contribui para a democratização da economia, a partir do engajamento da cidadania: o desafio que se faz à esta questão não é o da criação de um substituto da ação estatal, mas uma maior articulação política de se gerar um reenquadramento da economia numa lógica de maior integração social e cultural (FRANÇA FILHO, 2002). Desta maneira, o autor, define EPS como “emanação de ações coletivas, buscando a instauração de novos modos de regulação, tanto em nível internacional quanto em nível local, a fim de completar as regulações nacionais ou suprir suas faltas” (p. 128).

Para diversos autores (FRANÇA FILHO, 2002, CARRION 2000, 2002, 2003, SINGER 2000, VAINER 2000, ARRUDA e BOFF 2000, CORAGGIO 2000, RAZETTO 1997), que vêm trabalhando o tema, pode-se dizer que o termo sintetiza uma diversidade de experiências organizacionais de caráter econômico baseadas em novas e antigas formas de solidariedade; seja numa perspectiva de busca de alternativa de emprego, seja numa perspectiva de construção de um modelo alternativo ou diferenciado do capitalismo, ou simplesmente, enquanto utopia experimental de novas formas de sociabilidade e de vivência de valores relacionados com o modo de ser cuidado.

Para Gaiger (1999 *apud* CULTI, 2002), os empreendimentos solidários apresentam força no momento em que conseguem unir o melhor de dois mundos: o lado empresarial e o lado solidário. No lado empresarial no sentido da gestão, ou seja, uma ação planejada e a otimização dos fatores produtivos, humanos e materiais. Já no lado solidário, a busca por uma organização mais eficiente, mediante a cooperação e exploração do trabalho consorciado em benefício dos próprios trabalhadores.

No intuito de visualizar-se a definição de EPS por meio do poder público, a qual tem extrema relevância neste trabalho, utilizamos a definição do Departamento de Economia Popular Solidária (subordinado à SEDAI), vinculado ao governo do Estado do Rio Grande do Sul, que, em 2001, define EPS:

(...) como sendo uma ação de trabalhadores excluídos do mercado formal de trabalho que, através de sua auto-organização, constituem empreendimentos coletivos de produção e/ou serviços ou assumindo empresas falidas ou em dificuldades as quais, num primeiro momento, visam a obtenção de trabalho e renda ou a manutenção dos postos de trabalho para a sua auto-sustentação (GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, 2001 *apud* SILVA e VINHAS, 2003).

2.3.3 Características dos Empreendimentos Solidários

Na esfera da Economia Solidária estão as verdadeiras cooperativas de produção e as empresas autogestionárias. São elas que implementam modalidades mais civilizadas, mais dignas, mais humanas para a atividade de geração de trabalho e renda (CATTANI, 2002).

Singer (1999) afirma que a EPS é menos inconsistente do que a economia capitalista. Uma vez que ela coloca, aberta e diretamente, a solidariedade como princípio organizador da economia social em lugar da competição. A ideologia da economia solidária é coletivista. As pessoas se ajudam, são solidárias umas com as outras, se unem e, com isto, ficam bastante fortes. Na economia solidária a competição é bastante negativa, embora, em certas circunstâncias seja inevitável (SINGER, 1999).

Segundo Singer (2000), o modo solidário de produção e distribuição ainda que pareça à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias, é uma síntese que supera ambos. A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos, citados por Singer (2000, p.15), são:

- a) Posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir;
- b) Gestão democrática da empresa ou por participação direta ou por representação;
- c) Repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; e,
- d) Destinação do excedente anual também por critérios acertados entre todos os cooperadores.

Da mesma forma, segundo Gaiger (2003), os empreendimentos econômicos solidários apresentam-se sob forma de grupos de produção, associações, cooperativas e empresas autogestionárias.

O conceito de empreendimentos solidários foi ainda decomposto em oito características interdependentes, relativas à organização interna das experiências econômicas e às suas interações com o meio e a sociedade: autogestão, democracia, participação, igualitarismo, cooperação, viabilidade, responsabilidade social e desenvolvimento humano (GAIGER, 1999, *apud* GAIGER, 2003, p. 139).

Já Andion (2001) acrescenta que dentre as organizações de economia solidária destacam-se associações civis de caráter público, organizações comunitárias, organizações voluntárias, ONGs de atuação social direta, etc.; no entanto, nestes empreendimentos predomina a reciprocidade, assim como o dom e o voluntariado, os quais são necessariamente dependentes das relações pessoais presentes na esfera comunitária.

Nessa perspectiva, Moura *et al.* (2003) situa o empreendimento solidário como uma forma de expressão da economia solidária que pode assumir o formato de cooperativa, empresa autogestionária, rede e outras formas de associação para produção e/ou aquisição de produtos e serviços.

Conforme Gaiger (2002), as exigências que os empreendimentos solidários devem apresentar para que sejam experiências genuinamente sob a ótica do trabalho (p. 5):

- a) Funcionar com base na propriedade social dos meios de produção, vedando a apropriação individual desses meios ou sua alienação particular;
- b) O controle do empreendimento e o poder de decisão pertencem à sociedade de trabalhadores, em regime de paridade de direitos; e,
- c) A gestão do empreendimento está presa à comunidade de trabalho, que organiza o processo produtivo, opera as estratégias econômicas e dispõe sobre o destino do excedente produzido (VERANO, 2001 *apud* GAIGER, 2002).

Já para Andion (2001), as organizações em Economia Popular Solidária podem assumir formas diferenciadas, mas com o seu desenvolvimento iniciado a partir de alguma iniciativa da sociedade civil organizada. No seu estudo a autora afirma que algumas pesquisas realizadas por vários autores em diferentes países esboçam um delineamento de características comuns a este tipo de organização, dentre as quais se destacam (p. 5):

- a) Elas têm em geral um papel social, que provém de um projeto definido. A criação de uma organização deste tipo está sempre ligada a uma problemática precisa, conseqüência de uma demanda social identificada. Desta forma, a riqueza coletiva gerada por este tipo de organização não se mede somente pelos produtos e serviços que ela gera, e sim pela sua contribuição à sociedade ou a um coletivo mais restrito.
- b) Atuando como vetores para a realização de projetos sociais, estas iniciativas são caracterizadas como, espaços enraizados na esfera pública, pois elas exprimem a capacidade dos cidadãos de agir para transformar a realidade em que vivem. Os membros de tais organizações não são ligados por laços de sangue ou parentesco

- e provém de diferentes camadas sociais. Na sua interação cotidiana, estes atores negociam permanentemente visando promover o bem comum e, desta forma, operam a transição entre a esfera privada e a esfera pública, constituindo-se numa ‘comunidade política local.
- c) A proximidade entre os indivíduos e a reciprocidade entre eles também redefinem as relações econômicas presentes neste tipo de organização. É possível perceber a participação dos diferentes atores (assalariados, voluntários, gestores e beneficiários) atuando coletivamente na gestão destes organismos e participando na concepção da oferta e da demanda de bens e serviços. Esta participação permite um estabelecimento conjunto de preço e qualidade, visando em muitos casos a ampliação do acesso aos bens e serviços produzidos.
 - d) A diferenciação no preço e as formas de gestão financeira são baseadas numa hibridação de diferentes fontes de financiamento. Os recursos mercantis (provenientes da venda de bens e serviços), os recursos não mercantis (proveniente do financiamento do Estado e de outras agências financiadoras) e os recursos não-monetários (provenientes do voluntariado e dos dons recebidos) se combinam, permitindo uma maior flexibilidade e a continuidade dessas organizações ao longo do tempo.

Corroborando com esta idéia, França Filho e Silva Júnior (2002) vêem na EPS uma construção conjunta de oferta e demanda diretamente relacionadas com as necessidades sociais reais locais, diferentemente da ideologia de uma equalização da oferta e demanda por meio de uma “mão invisível” (p. 5).

Dentre os trunfos que os empreendimentos solidários têm, Gaiger (2002) cita como uma de suas características tangíveis a eliminação de uma parcela dos resultados que era apropriada pelos detentores de capital para fins privados, ao passo que, com a autogestão, ela fica ao livre arbítrio dos trabalhadores, somando à remuneração do trabalho ou sendo reinvestida na empresa. Somado a isso, há, ainda, a diminuição dos custos com estruturas de controle e supervisão, com estímulos à fidelidade e à eficiência, com programas de motivação. Enfim, gastos gerados com o intuito de tomar os trabalhadores continuamente de um espírito corporativo, uma vez que há uma supressão das relações assalariadas e do antagonismo entre o capital e o trabalho.

Para Singer (2000, p. 28):

(...) a autogestão de uma empresa solidária é (ou deveria ser) totalmente diferente da gestão capitalista, em primeiro lugar porque os conflitos entre interesses seccionais devem ser muito menores e em segundo lugar porque podem ser tratados abertamente e resolvidos por negociações em que todos tomam parte.

Numa empresa solidária todas as informações relevantes estão disponíveis aos interessados. A contabilidade e os demais sistemas de controle são desenhados para que a

transparência impere, de modo que a participação de todos nas decisões possa acontecer. Sendo as decisões coletivas, a experiência de todos os sócios pode ser mobilizada, e esta será sempre muito maior que a experiência duma cúpula, que na empresa capitalista concentra o poder de decisão (SINGER, 2000).

Neste contexto, Singer (2000, p. 21) afirma:

(...) a gestão democrática é plenamente compatível com o emprego da competência científica. Os detentores desta competência não precisam ter ‘autoridade’ mas capacidade de formular alternativas e explicar os prós e os contras de cada uma a que tem autoridade, que na empresa solidária é a assembléia de sócios ou de quem decide por ela.

2.3.4 Dificuldades da Economia Popular Solidária

“Não há dúvidas sobre a nobreza dos propósitos comungados por todos aqueles envolvidos com a Economia Solidária” (CATTANI, 2002, p. 5). Os valores associados a essas experimentações estão entre os mais belos do gênero humano: generosidade, espírito de partilha, de doação, de construção coletiva sem segregação nem preconceitos ou exploração dos mais vulneráveis (CATTANI, 2002). Entretanto, é necessário fazer crítica às várias manifestações práticas e teóricas da Economia Solidária. Algumas questões merecem ser reformuladas, buscando esclarecer dúvidas e aprofundar o conhecimento das dificuldades, limites e, sobretudo, das possibilidades deste processo (CATTANI, 2002).

Em contraponto a Cattani, Singer (2000) afirma que o que induz a degeneração de empresas que são solidárias, pelo menos em sua acepção original, seria em menor parcela a pressão da cultura capitalista dominante ao passo que a descrença generalizada na capacidade de “meros trabalhadores” de se gerirem com eficiência seria um fator mais preocupante.

Já Gaiger (2000), diferentemente de Singer, aponta que as questões que hoje norteiam o campo da economia solidária giram em torno de um tema central: “como assegurar a viabilidade econômica dos empreendimentos solidários, garantindo seu êxito e sustentabilidade (...)” (p. 273).

Para Moura *et al.* (2003, p. 3) “a utopia na experimentação certamente encontra obstáculos de várias ordens”. Além da dificuldade para se lidar com os valores individualistas e de competição, há percalços de ordem material relacionados ao pouco aprendizado da produção coletiva (MOURA *et al.*, 2003). Lisboa (1999) comenta que todos os esforços, no conjunto, são ainda insuficientes para fortalecer os pequenos empreendimentos solidários. De acordo com o autor, muitas são as debilidades e os problemas constantes no cotidiano destas organizações, tais como, carência de capital de giro; acesso ao crédito; *design*, controle de qualidade, comercialização e tecnologia e ambigüidade da propriedade dos meios de produção; além dos problemas decorrentes de barreiras legais, da carência de entidades de apoio e de padrões gerenciais adequados. O autor destaca, ainda, que a precária rede de articulação das diferentes experiências dificulta o intercâmbio dessas experiências e o amadurecimento pela reflexão comum dos êxitos e dificuldades, levando a um acentuado ritmo de natalidade-mortalidade dessas atividades.

Em um estudo realizado por Moura *et al.* (2003) vislumbra-se que apenas em determinados momentos há excedente de produção nos empreendimentos solidários que permite a comercialização. Este dado vem reforçar a abordagem de Coraggio (2000), acerca da unidade doméstica, como ponto de partida da economia popular solidária, que se destina à satisfação de necessidades e agrega diferentes estratégias de reprodução coletiva da vida. Na mesma linha pode-se fazer uma associação com a abordagem de França (1999), a respeito da necessidade de se definir a economia a partir da articulação dos âmbitos mercantil, não mercantil e não monetário, ou seja, a hibridação da economia de Mercado, a Estatal e a reciprocitária ou da Sociedade Civil. No mesmo estudo é apontada a necessidade de se pensar conceitos e indicadores para a análise desse tipo de empreendimento. Há que se pensar a economia num sentido ampliado, percebendo-a como um conjunto de atividades de sustento da “casa”, incluindo as formais e informais, mercantis e não mercantis, e aquelas que não se situam no âmbito das trocas monetárias (MOURA *et al.*, 2003). As organizações estudadas na pesquisa realizada pelos autores, as quais têm a gestão e apropriação coletivas dos frutos do trabalho como característica básica, necessitam de novos referentes no tocante ao marketing, à administração financeira, à gestão de pessoal, entre outros (MOURA *et al.*, 2003).

Para Gaiger (2002), no contexto atual, os empreendimentos cooperativos autogestionários enfrentam duas formas de subordinação à economia capitalista: de um lado, estão sujeitos aos efeitos da lógica de acumulação e às regras de intercâmbio impostas ao

conjunto dos agentes econômicos; por outro lado, são forçados a utilizar a base técnica do capitalismo como forma de manter as premissas de competitividade impostas por estes sistemas, assim como as suas contínuas inovações nos processos produtivos. Da mesma forma, continua o autor, a economia solidária é obrigada a conviver sob tensão e a conceder em seus princípios. Uma vez que se fossem adotadas sem restrição à base técnica do capitalismo, seria descaracterizado o que há de específico no solidarismo econômico (GAIGER, 2002).

Em pesquisa realizada por Icaza (s/d) foram identificadas limitações nas experiências analisadas, aparentando uma contradição: se por um lado estão os empreendimentos que incorporam formas cooperativas e autogestionárias na organização dos processos de trabalho, estes funcionam com dificuldades até mesmo a sair da situação de fragilidade em que se encontram; por outro lado, estão os empreendimentos que alcançaram uma maior estabilidade financeira, só que, no entanto, parecem adotar práticas de gestão que se assemelham à lógica adotada pelas firmas capitalistas, ou seja, afetando-se a participação democrática dos seus membros.

Neste sentido, Wautiez, Soares e Lisboa (2003) acrescentam que ao contrário da economia tradicional, a EPS não adota somente indicadores mercantis ou quantitativos. A sua prática aponta para a necessidade da criação de “indicadores qualitativos capazes também de avaliar a solidez da sociedade, seu grau de confiança e coesão social, indicando situações-limite e evidenciando pontos de não-retorno, alargando, portanto, as possibilidades de acompanhamento das ações humanas” (p. 177).

Azevedo (2003) destaca que, em relação ao aporte de recursos financeiros estatais, tanto para a inovação tecnológica, quanto para o combate ao desemprego e para a economia solidária, isoladamente: (1) não atingem seus objetivos; (2) não se articulam; e, (3) todos pretendem resolver o mesmo problema: crescimento econômico e geração de emprego e renda. A autora recomenda, ainda, uma união entre os estudos brasileiros sobre inovação tecnológica e economia solidária como meio de geração de emprego a partir da inovação tecnológica aliada à autogestão, com o objetivo de tornar os empreendimentos autogestionários mais competitivos no mercado.

Conforme Costa e Carrion (2003, p. 4) “o reconhecimento político, pelo Estado, dessas iniciativas passa também pelo seu reconhecimento pelo conjunto da sociedade e dos

demais atores com que irá interagir no seu processo de formação e desenvolvimento” . Os autores consideram ainda fundamental o papel do poder público na influência sobre a instituição e a dinamização das políticas públicas de geração de trabalho e renda.

No entanto Eme, Laville e Maréchal (2001) destacam como críticas:

- a) A economia solidária constituiria um setor em separado;
- b) A economia solidária seria o “cavalo de tróia” do abandono do Estado das suas obrigações;
- c) A economia solidária seria uma economia assistencialista de reparação;
- d) A economia solidária seria uma subeconomia reservada aos excluídos; e,
- e) A economia solidária estaria condenada a dissolver-se em economia privada ou pública.

Para Singer (2002 *apud* GAIGER, 2003b), a economia solidária tem sido impulsionada pela sua capacidade de resposta às diversas situações de necessidade de sobrevivência, direitos e dignidade que os seus atores sociais vêm passando, no entanto, em longo prazo, a auto-sustentabilidade dependerá da sua “capacidade de assegurar a reprodução de amplos setores sociais e propiciar-lhes uma vida melhor” (p. 114).

2.3.5 Autogestão: um princípio fundamental de economia popular solidária

Singer (2003) define autogestão como princípio fundamental de organização de qualquer empreendimento de EPS, baseando-se nos “princípios de Rochdale”: “igualdade política (cada cabeça um voto), livre entrada e saída do quadro social, neutralidade política e religiosa e prioridade à educação cooperativa” (p. 119), ou seja, a eliminação total da hierarquia. Segundo ele, o princípio central de autogestão é: “todos os que trabalham na empresa participam de sua gestão e todos os que participam na gestão trabalham na empresa” (p. 120).

A ANTEAG (Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária) define a autogestão como o controle dos meios de produção e da gestão pelos trabalhadores (ANTEAG, 2000).

Já Tauile e Debaco (2002) definem autogestão como “um ideal de democracia econômica e gestão coletiva a ser perseguido do que como uma possibilidade prática”. Assim, continuando, podem ser chamadas de empresas autogestionárias as que tenham iniciativas concretas nestes termos com o mínimo de organização (TAUILE e DEBACO, 2002).

Misoczky, Oliveira e Passos (2003) adotam, em seu artigo, a seguinte definição de autogestão: “gestão dos meios de produção e organização social coerente com os princípios da liberdade e igualdade, em que todas as entidades de base, movimentos populares, grupos e indivíduos têm iguais direitos e participação”.

Silva e Vinhas (2003) definem uma atividade econômica autogestionária como uma “organização produtiva que as pessoas se reúnem para trabalhar e gerar renda sem ter patrões” (p. 4). Logo em seguida, explicam o seu funcionamento afirmando que uma organização autogestionária não visa lucro e que todos os participantes são sócios com direito a voto nas decisões e nas eleições da sua diretoria, a qual funcionará em acordo com as diretrizes discutidas e aprovadas em assembléia geral. As autoras acrescentam que não há vínculo empregatício, a divisão dos excedentes se dá entre todos os sócios de forma igualitária.

Para Nakano (2000) a autogestão é um modelo de gestão onde o controle da empresa e as decisões são exercidos pelos trabalhadores. Eles decidem sobre tudo: metas de produção, participação dos resultados, política de investimento e modernização, política de relacionamento entre as pessoas, mercado, etc. Para que o projeto de autogestão dê certo, são necessários alguns parâmetros mínimos (ANTEAG, s/d *apud* NAKANO, 2000):

- a) democratização das tarefas que envolvam raciocínio;
- b) motivação dos trabalhadores de forma que acreditem no projeto e na inteligência coletiva;
- c) viabilidade do projeto e rentabilidade no médio e longo prazo;
- d) integração da empresa em “redes de negócios”, transformando a inteligência coletiva no principal patrimônio das empresas autogestionárias;
- e) viabilizar a implantação de técnicas modernas e efetivas de gestão, com transparência e democratização das informações, incentivo e contribuição dos trabalhadores; e,

- f) parceria de trabalho com o Sindicato dos Trabalhadores, desde que ele tenha dado apoio efetivo ao projeto autogestionário.

Para Tragtenberg (1996 *apud* MISOCZKY, OLIVEIRA e PASSOS, 2003) a autogestão é importante, simultaneamente, nas esferas social, política e individual. O mesmo autor afirma que as concepções de autonomia e de autogestão são muito próximas uma vez que elas “significam a integração do econômico com o político, afastando o tecnocrata administrador e o político profissional, características da democracia representativa” (p. 3).

De acordo com Gaiger (2000) as cooperativas, entre outras formas de empreendimento solidário, que nascem da necessidade imperiosa de encontrar uma solução geram solidariedade como imposição da necessidade. Existindo prática anterior de solidariedade, transcendendo os objetivos econômicos, o empreendimento é favorecido.

Tauile e Debaco (2002), apresentam algumas vantagens potenciais da autogestão:

- a) A maior motivação do trabalhador decorrente da participação nas decisões e de estar trabalhando em um negócio próprio;
- b) A transparência na gestão, pois ela reduz as possibilidades de fraudes contra a empresa e desleixo dos administradores;
- c) Resulta, muitas vezes, em um benefício à sociedade quando há uma falência e os trabalhadores associam-se mantendo a empresa; e,
- d) Mesmo que apenas uma parcela restrita apresente um excelente desempenho econômico-financeiro, estes empreendimentos geram ou preservam postos de trabalho e renda com um custo bastante reduzido.

Conforme Gaiger (2002) outra vantagem das empresas autogestionárias é a maior facilidade com que se admite as perdas, pois as decisões adotadas, como, por exemplo, reduções ou incrementos unilaterais da jornada de trabalho com o conseqüente abatimento ou aumento das retiradas individuais, são aprovadas de forma democrática e transparente, pois são as melhores atitudes contra o desemprego dos cooperados.

Para Coudrot (1999 *apud* GAIGER, 2002) o zelo e a atitude de colaboração dos trabalhadores é indispensável a qualquer empresa e, gradualmente, mais eficientes que as estratégias motivacionais de convencimento ou coação realizadas pelos patrões. Assim, há

uma relação entre o desempenho do empreendimento e os benefícios pessoais concedidos, bem com a menor rotatividade da força-de-trabalho e da partilha dos valores e objetivos da organização (GAIGER, 2002).

Sendo assim, Gaiger (2002) considera que o interesse dos trabalhadores em garantir o sucesso do seu empreendimento é um estímulo ao aprimoramento do processo produtivo, a eliminação dos desperdícios e de tempos ociosos, a qualidade do produto ou os serviços; e, também, a inibição do absenteísmo e negligência.

No entanto, segundo diversos autores (TAUILE, 2001; SILVA e VINHAS, 2003), a prática vem demonstrando a dificuldade que os trabalhadores autogestores têm de se sentirem proprietários, responsáveis pela empresa onde eram empregados.

Para Gaiger (2002) há uma aproximação entre os modernos métodos de gestão e os fundamentos democráticos de autogestão, ao passo que as técnicas de gerenciamento horizontal e a responsabilização do trabalhador estão concatenadas com os ideais da estrutura participativa dos empreendimentos solidários. No entanto, o autor cita como um problema freqüente a falta de um gerenciamento profissional, como conhecimento específico nesta disciplina e, sobretudo, “apropriado metodologicamente a um contexto organizacional de autogestão” (p. 12).

Singer (2000), embora apostando na experimentação, fala das dificuldades da cooperativa de produção e de certa tendência a “degenerar os valores de solidariedade e cooperação”, quando crescem os negócios. Cita o exemplo da grande empresa cooperativa Madragon, na Espanha, que conta, atualmente, com 40.000 pessoas, tem êxito econômico, mas, segundo o autor, afastou-se dos princípios solidários.

Cabe-se ressaltar que, segundo Tauile e Debaco (2002), uma ótima rentabilidade não é suficiente em empresas de autogestão, é necessário, também, que este objetivo seja alcançado de forma democrática e participativa, sem a utilização da racionalidade lógica na manutenção de empregos e que os participantes do projeto possuam qualidade de vida.

Tauile (2001) classifica as empresas autogestionárias no Brasil quanto à origem das suas atividades em dois amplos conjuntos. No primeiro, o principal traço característico é serem empresas que passaram ou ainda passa por situação falimentar ou pré-falimentar. Este

primeiro conjunto subdivide-se em três subgrupos: num deles o funcionamento é inviável porque diversos aspectos da estratégia da empresa estão inadequados para operarem no mercado a que se propõe. Um outro subgrupo compõe-se de empresas onde a direção anterior fazia valer taxas de exploração excessivas, apropriando-se pessoalmente de uma parte substancial do excedente sem reaplicá-lo no negócio. Um terceiro subgrupo ainda seria definível por empresas abrangidas por externalidades como quando, apesar da atualidade de seus processos de produção ficam prejudicadas pela falência ou mudança de estratégia em geral da empresa que as subcontrata.

Desta forma, segundo Tauile e Debaco (2002), é necessário que se estimule a criação de redes de empresas autogestionárias que, além de desenvolver a economia de escala, também desenvolva a solidariedade entre os entes, visando suprir as deficiências e as lacunas de competências da economia solidária no Brasil.

Quadro 1: Tipologia de características essenciais a qualquer Organização que se auto denomine gerida sob os princípios da EPS

Características Essenciais à qualquer Organização que se auto denomine gerida sob os princípios da EPS
Quanto à gestão:
Empresa autogestionária.
Propriedade coletiva dos meios de produção, processo de trabalho e gestão coletiva do empreendimento.
Repartição da receita líquida entre todos os cooperados pro critérios aprovados em discussões e negociações entre todos, bem como a destinação do excedente produzido.
Quanto à forma de organização
Podem ser grupos de produção, associações, cooperativas e empresas autogestionárias.
Quanto à origem dos recursos
Podem receber recursos mercantis próprios (venda de produtos), financiamentos do Estado e de agências de desenvolvimento e recursos não-monetários (voluntariado).
Quanto ao Público
Possuem como público desempregados desqualificados ou não até pessoas totalmente excluídas do processo de desenvolvimento de tecnologias, dos programas sociais oficiais, da distribuição de renda e do sistema econômico oficial.
Quanto às características sociais
Solidariedade.
Privilégio às necessidades humanas sobre o capital na distribuição do excedente
Modo de produção e distribuição plural, mas sob os braços do capitalismo.
Propicia a conquista da cidadania e da inserção social comunitária através do trabalho, possibilitando chances emancipatórias aos participantes.
As iniciativas não precisam ser necessariamente populares.
A criação da iniciativa responde a uma demanda social identificada atendida por meio de competências no plano local.
Acrescenta uma capacidade dos seus atores sociais agirem no espaço público, de chamar a atenção para problemáticas sociais através da sua ação, não tão somente para a geração de renda, mas também em relação aos direitos sociais.

Fonte: Elaboração própria, 2005.

A Economia Popular Solidária surge em decorrência da crise no mundo do trabalho como uma nova proposta de regulação econômica e política da sociedade sem, no entanto, desvincular-se da forma econômica dominante, obrigando-se e interagindo sob o modo de produção capitalista. No mesmo sentido, a EPS vem a ser um instrumento de políticas públicas descentralizadas voltadas não só para a geração de renda e emprego aos cidadãos, mas também como uma forma de reconhecimento da sociedade civil organizada como um novo ator social. Assim, chegou-se a um modelo de análise, apresentado no Quadro 1, que permite identificar as características de uma organização que se organiza sob os princípios da EPS.

2.4 Urbanização: o desafio da preservação ambiental

2.4.1 Urbanização e saturação do meio ambiente

Desde a revolução industrial, fenômenos migracionais têm feito a população urbana aumentar em demérito da população rural. Este fenômeno de urbanização global está acontecendo em nível mundial, onde aproximadamente dois terços da humanidade mora em cidades (PRANDINI, 1994), ao passo que no Brasil, já há mais de 70% da população vivendo em zonas urbanas (SANCHES, 1995).

Sabe-se que, conforme Terán (1998), há características comuns a todas as cidades: pobreza, poluição, excessivo consumo de recursos naturais. O que, então, faz as cidades tão atrativas? Moor (*apud* TERÁN, 1998) responde com a afirmação do arqueólogo Norman Hammond, na qual o conceito de sociedade civilizada e cultura estão ligados à idéia de viver nas cidades. E também acrescenta que é necessário considerar o papel fundamental das cidades no desenvolvimento das sociedades, ou seja, elas são as que provêem as condições de infra-estrutura ideais para o desenvolvimento dos países.

Corroborando com a migração para zonas urbanas, Terán (1998) aponta o crescimento populacional das cidades com um agente de desequilíbrio dos centros urbanos. O Quadro 2 aponta a evolução da população mundial de 1975 até os dias de hoje. É importante

considerar que no início da revolução industrial a população mundial era de aproximadamente 1 bilhão de pessoas¹.

Quadro 2: População mundial urbana e rural

Região	População (em milhões)						% urbana		
	1975		2000		2030		1975	2000	2030
	Urbano	Rural	Urbano	Rural	Urbano	Rural			
África	102	304	295	498	787	702	25	37	53
Ásia	592	1.805	1.376	2.297	2.679	2.271	25	37	54
América Latina e Caribe	198	124	391	127	608	116	61	75	84
Europa	455	221	534	193	540	131	67	73	80
América do Norte	180	64	243	71	335	61	74	77	84
Oceania	15	6	23	8	32	10	72	74	77
Total individual	1542	2.524	2.862	3.194	4.981	3.291			
Total	4066		6056		8272				

Fonte: United Nations, 2002 (131). Population Reports²

O Quadro 2 apresenta o crescimento da população urbana em todos os continentes mundiais. Cabe-se ressaltar o viés chinês, onde o governo impõe a manutenção da população rural como método de planejamento nacional, fazendo com que aproximadamente um bilhão de pessoas continuem em zonas rurais sem a possibilidade de migrações para zonas urbanas.

Nos países periféricos este quadro apresenta um agravante, uma vez que a proporção de habitantes urbanos que sofrem por pobreza e degradação ambiental é maior do que nos países centrais. Segundo Terá (1998), a falta de políticas efetivas para o desenvolvimento sustentável das economias rurais, força os mais jovens a abandonar o campo e ir à busca de emprego nas cidades; tornando-se comum, conforme a autora, a superpopulação das cidades através da criação de assentamentos ilegais, onde o fornecimento de água, saneamento, coleta de lixo e acesso à assistência médica são insatisfatórios ou inexistentes.

Um outro problema que provoca o desequilíbrio dos centros urbanos e está intimamente ligado aos problemas do crescimento populacional, conforme a autora, é o modelo de desenvolvimento econômico utilizado atualmente, no qual se estimula à cultura do desperdício. Como, por exemplo, o uso de embalagens sofisticadas e produtos descartáveis,

¹ Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br/porto/mapas/nmpop.htm>

² Disponível em: www.fnuap.org.br/ESTRUT/SERV/arquivos/tendencias_da_populacao_mundial.htm

que aumentam a quantidade de lixo no meio ambiente. Somente no município de Porto Alegre são 1600 t de resíduos por dia³.

Desta maneira, a saturação do meio ambiente tem levado Organizações Não-Governamentais, grupos de pesquisa e entidades públicas a estabelecerem um modelo de desenvolvimento sustentável a ser adotado para o crescimento das cidades em oposição ao sistema atual. Este desenvolvimento sustentável, conforme Costa (1998), prevê o desenvolvimento das cidades, aliado à proteção do meio ambiente, de modo a satisfazer as necessidades do presente e proporcionar às futuras gerações um ambiente favorável à realização de suas atividades.

Ainda para a mesma autora, considera-se como uma cidade sustentável, “aquela capaz de gerenciar questões relevantes como habitações, consumo de energia, consumo de água, resíduos líquidos e sólidos, entre outros, levando em conta a minimização dos impactos ambientais, de forma a servir de modelo na economia de recursos naturais” (COSTA, 1998, p. 11).

No caso brasileiro, a gestão dos resíduos sólidos é responsabilidade dos governos municipais. Cabe à esfera municipal, segundo Costa (1998), gerenciar o lixo urbano de maneira tal que proporcione um destino adequado para os diversos tipos de resíduos, bem como adotar uma política ambiental capaz de influenciar diretamente no comportamento da população local, motivando-a a manter a cidade visualmente limpa, seja pela não disposição de lixo em locais impróprios, ou pela redução e reutilização de resíduos.

2.4.2 Resíduos sólidos: desafio ambiental

Para Consoni *et al.* (1996), lixo é definido como os restos das atividades humanas os quais são indesejáveis e inúteis. Em total acordo com o termo lixo que Ferreira (1986, p. 1042) define em seu dicionário como “aquilo que se varre da casa, do jardim, da rua e se joga fora; entulho. Tudo o que não presta e se joga fora; sujidade, sujeira, imundície. Coisa ou coisas inúteis, coisas velhas e inúteis, sem valor; ralé”. Já Lima (1995, p. 11) apresenta uma definição similar, mas acrescenta a identificação da composição física do lixo, que é

³ Disponível em: www.dmlu.prefpoa.com.br

constituído de “sobras de alimentos, papéis, papelões, plásticos, trapos, couros, madeira, latas, vidros, lamas, gases, vapores, poeiras, sabões, detergentes e outras substâncias descartadas pelo homem no meio ambiente”.

Conforme Campos (2001, p. 10), por geração “entende-se a transformação do material utilizável em resíduo; e geradores, por definição, são os estabelecimentos e sujeitos que produzem resíduos”.

A definição oficial de resíduos sólidos no Brasil, adotada pela norma brasileira NBR – 10.004 – Resíduos Sólidos – Classificação, de 1987, da ABNT é:

(...) aqueles resíduos em estados sólido e semi-sólido que resultam de atividades da comunidade de origem: doméstica, industrial, hospitalar, comercial, agrícola, de serviços e de varrição. Ficam incluídos nesta definição os lodos provenientes de estações de tratamento de água, aqueles gerados em equipamentos e instalações de controle de poluição, bem como determinados líquidos, cujas particularidades tornem inviáveis seu lançamento na rede pública de esgoto ou corpos de água, ou exijam, para isso, soluções técnicas e econômicas inviáveis em face à melhor tecnologia disponível.

Os serviços de limpeza pública vêm sendo prestados pelas administrações locais (COSTA, 1998; TERÁN, 1998), seja executando-os ou fiscalizando-os. Estes serviços compreendem a coleta domiciliar do lixo, seu transporte e o destino final dos resíduos sólidos (TERÁN, 1998). No entanto, conforme a autora, estas administrações costumam enfrentar os seguintes problemas: a geração de grandes volumes de desperdícios e assegurar que os serviços de coleta e deposição do lixo urbano atendam aos mais altos padrões (UNIÃO INTERNACIONAL PARA A CONSERVAÇÃO DA NATUREZA *et al.*, 1991 *apud* TERÁN, 1998), situações agravadas, conforme a mesma autora, pela pouca preocupação das autoridades com respeito à conservação ambiental. O que pode acarretar, entre outras conseqüências, no aumento de doenças transmitidas por moscas, pernilongos, baratas, ratos, etc.; que tem a sua proliferação aumentada em função de mau acondicionamento de resíduos sólidos (TERÁN, 1998).

Além de problemas sanitários, Zepter (1992) aponta as dificuldades comuns que os países em desenvolvimento enfrentam em relação ao tema:

- Limitação financeira, orçamentos inadequados, fluxo de caixa desequilibrado, arrecadação insuficiente e inexistência de linhas de crédito;

- Falta de capacitação técnica e profissional, desde o pessoal operativo até os profissionais técnicos;
- Falta de cooperação da população; e,
- Descontinuidade política e administrativa.

Problemas, os quais, conforme a autora, são agravados pelos seguintes fatores:

- Limitação da capacidade de implementação de políticas públicas, devido à existência de um sistema tributário que concentra recursos na esfera central do poder;
- Ausência de práticas de negociação responsável entre as várias esferas de poder, visando encontrar uma solução ao problema dos resíduos urbanos;
- Processos produtivos dependentes da importação de tecnologias obsoletas; e,
- Adaptação de modelos de gerenciamento implantados com êxito em outras cidades, onde, a realidade física, cultural, social e econômica é totalmente diferente.

No entanto, segundo Terán (1998), as dificuldades têm diminuído parcialmente em consequência da ação de organismos internacionais, movimentos ecológicos e entidades sem fins lucrativos, que se dedicam à proteção do meio ambiente. Conforme a autora, o trabalho de conscientização destas entidades, bem como a denúncia das irregularidades existentes e o processo de educação ambiental – tanto nos moldes da educação formal quanto na mídia, vem mudando a forma com que os cidadãos encaram a problemática do lixo, promovendo uma maior consciência ambiental nas pessoas. Como consequência, a autora aponta a mudança na maneira pela qual este problema tem sido visto, onde a administração municipal reconhece a participação dos cidadãos como peça fundamental no gerenciamento dos resíduos sólidos das cidades.

Em resposta às pressões dos *stakeholders*, conforme a autora, pesquisadores, empresas de limpeza urbana, prefeituras e a população buscaram soluções para um gerenciamento adequado dos resíduos sólidos, provocando o menor dano possível ao meio ambiente. Assim, concluiu-se que, conforme Metzger e Bermudez (1996), o gerenciamento integrado dos resíduos sólidos não se limita somente à procura de soluções para os inconvenientes visuais e olfativos ocasionados pelos refeitos deixados nas ruas e praças de uma cidade, ele abrange também, conforme Wells (1993), o acondicionamento, coleta,

transporte, tratamento, destino final dos resíduos, como também constitui um importante instrumento de conscientização e mobilização sobre o meio ambiente.

2.4.3 Classificação dos resíduos sólidos

Consoni *et al.* (1996) classifica o lixo segundo a origem como domiciliar, comercial, público, serviços de saúde, portos, aeroportos e terminais de ferro e rodoviários, industriais, agrícolas e entulhos. Como objeto de estudo deste trabalho, os conceitos de lixo domiciliar e comercial são dados abaixo, conforme os autores.

- Domiciliar: é todo tipo de resíduo sólido proveniente da vida diária das residências, constituído por restos alimentares, papéis, latas, garrafas, embalagens em geral, fraldas descartáveis, papel higiênico, entre outros itens; e,
- Comercial: é aquele originado das atividades comerciais e de serviços, tais como supermercados, bares, restaurantes, estabelecimentos bancários, postos de gasolina, estacionamentos, etc.; e é constituído em grande parte por papéis, plásticos, embalagens diversas e restos alimentares dos funcionários.

Também é utilizada neste trabalho a classificação dos resíduos sólidos segundo a necessidade de reciclagem de seus componentes, que, conforme Costa (1998), tem-se como:

- Lixo seco: é constituído por resíduos sólidos potencialmente recicláveis, tais como metais, plásticos, vidros e papéis. Esse lixo é segregado pela população na origem ou separado nas unidades de triagem e/ou nas usinas de reciclagem; e,
- Lixo orgânico facilmente biodegradável: é formado por resíduos sólidos não destinados à reciclagem. Como, por exemplo, sobras alimentares, plantas mortas, papéis higiênicos, etc.

No entanto, segundo a SEDU (s/d), há uma fração de rejeitos do lixo (de 20 a 25% do total de resíduos) que não pode ser reciclado, tais como objetos pessoais, como escova de dente, tênis, canetas, etc., até a sujeira recolhida no quintal ou embalagens cuja composição não permite ainda, sua utilização como matéria-prima.

2.4.4 Destino final dos resíduos sólidos: um problema de gestão

Segundo Costa (1998), o gerenciamento dos resíduos sólidos evoca a questão de qual o tipo de tratamento que deve ser dado ao lixo, de maneira a lhe proporcionar um destino final que atenda tanto aos parâmetros ambientais quanto aos econômico-sociais. Conforme a autora há uma dificuldade crescente dos grandes centros em gerenciar a destinação dos resíduos, uma vez que a área disponível para a construção de novos aterros sanitários é restrita e a adoção de incineradores é mal vista pela população em geral. Desperta, então, para a autora, a ampliação do uso da reciclagem e da compostagem de materiais, como alternativa e também parte da solução dos problemas do destino do lixo, mas que exigem uma contínua educação ambiental e a existência de um mercado voltado para os recicláveis.

É neste momento que, segundo a mesma autora, surge uma situação paradoxal: enquanto órgãos públicos e entidades não governamentais confabulam políticas públicas de preservação e destinação final que sejam viáveis economicamente e ambientalmente, por outro lado as indústrias – de modo geral – aumentam a produção de produtos descartáveis, mais atraentes para o consumidor, induzindo a população a sentir necessidade de consumi-los cada vez mais no seu dia a dia.

A produção de lixo mundial é alarmante (Quadro 3) e, segundo Contadório (1995 *apud* Costa 1998), o descarte de produtos industriais consumidos pelas pessoas representa 400 milhões de toneladas por ano de resíduos. Porém, a maior preocupação, conforme Costa (1998), é a destinação final dos resíduos, é ela que contribui para a degradação do quadro ecológico. O Quadro 4 apresenta a situação do lixo no Brasil, onde são produzidos 88 milhões de toneladas por ano de resíduos sólidos (PRANDINI *et al.*, 1996, *apud* COSTA, 1998).

Quadro 3: Produção per capita em kg/habitante por dia de algumas cidades

Cidade	Produção Per Capitã em kg/habitante por dia
São Paulo	1,35
Cidade do México	1,20
Caracas	1,18
Curitiba	1,07
Rio de Janeiro	1,00
Santiago do Chile	0,87
Porto Alegre	0,62
Quito	0,92
Londres	1,26
Paris	1,59

Fonte: (ACURIO *et al.*, 1997, p. 40-41; CRESPO, 1993, *apud* COSTA, 1998).

Segundo Costa (1998), além de Porto Alegre, vêm sendo criadas ações no Brasil que buscam minimizar a problemática dos resíduos sólidos, onde se destacam Curitiba, com o programa de coleta seletiva ‘Lixo que não é lixo’ (AICL, 1997, *apud* COSTA, 1998); e Recife que possui um programa de coleta seletiva e reciclagem, realizado de porta em porta e através de postos de entrega voluntária distribuídos pela cidade; e Belo Horizonte com o programa de reciclagem realizado através de parceria entre papaleiros, associações, bancos, empresas, entidades filantrópicas e crianças de rua com a Secretaria de Limpeza Urbana (AIRES NETO, 1996 *apud* COSTA, 1998).

Quadro 4: Situação do lixo no Brasil, segundo o IBGE

Disposição dos resíduos sólidos coletados	Total em %
Céu aberto	76,0
Aterro sanitário	10,0
Aterro controlado	13,0
Compostagem	0,9
Usina de incineração	0,1

Fonte: (PRANDINI *et al.*, 1996 *apud* COSTA, 1998).

Neste contexto, Calderoni (1998) destaca a reciclagem como parte essencial a um programa de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, como forma de minimização destes resíduos ou, até mesmo, como modo de tratamento. O mesmo autor, em um sentido mais amplo, considera que “o termo reciclagem, aplicado aos resíduos, designa o reprocessamento de materiais, de sorte a permitir novamente sua utilização: trata-se de dar uma nova vida. Nesse sentido, reciclar é *ressuscitar* materiais, permitir que outra vez sejam aproveitados” (CALDERONI, 1998, p. 52, grifo no original).

Já para Lima (2001, p.106), reciclagem:

(...) é um processo através do qual qualquer produto ou material que tenha servido para o propósito a que se destina e que tenha separado do lixo, é reintroduzido no processo produtivo e transformado em um novo produto... ou ainda pode ser o reaproveitamento de materiais de sorte a permitir novamente a sua utilização.

O autor divide a reciclagem em:

- Direta (pré-consumo): quando são processados materiais descartados na própria linha de produção; e,
- Indireta (pós-consumo): quando são processados materiais que foram descartados como lixo por usuários.

O processo de reciclagem indireto (Lima, 2001), abordado neste trabalho, segundo Tchobanoglous *et al.* (1993), envolve a recuperação dos materiais do lixo, o processo intermediário de triagem e compactação, o transporte e o processo final de prover o resultado da reciclagem a algum fabricante ou na constituição de algum produto.

Como vantagens deste processo, Calderoni (1998) destaca:

- redução da agressão poluente do ambiente, protegendo muitas fontes não renováveis;
- redução dos custos de fabricação de alguns produtos, uma vez que o processamento de materiais recicláveis é, geralmente, menos dispendioso, sobretudo em termos energéticos;
- economia de energia;
- indisponibilidade e custo crescente de aterros sanitários;
- custo de transporte crescente; e,
- a geração de trabalho e renda.

Como exemplo prático destas vantagens, Jucá (1998) afirma que a reciclagem pode ser uma boa forma de negócio, visto que o Brasil deixa de ganhar cerca de R\$ 4,6 bilhões anuais por não investir na coleta seletiva e na reciclagem. No Quadro 5, são apresentados os dados em que o autor se baseia nesta afirmação.

Quadro 5: Reciclagem no Brasil em 1997

Tipo de Material	Produção (ton)	Reciclagem		Economia (milhões de Reais)	
		Toneladas	(%)	Obtida	Possível
Lata de alumínio	66.000	46.000	70	22,20	31,70
Vidro	800.000	280.000	35	27,90	79,60
Papel	5.798.000	1.840.000	32	712,00	2.239,40
Lata de aço	600.000	108.000	18	33,50	186,70
Plásticos	2.250.000	270.000	12	395,80	3.298,50
Total	9.514.000	2.544.000	-	1191,40	5.835,90

Fonte: Jucá, 1998.

Apesar das vantagens da reciclagem, Tchobanoglous *et al.* (1993) acrescentam que a coleta e o transporte de materiais requerem quantidades substanciais de energia e trabalho para serem efetivadas e, historicamente, a maioria dos programas de reciclagem são subsidiados economicamente.

No mesmo sentido Lima (2001) acrescenta que há necessidade da reciclagem de resíduos ocorrer de forma integrada, onde políticas públicas fizessem com que os resíduos de uma empresa passassem a ser matéria-prima de outra, criando-se um ciclo fechado, ao invés de uma reciclagem fragmentada. Pois, conforme o autor, a reciclagem de forma fragmentada traz um consumo de energia fóssil para o transporte dos produtos separados para serem reciclados e também de água, de eletricidade e de outros insumos no processo de reciclagem propriamente dita, tornando o processo de reciclagem um subsídio muito oneroso ao estado. E, além do mais, segundo o mesmo autor, sem esta mudança, se todos os resíduos hoje produzidos no Brasil fossem reciclados, não haveria um parque reciclador suficiente para absorvê-los.

No entanto, para Lima (2001) o custo de um programa de reciclagem pode se justificar socialmente pelos custos ambientais evitados com o reaproveitamento do lixo e, também, como um programa de geração de trabalho e renda para excluídos (CALDERONI, 1998).

2.4.5 A Coleta Seletiva

Segundo Lindenberg (1998, p. 230), a Coleta Seletiva “é a coleta que remove os resíduos previamente separados daqueles recolhidos pela coleta regular domiciliar na própria

fonte geradora”. Wells *et al.* (1996) acrescentam que os resíduos separados na própria fonte geradora são materiais que podem ser recuperados e são separados mediante um acondicionamento específico para cada componente ou grupo de componentes, para fins de reciclagem. Segundo o órgão de limpeza urbana da cidade de São Paulo (LIMPURB, 1990 *apud* COSTA, 1998) a coleta seletiva é classificada em duas modalidades:

- Coleta de porta em porta: um caminhão recolhe a domicílio os materiais separados. Esta coleta pode ser feita em adição ao sistema de coleta regular ou em substituição a um dia desta. Pode-se adicionar todos os materiais misturados ou solicitar ao município a separação por embalagens distintas; e,
- Coleta por entrega voluntária: neste sistema o município participa mais ativamente da coleta seletiva, pois além de separar os materiais, ele transporta até um local e o deposita em containeres, separados conforme o tipo de material.

Segundo SEDU (s/d, p. 20), a coleta seletiva “visa modificar o ciclo comum dado aos resíduos sólidos urbanos, ou seja, antes dos materiais integrarem-se ao conjunto heterogêneo e desuniforme em que consiste o lixo, dá-se ao mesmo um caminho diverso do usual”, o que representa três ganhos distintos (p. 20):

- Permite a preservação das características originais para a valorização dos materiais, o que em termos econômicos é essencial para fazer frente aos custos operacionais de limpeza pública;
- Proporciona a racionalização e a otimização dos equipamentos, sistemas e métodos de coleta e disposição final regulares; e,
- Permite a retirada dos materiais do conjunto a ser encaminhado aos aterros sanitários, o que se não for feito, determinará o rápido esgotamento da vida útil dos mesmos. A demanda por recursos naturais para a disposição final de lixo é, na atualidade, um dos maiores problemas ambientais urbanos, notadamente para aquelas comunidades que têm seus territórios esgotados e não mais dispõem desses recursos.

Em contraposição às vantagens da coleta seletiva, Lima (2001, p. 115) afirma que:

- Há um alto custo de operação, chegando a ser 10 vezes maior que os preços de uma coleta e transporte do lixo regular através de uma empreiteira;
- O atendimento, salvo raras exceções, é somente para uma pequena parcela da população;

- Há dificuldades para inserir o ressarcimento de tais serviços através da taxa de limpeza pública ou taxa de coleta de resíduos; e,
- Há uma noção errônea de segmentos da sociedade de que a coleta seletiva é lucrativa, uma vez que para se conseguir os baixos custos ela conta com subsídios governamentais.

Para a SEDU (s/d, p. 20), a gestão coleta seletiva pode ser realizada por diversos modelos institucionais:

- Manejo municipal direto: neste modelo a operação da coleta seletiva fica sob responsabilidade do governo municipal, que utiliza equipamentos e pessoal próprio. Em cidades de pequeno porte este modelo é utilizado sem grandes dificuldades;
- Autoridade autônoma: neste modelo, cria-se um organismo com autonomia administrativa e financeira, desta maneira, mantêm-se os serviços sob a administração municipal contornando as limitações impostas pela administração direta;
- Contratação da operação pela municipalidade: é a contratação direta, por licitação, de empresas privadas para a realização dos serviços de coleta seletiva. Neste modelo, a municipalidade paga à empresa, em intervalos regulares, os valores contratados;
- Concessão ao setor privado: neste caso, uma empresa se responsabiliza pelo gerenciamento dos resíduos e cobra diretamente aos munícipes;
- Concessão a organizações populares e não governamentais: neste caso, as organizações podem se estabelecer como micro-empresa ou como cooperativa, empregando tecnologia apropriada e trabalhadores que habitam na mesma região de atuação e são pagas, ou pelo governo, ou pela própria comunidade;
- Mercado livre: neste modelo, o provedor de serviço realiza o contrato diretamente e livremente com os geradores de resíduos. Neste cenário, o governo municipal fiscaliza a definição de padrões de qualidade, área de atuação e preços cobrados.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Delineamento da Pesquisa

Conforme Gil (1999, p. 17) “o delineamento é o planejamento da pesquisa em sua dimensão mais ampla, envolvendo tanto a sua diagramação quanto a previsão de análise e interpretação dos dados”.

A análise da contribuição das ações do Poder Público Municipal de Porto Alegre para a consolidação das Unidades de Triagem integrantes do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, nos moldes solidários, requer uma pesquisa empírica qualitativa, pois, segundo Chizzotti (2001, p. 79), “a abordagem qualitativa parte do fundamento de que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, uma interdependência viva entre o sujeito e o objeto, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito”. Logo, há uma necessidade do sujeito-pesquisador integrar-se ao processo de conhecimento e interpretar os dados, atribuindo-lhes um significado científico específico adaptado à realidade dos empreendimentos sem o risco de ocorrer generalizações disformes da realidade provenientes da escolha errônea da metodologia de pesquisa a ser utilizada (CHIZZOTTI, 2001).

Neste caso, o tipo de estudo escolhido foi o estudo exploratório, mas também descritivo (TRIVIÑOS, 1987). Para o autor o estudo exploratório “pode encontrar os elementos necessários que lhe permitam, em contato com determinada população, obter os resultados que deseja” (TRIVIÑOS, 1987, p. 109); partindo assim para um estudo descritivo, o qual, segundo o mesmo autor, tem como foco essencial o desejo de conhecer a fundo um

determinado problema, seus traços característicos, seus métodos, etc., dessa forma, o estudo descritivo pretende descrever com exatidão os fatos e os fenômenos de determinada realidade.

3.2 Definição do Público-Alvo

Os sujeitos da pesquisa formam agentes da rede pública de órgãos da PMPOA que mantém interação com os recicladores e participam diretamente da formulação das ações públicas em prol da reciclagem de resíduos sólidos no município de Porto Alegre.

3.3 Coleta de Dados

A etapa do levantamento de dados foi realizada da seguinte forma:

- a) Análise documental;
- b) Elaboração de um questionário *descritivo* (SELLTIZ *et al.*, 1974), com questões abertas e fechadas (em anexo), aplicado aos responsáveis pela formulação das ações públicas em prol da reciclagem de resíduos dos seguintes órgãos vinculados à prefeitura: Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC) e Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU). E, também, à responsável pela área na Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano (METROPLAN), órgão vinculado ao governo do Estado, mas de grande importância ao desenvolvimento de projetos em reciclagem de resíduos sólidos em Porto Alegre; e,
- c) Entrevistas semi-estruturadas para a etapa exploratória (TRIVIÑOS, 1987), baseadas em roteiros diferenciados (em anexo) aplicados às mesmas pessoas da etapa anterior e também para o superintendente do Gabinete de Planejamento (GAPLAN) da prefeitura.

Durante a primeira etapa do levantamento de dados, foram realizadas seis entrevistas gravadas – com exceção de uma na SMIC, por oposição do entrevistado – e transcritas pelo pesquisador. As respostas ao questionário foram complementadas quando da aplicação do mesmo com entrevistas semi-estruturadas.

As entrevistas referentes à segunda etapa de levantamento de dados também deveriam ser gravadas, mas detectou-se que a utilização do gravador inibia o potencial das respostas fornecidas pelos entrevistados. Isto porque com o gravador ligado os entrevistados não falavam absolutamente nada de diferente dos registros fornecidos, no entanto, depois de algumas visitas e a criação de um sentimento de companheirismo, conseguiu-se as informações presentes nas “entrelinhas” do processo. Assim, utilizou-se de anotações e registros das entrevistas para a busca pelos dados, as quais foram realizadas em somente um dia por entrevistado, mas que propiciaram diversos contatos posteriores entre o pesquisador e os entrevistados tanto através de e-mail quanto por telefone e pessoalmente, ao passo que também foi utilizada a técnica da observação direta informal (YIN, 2001) ao longo das visitas a campo para a realização das entrevistas, apoiadas na elaboração de um diário de campo.

4. PODER PÚBLICO E GESTÃO DE RESÍDUOS SÓLIDOS EM PORTO ALEGRE

4.1 Introdução

A cidade de Porto Alegre⁴ possui uma área total de 470,25 km², distribuída em uma área urbana de 326,17 km² e 144,08 km² de área rural. Situa-se a 46m de altitude no paralelo 30° sul, com 30 km longitudinais e 15 km de largura no sentido leste-oeste.

A população de Porto Alegre variou muito pouco entre os Censos de 1991 e 2000. Com uma taxa de variação de 0,97% entre os dois Censos, a cidade se situa entre as capitais de menor taxa de crescimento populacional no Brasil. Com uma população de 1.360.590 residentes, a cidade representava 13,36% da população do Rio Grande do Sul e 0,8% da população do Brasil, segundo o Censo de 2000. Neste mesmo período a taxa de urbanização reduziu-se de 98,73% para 97,07%, mantendo-se, mesmo assim, num nível elevado de urbanização entre as capitais.

Com um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,865, Porto Alegre ocupa a 2ª posição no ranking das capitais brasileiras, e 9ª posição no ranking dos 5.507 municípios brasileiros. Abaixo de Porto Alegre estão capitais do porte de Curitiba (16ª), Rio de Janeiro (58ª), São Paulo (63ª), Belo Horizonte (71ª), Salvador (467ª), Recife (624ª) e Fortaleza (826ª). No estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre ocupa a 2ª posição, ficando abaixo apenas de Bento Gonçalves. Esta performance de Porto Alegre no ano de 2000 fez com a cidade reduzisse em 23,3% o hiato de desenvolvimento humano (a distância entre o IDH do município e o limite máximo do IDH, ou seja, 1 – IDH) (SMIC, 2004).

⁴ Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dadosger/historia.htm>

A taxa de mortalidade, que era de 21,12 por mil nascidos vivos em 1991, caiu para 18,06 por mil nascidos vivos em 2000. A esperança de vida ao nascer aumentou de 69,9 anos, em 1991, para 71,5 anos, em 2000 (SMIC, 2004).

Quase a totalidade (99%) da população porto-alegrense é abastecida por água, 98% dispõe de energia elétrica, o recolhimento de lixo está presente em 100% do território municipal, 83% das residências dispõe de coleta de esgoto em 44% delas ele é tratado (SMIC, 2004).

A estrutura econômica de Porto Alegre tem se mantido constante ao longo dos últimos anos. Em 2001, os serviços representavam 50,69% da renda, o comércio 22,74%, e a indústria, 26,47% (SMIC, 2004). A participação de Porto Alegre na renda do Rio Grande do Sul tem oscilado ao redor de 11% (SMIC, 2004). O comércio representava mais de um quarto do total da renda comercial do Estado (SMIC, 2004). No período 1996/2001, a indústria estabilizou sua participação, oscilando ao redor dos 7,7% (SMIC, 2004). Considerando-se que o Rio Grande do Sul é um dos maiores pólos industriais do Brasil, esta participação torna-se significativa, pois Porto Alegre tem o quarto maior Valor Agregado Industrial do Estado (SMIC, 2004). A importância estratégica da capital fica ratificada quando se constata que dois dos três municípios (Canoas e Triunfo) que lideram o produto industrial do Estado localizam-se na Região Metropolitana de Porto Alegre (SMIC, 2004).

Dentro do setor da indústria, merecem destaque as produtoras de gêneros alimentícios, metalurgia, papel/papelão/editorial/gráfica e têxtil do vestuário/artefatos de tecido no total de estabelecimentos industriais (SMIC, 2004).

Quanto aos empregos formais, os destaques ficam com as indústrias de produtos alimentícios e papel/papelão/editorial/gráfica, com participações de 19,1% e 13,9%, respectivamente, no total de empregos formais industriais (SMIC, 2004).

No setor do comércio, dos 12.852 estabelecimentos comerciais, 83,8% pertenciam ao comércio varejista e 16,2% ao comércio atacadista. Mais de 83% dos empregos formais foram gerados pelo comércio varejista em 2002 (SMIC, 2004).

A população de Porto Alegre acima de dez anos de idade é 91% alfabetizada; e a parte populacional com quatro anos ou mais de idade que frequenta escola corresponde a 24,12% do total e está distribuída em 471 estabelecimentos de ensino – incluindo pré-escola até 2º grau (SMIC, 2004).

Em Porto Alegre, como na maioria das grandes cidades, tanto o número de estabelecimentos do setor de serviços quanto o de empregos formais deste setor são expressivos. Com 22.937 estabelecimentos, os serviços respondiam por mais de 56% do total de estabelecimentos da cidade. Quanto aos empregos formais, o setor mostra sua vitalidade ao ter empregado mais de 73% dos 553.398 empregos formais do município em 2002. Merecem destaques os seguintes subsetores: comércio e administração de imóveis/valores imobiliários/serviços técnicos, com 27,3% do total de estabelecimentos da cidade, e 10,2% dos empregos formais da cidade; serviços de alojamento, alimentação, reparação, manutenção etc., com 14,1% do total dos estabelecimentos da cidade, e 10,48% dos empregos formais da cidade (SMIC, 2004). O Quadro 6 apresenta o número de estabelecimentos e o número de empregos formais em Porto Alegre.

Quadro 6: Estabelecimentos e Empregos Formais em Porto Alegre – 2002

Setores	Estabelecimentos	%	Empregos	%
Indústria	2.833	6,98	49.138	8,88
Construção Civil	1.662	4,09	18.822	3,40
Comércio	12.852	31,65	79.427	14,35
Serviços	22.937	56,48	404.362	73,08
Agropecuária e Extração Vegetal	328	0,81	1.559	0,28
Total	40.612	100,00	553.308	100,00

Fonte: SMIC, 2004.

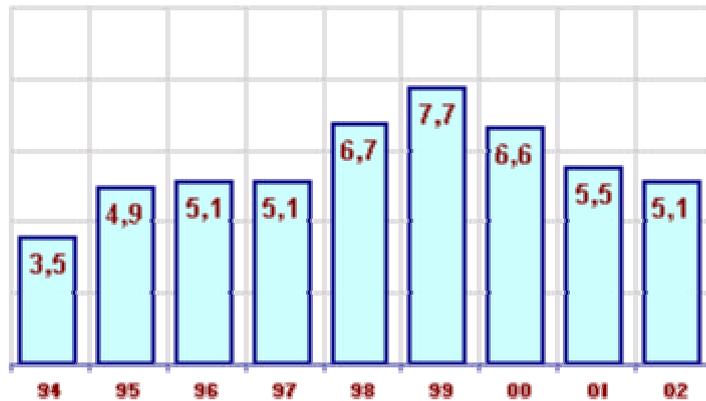


Figura 1: Taxa de Desemprego Aberto em Porto Alegre – 1994 a 2002

Fonte:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme112002crrs.shtm>

A Figura 1 apresenta a evolução da taxa de desemprego aberto em Porto Alegre entre os anos de 1994 a 2002. Pode-se observar um aumento de 3,5% em 94 para 4,9% em 95 e 5,1% em 96, onde ficam claros os efeitos da reestruturação produtiva na cidade. Cabe-se ressaltar que as maiores taxas de desemprego aberto no município ocorreram no segundo mandato do governo Cardoso (1998–2002), quando as medidas neoliberais já estavam institucionalizadas e houve, paralelamente, a crise internacional da Rússia, o que levou a uma maxidesvalorização do câmbio brasileiro. Como conseqüência desta maxidesvalorização, os produtos nacionais obtiveram maior facilidade de exportação devido ao baixo preço no mercado exterior, o que trouxe a taxa de desemprego aberto a patamares inferiores. No entanto, esta taxa nunca voltou aos números anteriores à reestruturação produtiva. O que nos leva a crer, segundo Alves (2000), que aumentou a produtividade da indústria e foram criados novos empregos, mas os desempregados desqualificados não conseguem retornar ao mercado de trabalho.

A Figura 2 apresenta a taxa de desemprego sazonal em Porto Alegre, com dados que confirmam esta hipótese. A taxa de empregos varia de acordo com a sazonalidade, ou seja, os mais desqualificados conseguem a ocupação de postos formais de trabalho somente em períodos de maior oferta de vagas, mas somente em funções precárias e temporárias.

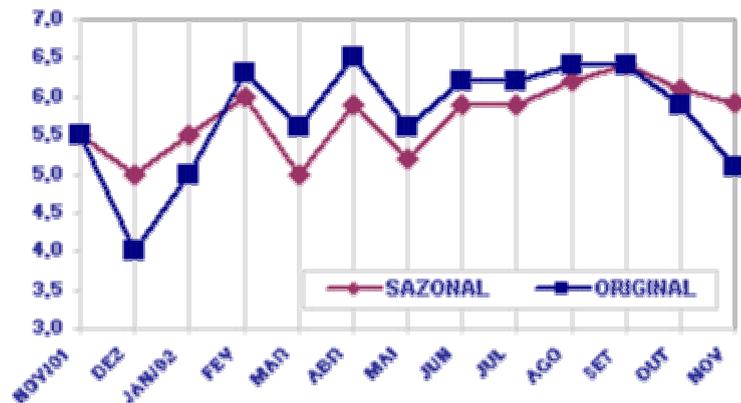


Figura 2: Taxa de Desemprego Aberto de Porto Alegre com ajuste sazonal - novembro/2001 a novembro/2002

Fonte:

<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pme112002crrs.shtm>

4.2 O Lado Humano da Reciclagem

Atualmente há uma grande quantidade de pessoas que catam materiais recicláveis em lixões, sob condições inaceitáveis sob o ponto de vista social, técnico e sanitário. Estas pessoas, chamadas catadores, sobrevivem através da catação dos materiais recicláveis e conseguem, muitas vezes, produzir uma renda mensal superior a um salário mínimo (SEDU, s/d).

Segundo a SEDU (s/d), estes trabalhadores possuem condições de trabalho extremamente miseráveis, mas que proporcionam liberdade de horário, o que faz com que muitos destes catadores recusem oportunidades de emprego em outras atividades que exijam um horário fixo, preferindo a sua atividade no lixão. Cabe-se ressaltar que, segundo a mesma fonte, muitos deles não conhecem outra forma de viver, tendo sido criados em barros no entorno do lixão. Devido às suas condições de trabalho, em contato e até consumo com restos retirados do lixão, os catadores são vítimas potenciais dos vetores de contaminação (SEDU, s/d), tornando-os alvo não só de políticas públicas de geração de emprego e renda, mas também de políticas de saúde.

Além dos catadores, outros envolvidos na atividade de reciclar são os carrinheiros. Segundo a SEDU (s/d, p. 10), os carrinheiros “são trabalhadores autônomos, cooperativados ou empregados de depósitos que compram ou recolhem materiais recicláveis transportando-os com veículos ou carrinhos de mão ou com tração animal”. Segundo a mesma fonte, a maioria destes trabalhadores já teve outros tipos de emprego, mas devido à crise econômica tiveram que aderir a novas funções, visto que a sua renda como carrinheiro supera o salário mínimo. Eles coletam o lixo reciclável antes do caminhão da coleta chegar e atuam em locais onde não há coleta (SEDU, s/d). Os materiais recolhidos são encaminhados para os depósitos, aparistas ou para as indústrias (SEDU, s/d).

Segundo a SEDU (s/d), o individualismo dos catadores não tem força alguma, mas união destes, em formas de associações ou cooperativas, representa um auxílio à coleta seletiva e à geração de trabalho e renda.

Neste mesmo sentido, Lima (2001) aponta que a criação de associações ou cooperativas de carrinheiros é uma forma de reduzir o custo público e aumentar o impacto distributivo da reciclagem na geração de emprego e renda. Segundo o autor, nestas associações ou cooperativas, os carrinheiros fazem a triagem de resíduos potencialmente recicláveis⁵ coletados em depósitos ou locais de entrega voluntária ou, até mesmo, levados pela prefeitura⁶, e as vende para atacadistas (sucateiros). O autor acrescenta que estas associações ou cooperativas são alternativas não só para os carrinheiros, mas também para os catadores dos lixões, pois podem oferecer instalações sanitárias adequadas e outras facilidades para segurança e conforto do trabalho, o que minimiza o problema social dos carrinheiros ou catadores.

Segundo a SEDU (s/d), as associações ou cooperativas de carrinheiros nascem com idéias de solidariedade, pois buscam a capacitação e organização do trabalho dos seus associados e ganhos de escala que podem aumentar os ganhos com o comércio dos resíduos recicláveis. Assim, conforme a fonte, elas buscam evitar a baixa remuneração e a autodesvalorização da atividade exercida, uma vez que fora destas associações (e, muitas

⁵ Resíduos recicláveis que tenham valor e demanda (LIMA, 2001).

⁶ Maneira pela qual é realizada a entrega dos resíduos provenientes da coleta seletiva no município de Porto Alegre.

vezes, até mesmo dentro) os carrinheiros ficam sujeitos a negociações com os depósitos que buscam sempre menores preços para obter maior lucro com a posterior venda aos atacadistas.

As associações de carrinheiros podem formar as Unidades de Triagem – UT. Estas unidades destinam-se a receber os resíduos sólidos secos separados na fonte decorrentes de um sistema de coleta seletiva nos diversos circuitos, sejam eles residências, pontos de entregas voluntários, unidades isoladas (hospitais, parques, escolas, etc.), empresas, etc. (SEDU, s/d). Nestas unidades os resíduos recolhidos passam por um processo de triagem, classificação e acondicionamento, sendo posteriormente enviados para as indústrias recicladoras ou comerciantes intermediários (SEDU, s/d). As UT recebem os resíduos secos, provenientes do sistema de coleta seletiva onde há a separação do lixo seco e úmido no domicílio ou fonte geradora, que serão triados de acordo com os interesses da associação (SEDU, s/d). Segundo a SEDU (s/d), além do barracão como local de trabalho e área para acondicionamento dos resíduos, são necessários ao funcionamento das UT: esteiras de rolamento de resíduos ou mesas, containeres específicos para cada tipo de material e prensas para enfardamento.

Conforme a SEDU (s/d) as condições de funcionamento destas unidades de triagem variam em cada cidade. Entretanto, segundo a fonte, o seu processo de funcionamento acontece de forma semelhante e é realizado, basicamente, da seguinte maneira (SEDU, s/d, p. 15):

1. Após o recebimento, os resíduos são distribuídos em compartimentos e em pequenas quantidades são colocados nas esteiras.
2. Os encarregados fazem a triagem dos resíduos dispondo cada tipo de material nas baias;
3. Há o prensamento do material separado; e,
4. É realizada a comercialização do material.

O processo de comercialização dos resíduos sólidos envolve os catadores, carrinheiros, carroceiros, sucateiros, depósitos, aparistas e indústrias (SEDU, s/d). Conforme a (SEDU, s/d), em decorrência da implantação dos sistemas de coleta seletiva, a quantidade de matéria-prima disponível neste processo tem aumentado em quantidade e qualidade, elevando o seu preço de comercialização.

Segundo a fonte, os catadores, carrinheiros e carroceiros estão na primeira fase do processo, sendo responsáveis pela coleta dos materiais recicláveis nas ruas, condomínios,

indústrias, etc. Assim também estão as associações ou cooperativas de carrinheiros que formam as UT, com a diferença de que estas são abastecidas pelo sistema de coleta seletiva formal. Sua principal fonte de renda está na venda destes materiais para os depósitos.

Os depósitos mantêm uma relação comercial e social com os carrinheiros. Conforme a SEDU (s/d), sua renda provém da venda dos materiais coletados pelos carrinheiros para depósitos maiores ou aparistas. Segundo a fonte, alguns destes depósitos possuem quartos nas suas instalações e fornecem carrinhos para os carrinheiros trabalharem, o que somado ao fato de muitos carrinheiros não terem moradia nem condições de adquirir um carrinho, cria uma relação de dependência entre as partes, acontecendo, muitas vezes, uma troca de materiais coletados por comida e moradia. Há, também, segundo a fonte, o caso dos carrinheiros que são enganados pelos donos dos depósitos ao realizarem a pesagem dos materiais, devido ao seu baixo grau de instrução. Segundo a (SEDU, s/d), os depósitos também realizam uma forma rudimentar de triagem dos materiais.

Quando há quantidade suficiente de material, conforme a SEDU (s/d), os depósitos contatam os aparistas, que são grandes estabelecimentos que dispõem de capital de giro e infra-estrutura suficiente para atender a demanda das indústrias recicladoras com fornecimento de grandes quantidades, garantia de prazo de entrega e transporte do material. Segundo a fonte, os aparistas são normalmente os beneficiadores dos materiais coletados. Eles enfardam e estocam os materiais para futura venda às indústrias recicladoras. A SEDU (s/d) aponta os aparistas como exemplos simplificados dos centros de transferência, recebendo materiais já separados, fazendo o beneficiamento e comercialização com as indústrias.

Alguns programas de coleta seletiva e reciclagem de resíduos, conforme a SEDU (s/d), tem na sua concepção o reaproveitamento de materiais recicláveis através dos centros de transferência. Segundo a fonte, os centros de transferência fazem o mesmo papel dos aparistas, ou seja, o recebimento, processamento, venda e embarque dos materiais recicláveis, interagindo com todo o processo da coleta seletiva. Conforme a SEDU (s/d, p. 18), o seu principal objetivo “é a comercialização dos materiais separados pela coleta seletiva e a sua transferência às indústrias recicladoras”. Deste modo, da mesma forma que os aparistas, quando acumulam as quantidades requisitadas pelas indústrias, embarcam as cargas, comercializando os materiais reciclados (SEDU, s/d). Todos os participantes do processo de coleta seletiva podem participar dos centros, desde a entrega direta pela população,

carrinheiros, carroceiros, cooperativas de carrinheiros, até aparistas, pontos de entrega voluntária, etc.

Neste sentido florescem as ações do Poder Público em prol do setor de reciclagem em Porto Alegre, as quais buscam uma geração de trabalho e renda auto-sustentável a excluídos do sistema formal de empregos que não possuem condições de empregabilidade. Estas ações são desenvolvidas pelo Departamento Municipal de Limpeza Urbana e as políticas são formuladas pela Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio.

4.3 Sistema Integrado de Gestão de Resíduos Sólidos em Porto Alegre

O Departamento Municipal de Limpeza Urbana (DMLU) foi criado como autarquia municipal em 15 de dezembro de 1975, a partir da Divisão de Limpeza Pública, vinculada à Secretaria de Obras e Viação, com o objetivo de atender a gestão dos resíduos sólidos e os serviços de limpeza urbana da cidade de Porto Alegre⁷. Sua estrutura organizacional é formada pelo Diretor Geral, duas supervisões (Supervisão Administrativo Financeira e Supervisão Operacional) e seis assessorias ligadas diretamente ao Diretor-Geral. A Supervisão Operacional possui três divisões: Divisão de Apoio Operacional, Divisão de Limpeza e Coleta e Divisão de Destino Final.

Segundo Silva Filho (2000), em um folheto produzido em 1999, intitulado “*Com o DMLU é Limpeza*”, consta que o DMLU possuía a época um contingente de 3500 trabalhadores, entre servidores próprios e empresas contratadas, distribuídos por sete seções subdivididas em 27 capatazias, posicionadas nos bairros. Possui sede administrativa, além da central de oficinas operando junto às garagens, onde são abrigados 140 equipamentos, incluindo distintos caminhões de coleta, vários tratores, varredeira e carros pipa, entre outros veículos. Segundo o autor, além da coleta, manejo e destinação final dos resíduos gerados na cidade, o DMLU executa alguns serviços complementares entre os quais varrição e capina de vias públicas, pinturas de meios-fios, ações especiais de limpeza (principalmente em vilas) lavagem de logradouros, limpeza de praias e manutenção dos sanitários públicos. E, ainda conforme o mesmo autor, para a realização das suas atribuições, a autarquia administra anualmente R\$ 60 milhões, que correspondem a 9,5% do orçamento municipal.

⁷ Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/>

Com o início da gestão do Partido dos Trabalhadores frente à prefeitura municipal, no ano de 1989, o DMLU passou a orientar-se por uma nova missão, tendo como marco referencial a implementação do Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, cuja principal diretriz está na priorização de três elementos: a redução, a reciclagem e o reaproveitamento (CAMPANI e MELLO, 2000). A implantação deste sistema deveu-se a carência de áreas para a instalação de novos aterros sanitários, a preocupação com o desperdício de materiais reaproveitáveis e o aumento crescente na geração de resíduos (PMPOA, 2003). O que fez com que houvesse uma mudança na condução do DMLU, transformando-o em um instrumento gestor de novas políticas públicas ambientais e de saneamento na área dos resíduos sólidos, com o objetivo de diminuir o impacto ambiental causado pelas mesmas. Isto significa que:

(...) as atividades no município são subordinadas às demandas de limpeza urbana diante de um universo de elaboração fundamentado por diretrizes que pressupõem uma visão global dos resíduos, da cidade, das particularidades que os serviços e as demandas assumem em cada região do município, da dinâmica da economia, da cultura da população e das formas estruturais de organização da sociedade (GOMES, 2000, p. 296).

Neste sentido, Gomes (2000, p. 303) afirma que “a Administração Popular optou por uma administração que tenha no sistema de gerenciamento integrado de resíduos sólidos, sua fonte de determinação para enfrentar as demandas urbanas de limpeza e os problemas que os resíduos geram”.

O Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (GIRS) do DMLU pode ser entendido como “a forma de organizar a prestação dos serviços de limpeza urbana e de coleta em todos os seus estágios de execução, relevando suas especificidades e adequando a sua destinação final” (GOMES, 2000, p. 297). Esse sistema, conforme Campani e Mello (2000), prevê a diferenciação diretamente na geração do resíduo, o tratamento diferenciado para os diversos componentes e a destinação adequada para cada um dos materiais, visando ao seu reaproveitamento ou à reciclagem. Para os autores, outro aspecto do GIRS é a minimização do impacto ambiental e a transformação dos resíduos sólidos, “que para alguns é *lixo* (grifo no original, *ibid*, 2000, p. 207), em trabalho e renda para outros”.

Desta forma o GIRS está intimamente ligado à coleta seletiva, a qual está intimamente ligada às unidades de reciclagem. No entanto, segundo Silveira (s/d), o GIRS

envolve um conjunto de componentes e projetos cujos fluxos se encadeiam sistemicamente. Segundo o autor, isto inclui, também, o aproveitamento de resíduos orgânicos na suinocultura, compostagem, gerenciamento dos resíduos dos serviços de saúde, viabilização de aterros especiais para materiais inertes (podas e caliças), novos aterros sanitários com prolongamento de sua vida útil e transporte facilitado a partir de estação de transbordo.

Outro setor fundamental para gestão ambiental realizada pelo DMLU, conforme Silva Junior (2000), e que trabalha com ações preventivas e não corretivas é a Assessoria de Educação Ambiental. Segundo o autor ela conta com uma estrutura com oito pessoas, buscando uma ação conjunta com a Divisão de Limpeza e Coleta nas ações especiais de limpeza, e trabalhando nas escolas da região onde a limpeza vai ser executada. O grupo de Educação Ambiental está sempre aberto a convites de escolas para palestras de informação e divulgação das coletas do lixo normal e do lixo seletivo.

4.3.1 A Coleta Seletiva em Porto Alegre

Dentro do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que é uma descrição de todos os passos técnicos e sociais que o resíduo percorre, desde a sua geração até a coleta (GOMES, 2000), destaca-se a Coleta Seletiva (CS) do resíduo sólido reciclável, convencionalmente chamado de lixo seco. Segundo Silveira (s/d, p. 4), a CS é uma “alternativa ecológica que desvia, do destino em aterros sanitários ou lixões, resíduos sólidos que poderiam ser reciclados”.

Implantada em Porto Alegre em 7 de julho de 1990 (CAMPANI e HUERGO, 2002), a CS constitui-se como uma frente de trabalho e geração de renda para populações excluídas. O lixo seco⁸ separado previamente pela sociedade transforma-se em matéria-prima que provê sustento e resgate social para populações carentes (CAMPANI e HUERGO, 2002; SILVEIRA, s/d).

O programa de CS porto-alegrense teve início no bairro do Bom Fim (CAMPANI e HUERGO, 2002) intitulado “Dê um Bom Fim ao seu Lixo” (RUBERG e PHILIPPI JR.,

⁸ Somente o lixo seco é separado pela coleta seletiva (COSTA e SATTLER, 1997). Disponível em: <http://www.portoalegre.rs.gov.br/dmlu/>

1998), e logo depois nos bairros da Cidade Baixa e Menino Deus e nas vilas Juliano Moreira e Jardim (DMLU, 1991) onde, segundo Maíra Huergo, estudos prévios detectaram que havia uma maior receptividade da população em realizar a separação do lixo. O Quadro 7 mostra a evolução dos bairros atendidos pelo sistema de coleta seletiva em Porto Alegre.

Quadro 7: Bairros atendidos pelo sistema de coleta seletiva em Porto Alegre

Ano	Bairros Atendidos (%)
1990	6
1991	19
1992	64
1993	73
1994	79
1995	90
1996	100

Fonte: DMLU, 1997, p. 3.

Em paralelo à implantação da CS, segundo COSTA (1998), o DMLU desenvolveu um programa de educação ambiental voltado para escolas, empresas, hospitais e repartições públicas. Com atividades que, segundo o autor, incluíam palestras, exposições de vídeos, distribuições de *folders*, passeios e gincanas ecológicas.

A CS é realizada uma vez por semana, de porta em porta, por um caminhão do DMLU, ou seja, cabe à população armazenar seus materiais recicláveis durante uma semana, como um procedimento habitual. Em alguns bairros (Menino Deus, Cidade Baixa, Santana, Jardim Leopoldina, etc.) há um segundo dia para a coleta. No entanto, nem todos os bairros contam com 100% da sua área coberta com a coleta, para isto existem os postos de entrega voluntária (PEV) em alguns locais da cidade (COSTA e SATTNER, 1997). Estes postos foram implantados somente no ano de 2000 e assumem um caráter complementar em relação à CS, pois permitem que a população leve os seus resíduos recicláveis até eles ao invés de esperar até o dia da coleta para disponibilizar os seus resíduos. São 28 pontos na cidade em que a população pode destinar seu resíduo sólido reciclável (CAMPANI e MELLO, 2000).

Segundo Huergo, são gerados, aproximadamente, 1600t/dia de lixo no município de Porto Alegre. No entanto, desta quantia, 970t/dia são domiciliares. Segundo ela, há um cálculo de que cada cidadão gere entre 800 a 900g de resíduo sólido por dia, ou seja, cerca de

400t/dia na cidade. Estima-se que 30% de toda esta quantia seja potencialmente reciclável: 270t/dia; entretanto o ápice da CS atingiu somente 70t/dia.

A CS conta com 80 funcionários, 29 caminhões e recolhe hoje cerca de 40t/dia encaminhadas às unidades de triagem⁹. Segundo DMLU (1997), o custo da CS é da ordem de R\$ 88,00 por tonelada, constituindo-se um dos mais baixos valores alcançados no país. Estima-se que aproximadamente mais 150 toneladas de resíduos sejam coletadas diariamente por carrinheiros e carroceiros independentes (CAMPANI e HUERGO, 2002). Desta coleta, 29% são rejeitos, os quais são enviados ao aterro sanitário da cidade após o processo de triagem (COSTA e SATTLER, 1997). Os rejeitos são, entre outros, restos de alimentos, lâmpadas, pilhas, trapos, embalagens tetra-pack, sacolas de supermercados, materiais recicláveis sujos, etc. (DMLU, 1997; WELLS, D'ALMEIDA e SCHNEIDER, 1996 *apud* COSTA e SATTLER, 1997).

Associado à coleta seletiva, o DMLU, em meio a um processo de integração de procedimentos entre secretarias e departamentos municipais de gestão pública (FINGER, 2000), inseriu nos processos de licenciamento de grandes empreendimentos feitos pela prefeitura, cláusulas específicas relativas ao gerenciamento de resíduos sólidos (CAMPANI e MELLO, 2000). A lei do licenciamento ambiental de Porto Alegre define que o “licenciamento deve embasar-se em disposições legais e normas técnicas regulamentares, tendo em vista o impacto sobre o ambiente natural, o ambiente social, o desenvolvimento econômico e sociocultural, a cultura local e a infra-estrutura urbana” (FINGER, 2000, p. 191). Ou seja, “o licenciamento ambiental é o procedimento pelo qual o órgão ambiental licencia a localização, instalação, ampliação e operação de empreendimentos e atividades efetivas ou potencialmente poluidoras ou daqueles que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental (FINGER, 2000, p. 191). Como consequência deste novo procedimento, por exemplo, tanto a mais nova loja do Carrefour (CAMPANI e MELLO, 2000), quanto o novo Shopping Total¹⁰, necessitaram, desde a construção, realizar a segregação dos resíduos na fonte e destinar o material reciclável à CS. Segundo Huergo, o Carrefour encaminha, em veículo próprio o resíduo separado para as unidades de triagem. Já no Shopping Total, segundo ela, há 10 associações trabalhando lá, em sistema de rodízio, fazendo a separação.

⁹ Segundo Maíra Hias Moreira Huergo, gestora de Resíduos Sólidos no DMLU, durante entrevista realizada apontou como unidades de triagem o nome correto a serem chamados os popularmente conhecidos “galpões de reciclagem”.

¹⁰ Maíra Huergo.

Depois de separado o material, o shopping, em veículo próprio, encaminha o material à associação responsável pela separação. Segundo PMPOA (2004), os shoppings que não possuem este termo de compromisso assinaram um Termo de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público, no qual a prefeitura está negociando com o Ministério Público a inclusão de um aditivo no termo que os obrigue a destinar os seus resíduos sólidos recicláveis para os projetos de geração de renda desenvolvidos pelo município.

Além dos shoppings, o DMLU tem buscado a conscientização para que as grandes fontes geradoras de resíduos integrem a CS, de modo a incrementar tanto a qualidade quanto a quantidade do material recolhido (PMPOA, 2004). Dentre os empreendimentos buscados pelo DMLU, encontram-se os órgãos públicos municipais, estaduais e federais, os grandes supermercados e os condomínios residenciais com no mínimo 50 apartamentos (PMPOA, 2004).

Silveira (s/d) afirma que a escala atingida pela CS em Porto Alegre indica o grau substancial de adesão que o programa veio a suscitar na cidade. O autor salienta que todo o processo da sua implantação esteve intrinsecamente ligado a divulgação intensa e, também, a um programa de educação ambiental nos bairros, vilas populares, condomínios, empresas, hospitais, órgãos públicos e escolas. O mesmo autor ainda cita três depoimentos de agentes do DMLU que confirmam esta adesão (SILVEIRA, s/d, p. 5):

Em nenhum momento foi discutida alguma forma de incentivo para que a população separasse o lixo. A coleta seletiva não foi *negociada*. As pessoas modificaram a sua relação com o lixo, na medida em que começaram a se sentir co-responsáveis pelas soluções. Como não há incentivo ou troca, a conscientização acontece em todas as categorias sociais.

Este processo trouxe consigo uma mudança radical na ótica da população de como tratar as questões dos resíduos sólidos no âmbito da cidade. Criou-se um relacionamento direto com os diversos segmentos da população, que passou a incorporar a seu vocabulário expressões como *lixo seco*, *lixo orgânico* e *reciclagem*.

Os benefícios ao meio ambiente, somados ao caráter social do projeto, tornaram a coleta seletiva de Porto Alegre um processo sem volta.

Segundo o mesmo autor, “a percepção dos ganhos ambientais de forma combinada a conquistas sociais, que caracteriza o cunho socioambiental do projeto, mostra-se como um elemento já fortemente presente no imaginário tanto dos agentes promotores no âmbito

governamental quanto da população local, além dos grupos diretamente envolvidos nas unidades de triagem” (SILVEIRA, s/d, p. 5).

4.4 A Organização dos Trabalhadores em Associações: a Tentativa de Estruturá-los em Moldes Solidários

As Unidades de Triagem completam o ciclo iniciado com o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos. Elas são os locais onde os catadores¹¹ se estabelecem em forma de associação para separar o material recebido pela CS, beneficiando-o, armazenando-o e, posteriormente, comercializando. As Associações de Recicladores, como são chamados os grupos de catadores que ocupam as Unidades de Triagem, são estruturadas numa Federação das Associações de Recicladores do Rio Grande do Sul (FARRGS), que também agrega associações de outros municípios (CAMPANI e HUERGO, 2002).

As Associações de Recicladores recebem o material para separação, fazendo com que este volte ao meio produtivo, poupando o meio ambiente de uma nova extração (SILVA JUNIOR, 2000) e também gerando renda para as famílias envolvidas na triagem (CAMPANI e MELLO, 2000), ou seja, além da questão ambiental, há a questão social envolvida no processo. Desta maneira, segundo Silveira (s/d), as Unidades de Triagem norteiam a política municipal de resíduos sólidos.

A primeira Associação de Recicladores surgiu em 1985 e é uma das duas únicas com predominância masculina entre os seus associados. Ela iniciou através de um trabalho de apoio e assessoria da Igreja Católica dirigido especificamente às mulheres, as quais permaneciam na ilha enquanto os homens percorriam a cidade com carroças e carrinhos, catando resíduos. O seu fornecimento de resíduos, segundo Huergo, era feito através de doações de associações de bairro, METROPLAN, empresas, igrejas, etc. Conforme a entrevistada, somente após o início da CS é que a associação passou a receber os resíduos diretamente da prefeitura. Posteriormente, os homens se juntaram ao trabalho no galpão, e foi criada a Associação de Catadores de Material de Porto Alegre, comumente conhecida por Ilha Grande dos Marinheiros.

¹¹ Catadores, Carrinheiros ou Carroceiros serão convenientemente chamados somente de Catadores neste trabalho.

A segunda Associação de Recicladores, a Associação de Catadores de Materiais Recicláveis, popularmente conhecida como Santíssima Trindade, surgiu em 1991, com apoio de entidades religiosas que viabilizaram a construção dos galpões para triagem dos resíduos.

Da mesma maneira que a Santíssima Trindade, a terceira Associação de Recicladores a ser construída, teve origem em núcleos exclusivamente de mulheres e obteve apoio da Igreja para a construção do seu galpão. Esta unidade é chamada Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta, ou, simplesmente Wenceslau Fontoura. Segundo Silveira (s/d), no decorrer do processo de consolidação tanto desta unidade quanto da unidade anterior, elas foram adquirindo uma maior autonomia em relação ao apoio da Igreja. Segundo Andrade e Guerrero (*apud* SILVEIRA, s/d, p. 7), “alguns homens começaram a trabalhar no galpão como uma reivindicação das associadas, algo que antes não era aceito com bons olhos pelos religiosos”.

A quarta associação a ser criada foi a Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte, ou Aterro da Zona Norte. Esta associação “diferencia-se por ter sua origem no processo de intervenção e normatização realizado pelo DMLU, tendo em vista a erradicação do lixão e a geração de alternativas, face às condições extremamente adversas, que incluíam a utilização do lixo como alimento e a prostituição infantil como um fato comum” (PMPOA, 2003, p. 5). Desta forma, o DMLU realizou um trabalho de identificação, cadastramento, organização e educação daqueles grupos, levando à formação da associação em 1991 e, posteriormente, em 1993, do galpão equipado para funcionamento da unidade de triagem. Silveira (s/d) destaca que embora este projeto de DMLU tenha mudado a realidade de diversos catadores do antigo lixão, somente uma parcela minoritária daquela população foi envolvida nos novos processos.

A quinta associação de reciclagem a ser criada foi a Associação dos Recicladores do Loteamento da Cavahada, ou simplesmente Cavahada. O processo de constituição desta unidade se deu de forma bastante específica, pois se relaciona, segundo Huergo, com o reassentamento de populações e com uma preocupação mais direta do governo municipal na geração de alternativas de trabalho e renda para os moradores da nova área, que iriam perder suas referências de origem. Huergo acrescenta que neste momento havia poucos grupos associados e a CS estava crescendo, o que também influenciou na construção desta unidade de triagem. Em complemento a esta idéia, Silveira (s/d) acrescenta que tendo como base inicial

um público de ex-catadores, esta associação, assim como diversas outras, também se consolidou com uma participação predominantemente feminina e, devido às circunstâncias, era, até 2002, a unidade que recebia o maior volume de materiais vindo da CS. Segundo Hüster, a partir da elaboração do projeto desta unidade, o DMLU passou a contar com a parceria da Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC). Nesta secretaria, o projeto de construção de unidades de reciclagem inseriu-se no Programa de Ações Coletivas, que envolve capacitação e financiamento de ativo fixo para grupos produtivos.

A unidade da Vila Pinto, teve uma origem diferente das demais associações de reciclagem de Porto Alegre. Segundo Silveira (s/d), a sua origem remonta ao Clube das Mulheres da Vila Pinto, organizado em 1989, para discussão de temas como sexualidade e violência doméstica. Conforme o autor, após sete anos de adversidades, as principais lideranças consolidaram a idéia de gerar fontes próprias de renda para as mulheres do local por meio do trabalho com resíduos sólidos. Como uma forma, segundo o mesmo autor, de ampliar a auto-estima, inibir a violência e afirmar os direitos das associadas. Assim, constituiu-se o Centro de Educação Ambiental, que veio a se responsabilizar não apenas pela gestão da unidade de reciclagem, mas por um conjunto de projetos de desenvolvimento comunitário, incluindo a atração de um amplo leque de parcerias.

Cabe-se destacar que os recursos para construção, tanto a unidade da Vila Pinto quanto a unidade da Restinga, cuja associação também foi constituída em 1996, foram obtidos como conquistas destas comunidades através do Orçamento Participativo – OP. Segundo Huergo, a Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica, ou também Restinga, além de ter sido constituída através do OP, foi direcionada a um grupo de pessoas carentes da comunidade, os quais foram previamente cadastrados.

Dentre as treze associações de recicladores conveniadas com o DMLU em Porto Alegre, as unidades do Campo da Tuca e do Hospital São Pedro possuem características diferenciadas. A Associação Comunitária do Campo da Tuca é uma iniciativa da associação dos moradores locais com objetivos educativos direcionada a um público de adolescentes entre 14 e 18 nos (na maioria do sexo masculino). Segundo PMPOA (2003), esta unidade foi criada para evitar o contato destes adolescentes com traficantes e drogas, pois, ao ingressar no galpão, uma das exigências é a escolarização no turno inverso ao trabalho. Segundo a mesma fonte, seu regimento interno foi concebido de acordo com a Lei Federal 8.069/1990 no que

diz respeito à profissionalização e à proteção no trabalho. Como incentivo a estes jovens, Silveira (s/d) afirma que os adolescentes recebem uma bolsa-auxílio para a jornada de trabalho de meio período.

Já a Associação dos Trabalhadores da Unidade de Triagem do Hospital São Pedro tem na sua unidade tanto moradores da comunidade vizinha quanto usuários do hospital. Segundo Huergo a unidade surgiu juntando um coletivo de trabalho com um grupo de pessoas que já trabalhavam no hospital com reciclagem. Segundo Silveira (s/d), o projeto do hospital previa a articulação entre aspectos sociais, terapêuticos e profissionais, mesclando pacientes psiquiátricos com membros da comunidade.

A Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares ou Unidade de Triagem e Compostagem – UTC não é atendida pela CS. As 140 pessoas que integram o seu quadro (PMPOA, 2003) realizam trabalhos de triagem, separando a fração orgânica, a fração reciclável e o rejeito a partir dos materiais fornecidos pela coleta domiciliar. Segundo Huergo, esta associação recebe mensalmente um valor financeiro, mediante convênio, fixo da prefeitura por estar prestando um serviço ao município.

Já a Associação dos Catadores de Materiais Recicláveis do Movimento dos Direitos dos Moradores de Rua, conhecida como Padre Cacique, foi criada a partir de um problema social gerado pela CS. Segundo Huergo, em vista da diminuição da quantidade coletada pela CS no bairro Menino Deus, o DMLU realizou um trabalho de revitalização com objetivo da conscientização dos residentes em entregar o material somente para os caminhões da prefeitura. Segundo a entrevistada, o trabalho deu tão certo que uma comunidade inteira de catadores do bairro ficou sem o seu ganha-pão, e começaram a buscar resíduos em outros bairros, mas mesmo assim, insuficientes para o sustento da comunidade. Em face disso, segundo a entrevistada, os catadores se organizaram e foram reclamar diretamente no DMLU. No entanto, a solução encontrada, segundo a entrevistada, não foi a construção de uma nova unidade de triagem, mas a sua inclusão no programa. Esta comunidade já possuía um galpão onde eram triados os resíduos coletados, então o DMLU somente passou a encaminhar os resíduos coletados na CS a mais esta unidade.

Dentre as mais novas associações de recicladores estão as unidades Profetas da Ecologia e Novo Cidadão. A primeira faz parte do Projeto Entrada da Cidade – PIEC e,

embora já existisse, estava desativada. Já a segunda fica localizada no viaduto da Conceição, não tendo sido conquistada via OP, mas mediante um ofício do DMLU que a efetivou para os catadores do centro de Porto Alegre. Dentro do PIEC, existe a previsão da construção de mais unidades de triagem, como será visto mais adiante. O Quadro 8 mostra, resumidamente, alguns dados das associações de reciclagem de Porto Alegre.

Quadro 8: Unidades de Triagem de Porto Alegre

Unidades	Ano de Fundação	Composição		
		Homens	Mulheres	Total
Ilha Grande dos Marinheiros <i>Associação de Catadores de Material de Porto Alegre</i>	1985	19	16	35
Santíssima Trindade <i>Associação de Catadores de Materiais Santíssima Trindade</i>	1991	5	22	27
Wenceslau Fontoura <i>Associação de Reciclagem Ecológica Rubem Berta</i>	1991	11	39	50
Aterro Zona Norte <i>Associação dos Recicladores de Resíduos da Zona Norte</i>	1991	24	30	54
Vila Pinto <i>Centro de Educação Ambiental</i>	1995	30	100	130
Cavalhada <i>Associação dos Recicladores do Loteamento da Cavalhada</i>	1996	12	34	46
Restinga <i>Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica</i>	1996	16	38	54
Campo da Tuca <i>Associação Comunitária do Campo da Tuca</i>	1997	15	5	20
São Pedro <i>Associação dos Recicladores de São Pedro</i>	2002	17	23	40
Profetas da Ecologia	2002	2	18	20
Padre Cacique <i>Associação de Triagem de Resíduos Sólidos Domiciliares</i>	2002	13	17	30
Novo Cidadão	2004	18	7	25
Total		149	307	456

Fonte: Silveira (s/d); Maíra Huergo.

O funcionamento das unidades de triagem procede da seguinte maneira: ao chegar nas unidades, os materiais são classificados, beneficiados, armazenados e, posteriormente, comercializados pelas associações (SILVEIRA, s/d). As unidades consistem, em termos físicos, em galpões cobertos equipados com prensas, balanças e picadores de papéis, além de cestos e bombonas (recipientes onde são alocadas diferentes categorias de materiais, a partir da separação) (ibid, s/d). Segundo o autor, os projetos arquitetônicos destas unidades foram desenvolvidos ou, dependendo do caso, aperfeiçoados pelo DMLU, “de modo a evitar desgastes e otimizar o trabalho dos recicladores” (ibid, p. 12). O Quadro 9 apresenta o fluxo básico de trabalho das unidades de triagem.

Quadro 9: Fluxo básico de trabalho das Unidades de Triagem

Etapa	Procedimento
1	Recebimento e depósito das cargas em grandes cestos
2	Separação individualizada do material, depositado em bombonas segundo cada categoria ou subcategoria
3	Carregamento das bombonas pra prensagem
4	Prensagem
5	Pesagem dos fardos
6	Armazenamento pra venda

Fonte: Silveira (s/d).

Segundo Silveira (s/d), todas as associações de reciclagem são constituídas legalmente (segundo Huergo, esta é uma das exigências para o recebimento do material da CS), dispendo de autonomia administrativa em relação ao DMLU e operando mediante estatutos e regimentos internos específico, onde são definidas as suas normas de gestão e funcionamento. Em relação à gestão, Silveira (s/d) afirma que cada unidade define o seu ritmo e jornada de trabalho de forma diferenciada, mas “em todos os casos não há qualquer hierarquia entre as diferentes tarefas, seja no sentido da atribuição de valor simbólico diferenciado (tarefas mais ou menos nobres) seja no sentido da remuneração auferida” (ibid, p. 13). Pesquisa em realização no Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre o Terceiro Setor (NIPETS) do Programa de Pós-Graduação em Administração (PPGA), em associações de Reciclo de Porto Alegre, revela, entretanto, uma situação diferenciada da apontada por Silveira. Conforme consta no relatório preliminar da referida pesquisa, a remuneração é por hora trabalhada, existindo, inclusive, casos de remuneração diferenciadas por habilidades de coordenação e de produção. Outras dimensões analisadas na mesma pesquisa indicam ainda a presença de elementos do modelo taylorista de gestão. Estudo de caso realizado por Hellwig (2004), em uma Associação de Reciclo de Resíduos Sólidos de Porto Alegre, chega, também, a conclusão que questionam a efetividades da governança democrática Conforme Silveira (s/d), a relação de trabalho estabelecida entre os associados é não-salarial e sem vínculo empregatício, embora formalizada através da associação. O mesmo autor acrescenta que são os próprios catadores que estabelecem os critérios para o recebimento, em sistema de partilha, dos seus dividendos. Cabe-se ressaltar, segundo o autor, o caráter democrático da organização do trabalho e da gestão nas unidades, onde há um processo extremamente horizontal, sem prejuízo das funções específicas assumidas pelas pessoas eleitas para as tarefas de direção. Neste ponto, também há uma característica de solidariedade, visto que, quando algum associado é impossibilitado de trabalhar, ele não é

excluído da partilha, como se fosse um sistema previdenciário independente e alternativo gerido dentro das associações.

Silveira (s/d) aponta ainda que as associações são gestoras das unidades de reciclagem, mantendo convênios com a Prefeitura para a utilização dos espaços e equipamentos e o recebimento de cargas diárias de material proveniente da CS, sendo as quantidades e mecanismos de entrega definidos caso a caso, o que condiz com as condições observadas por Carrion (2004). Segundo Huergo, a definição das quantidades e dos mecanismos de entrega, bem como da origem dos resíduos, passa pelo número de famílias envolvidas na associação, número de pessoas e localização, ou seja, quanto maior a unidade, com um número maior de famílias diferentes envolvidas, ela receberá material. Da mesma forma, o material da CS que a unidade receberá será sempre proveniente dos bairros localizados ao redor da associação. Cabe-se acrescentar também que, segundo a entrevistada, independente da criação de novas unidades de triagem, a quantidade definida de resíduo que as associações recebem não é diminuída, “o DMLU trabalha para *criar* mais resíduos” (relato de entrevista). Segundo a entrevistada, o DMLU também paga as contas fixas (energia elétrica, água, etc.) de algumas das unidades de triagem, mas é previsto que isto acabe até setembro de 2005.

Conforme Huergo, o DMLU provê treinamento aos recicladores, mas este fica restrito somente a aspectos básicos como o conhecimento sobre os materiais, informações sobre a cadeia produtiva da reciclagem, visitas a unidades de triagem mais antigas, visitas aos aterros sanitários, auxílio na formação da lista de compradores, etc. Segundo a entrevistada, em relação a treinamento, o DMLU prima pela experiência dos catadores, ou seja, em aspectos técnicos o próprio DMLU realiza os treinamentos, mas em aspectos da prática da triagem, como por exemplo, como separar, etc., o DMLU se utiliza de catadores mais antigos que possuem experiência na atividade.

Segundo Huergo, foi firmado um convênio coletivo com as associações de reciclagem para que fossem definidas as obrigações de cada elemento da cadeia de reciclagem. Segundo a entrevistada, neste convênio estabeleceu-se que as responsabilidades do DMLU seriam a de fornecer os resíduos sólidos através da CS e de fiscalizar as operações das unidades de triagem; já as responsabilidades da SMIC seriam de também fiscalizar, mas promover políticas públicas que possibilitassem programas para manutenção dos

estabelecimentos, bem como a aquisição de novos equipamentos; e as responsabilidades das associações seriam a de receber as cargas da CS, processar os resíduos, com um rejeito máximo de 30%, e de operar com transparência. Segundo a entrevistada, este convênio era igual para todas as associações, entretanto, as associações da Cavahada e da Restinga não assinaram e exigiram contratos com características individuais, gerando um conflito na rede.

Conforme Huergo, o DMLU atua como fiscalizador da rede de reciclagem, tendo criado um fórum entre as associações onde há mensalmente reuniões com a participação de todos os grupos com objetivo de prestação de contas e, também, como um canal de negociação entre as unidades e o poder público. Neste fórum, segundo Silveira (s/d), as unidades informam as quantidades e modalidades de material produzido ao DMLU.

Neste sentido, pode-se dizer que o DMLU, nos dias de hoje, atua na rede de reciclagem de Porto Alegre como um operacionalizador de políticas públicas que são formuladas pela SMIC. Como confirmação desta hipótese, justifica-se dizendo que todos os projetos envolvidos com as unidades de triagem são fiscalizados pelo DMLU, assim como a contratação de obras e equipamentos, no entanto, a dotação orçamentária provém da SMIC.

Segundo Huergo, algumas associações de recicladores possuem a oferta de serviços que vão além da triagem dos resíduos sólidos da CS. A entrevistada afirma que há associações que vendem seus serviços a empreendimentos que necessitam da triagem de resíduos sólidos, como, por exemplo, a unidade da Vila Pinto, a qual possui associados trabalhando na triagem dos resíduos do Shopping Moinhos de Vento. Da mesma forma, segundo a entrevistada, outras associações possuem também veículos que buscam resíduos sólidos diretamente na fonte geradora, agregando materiais aos recebidos gratuitamente pela CS.

Apesar das políticas e ações implantadas pela prefeitura municipal, as associações de recicladores enfrentam dificuldades. Segundo os Relatórios do Programa de Residência Social (CARRION, 2005), os residentes do programa apontam problemas e dificuldades que as associações vivenciam no seu dia-a-dia. Podem-se resumir estas dificuldades e problemas em três diferentes categorias de análise:

- Problemas Sociais: as associações são constituídas de pessoas que estão em situação de exclusão social de modo que os problemas sociais brasileiros são maximizados na sua situação. Os problemas encontrados pelos pesquisadores são

inerentes ao meio social em que vivem os catadores, ou seja, independentemente deles estarem nas associações, eles estariam enfrentando os mesmos problemas. Dentre estes problemas, podemos citar: falta de assistência de saúde adequada; falta de segurança; problemas educacionais, tanto em nível de alfabetização quanto ao nível de educação complementar (nível superior); falta de planejamento familiar, necessidade de creches etc.;

- **Diferenças Culturais:** os pesquisadores encontram diversas características culturais entre os catadores que destoam do universo empresarial tantas vezes pesquisado na Administração. Muitas vezes em consequência da história de vida e do meio social em que estas pessoas se encontram, eles apresentam características que expõem as suas dificuldades no convívio em um ambiente de trabalho. Dentre as principais dificuldades encontradas pelos residentes, destacam-se os conflitos no ambiente de trabalho. Segundo o relatório, há dificuldades na rotinização do trabalho, falta de costume de compromissos, a tendência da criação de “chefes” em ambientes supostamente autogestionários, etc. Por outro lado, um traço cultural que desponta nos relatórios, é a relação de confiança e subordinação dos catadores em relação aos atravessadores, o que pode vir a se tornar um grande problema para as políticas que a prefeitura pretende implementar, tais como a Usina de Reciclagem e a Central de Comercialização, que serão abordadas mais adiante neste trabalho;
- **Problemas de Gestão:** diretamente relacionados aos problemas educacionais sofridos pelos catadores, as dificuldades na gestão do negócio trazem a tona os programas de capacitação elaborados tanto pelo DMLU quanto pela SMIC. Até que ponto estes programas estão atingindo os seus objetivos? Segundo os residentes, os associados enfrentam dificuldades de controle da produção, finanças, recursos humanos e de comercialização, mas também em relação à identificação de materiais e organização do local de trabalho, tarefas apontadas como responsabilidade do DMLU. Um dos principais problemas detectados é a questão do imediatismo cultural, o que dificulta a possibilidade de um pensamento de poupança. Entretanto, ainda segundo o Relatório de Residência Social, as lideranças apresentam um desenvolvido senso de empreendedorismo, mas esbarram na falta de conhecimento em questões técnicas de gestão.

Outro fator a ser destacado é que, segundo os residentes, começam a ser sentidos os efeitos da falta de matéria prima, ou seja, falta de resíduos sólidos provenientes da CS. Os autores apontam que algumas destas associações têm buscado alternativas, mas o grosso do material ainda vem da CS.

4.5 As Ações da Prefeitura Municipal de Porto Alegre em prol da Economia Popular Solidária

A partir de 1997, a Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio (SMIC), integrou-se ao Programa Geral de Educação e Preservação Ambiental de Porto Alegre apoiando através de ações de geração de trabalho e renda, visando o fortalecimento da organização dos catadores e a implementação da cadeia de reciclagem de resíduos sólidos no município.

A Supervisão de Economia Popular (SEP), subordinada à SMIC, é responsável pelo programa de ação: Geração de Trabalho e Renda. Este programa tem o objetivo de “gerar possibilidades de trabalho e renda para os trabalhadores, indo além dos projetos simbólicos, da ação demonstrativa e da experiência” (SMIC, 2004; p. 1). Ou seja, “constituir políticas públicas de geração de renda e de trabalho para parcelas da população de baixa renda da cidade. Na perspectiva do desenvolvimento sustentável, do trabalho coletivo e de novas formas de relações de trabalho, na perspectiva de consolidação da Economia Popular e Solidária no âmbito municipal” (SMIC, 2004; p. 1). O Programa de Ação Geração de Trabalho e Renda é dividido em quatro áreas: Qualificação para o Trabalho, Ações Coletivas, Artesanato e Projeto Reciclar.

4.5.1 Projeto de Qualificação para o Trabalho

Segundo SMIC (2004), a área de Qualificação para o Trabalho tem como objetivo oferecer alternativas de qualificação profissional à população com dificuldades de acesso ao sistema de ensino profissionalizante tradicional, estabelecendo sistema alternativo. O seu público é constituído da população de baixa renda e trabalhadores em geral com carência de qualificação profissional.

O Quadro 10 apresenta as estratégias e os desafios desta área de atuação da SEP. Como ações efetivas dentro desta área a SMIC desenvolve o Projeto Educação para o Trabalho e a Cidadania (PETC), o Projeto de Reinserção na Atividade Produtiva (RAP) e o Projeto de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI). O PETC, segundo SMIC (2004), caracteriza-se como um programa que articula ações de formação para o trabalho, treinamento em alguns ofícios, com uma renda mínima, sendo dirigido para a população em situação de desemprego, com baixa escolaridade e com carência de qualificação. A realização destas ações acontece através de convênios entre o município com entidades da sociedade civil. Como exemplo, pode ser citado o convênio firmado com o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – RS (SENAC/RS), orçado no Orçamento Participativo (OP) de 2003, que está realizando cursos de informática, costura e confecção, estética e embelezamento de pés e mãos nas regiões de Cristal, Humaitá e Paternon.

Segundo Ana Hüster¹², todos os cursos são definidos via Orçamento Participativo, onde os trabalhadores podem demandar, através da temática “Desenvolvimento Econômico”, cursos de formação específicos para as áreas que acharem necessário, ou seja, capacitação para as mais variadas profissionalizações, incluindo coleta e separação de resíduos. Estes cursos, segundo Hüster, são realizados por ente jurídico ou Organização Não-Governamental (ONG) especializados na área de formação solicitada. Podem também, demandar via Região, os mesmos cursos. Após a capacitação, podem demandar a construção de Galpão de Reciclagem, bem como, solicitar a aquisição de equipamentos para desenvolver essas atividades. Para tanto, terão que se constituir em grupos organizados (Associações).

Conforme Hüster, quando não existe a possibilidade da auto-organização, o Poder Público, através da SMIC, atua como catalisador, organizando e estimulando a população em situação de vulnerabilidade social, o desenvolvimento de atividades que possam possibilitar sua autonomia financeira, tais como: Separação de resíduos sólidos em pequenos galpões e organização grupos e cooperativas de trabalho. O RAP é um projeto de combate à exclusão social que contempla a população usuária dos serviços da Fundação de Assistência Social e Cidadania (FASC). Ele constitui uma articulação entre a qualificação profissional e a geração de renda, a escolarização, a saúde, a assistência e demais direitos básicos dos cidadãos. Segundo SMIC (2004), o PETI é um projeto realizado em conjunto com a FASC, que busca

¹² Ana Hüster, técnica da SMIC responsável pela seção de Reciclagem de Resíduos Sólidos da SEP.

extinguir o trabalho infantil mais degradante por meio de um conjunto de políticas públicas em parceria com os diversos setores da sociedade civil.

Quadro 10: Estratégias e Desafios da Qualificação para o Trabalho

Estratégias	Desafios
Articular os atores locais, entidades, comunidades e administração pública	Consolidar parcerias locais e regionais
Formação Profissional articulada com Geração de Renda	Articular a formação profissional com a escolarização
Combate à exclusão social e a miséria absoluta	Potencializar a economia popular solidária
Formação como um elemento de inclusão social	Contribuir na construção do Sistema Público de Trabalho e Renda
Dinamização da economia regional/local	Articular os eixos de governo, combate à miséria com o desenvolvimento tecnológico e radicalização da democracia

Fonte: SMIC, 2004.

4.5.2 O Projeto de Ações Coletivas

Segundo SMIC (2004), as ações coletivas têm como objetivo potencializar o desenvolvimento de atividades econômicas organizadas em empreendimentos coletivos, cuja produção de bens e/ou serviços, seja capaz de gerar renda suficiente para auto-sustentar estes empreendimentos. E, também, segundo SMIC (2004), constituir redes articuladas de produção, comercialização, crédito e consumo entre os empreendimentos autogestionários. Seu público-alvo é formado por cidadãos que se encontrem excluídos do mercado de trabalho, residentes de regiões periféricas de Porto Alegre, que se auto-organizem em situações de produção. Como estratégia destas ações há o estímulo à criação de uma rede de apoio/parcerias entre entidades governamentais e não governamentais em nível municipal e estadual com objetivo de promover trocas de informações e ações comerciais.

Como Ações Coletivas existem o Projeto Incubadora de Iniciativas Populares – espaços públicos ou em parceria público-privado, que abrigam empreendimentos coletivos populares, oferecendo local para trabalho, cursos de qualificação, disponibilização de equipamentos, procurando constituir ou fortalecer economicamente cada um dos grupos; o Projeto Fomento a Grupos de Economia Popular – assessoria e acompanhamento a grupos associativos empreendedores, oferecendo cursos de formação profissional e gerencial e cedência de equipamentos com o objetivo de fornecer condições de produção e de organização cooperativa a grupos nascentes; e o Projeto Comercialização/ Etiqueta Popular/ E

Lojas de EPS – instalação de lojas EPS em vários pontos do município de Porto Alegre com o objetivo de viabilizar a comercialização de produtos dos empreendimentos autogestionários.

A primeira experiência, localizada no Mercado Bonfim, foi criada em outubro de 2000 e abriga a produção de 20 grupos de EPS. Atualmente, há três espaços além da primeira loja (Mercado do Bonfim), que são a Loja “Etiquetas Kids”, a Loja Shopping Total e a Loja Porto Alegre Solidária, localizada no mercado público central do município. Encontra-se em fase de construção um grande centro comercial de negócios de EPS, a Casa da Economia Popular Solidária, que se localizará na Rua Lima e Silva, no bairro da Cidade Baixa, realizado em parceria com o Ministério do Trabalho através da Secretaria Nacional de Economia Solidária (SENAES) e o Ministério da Reforma Agrária em nível federal, organizações não governamentais e a prefeitura municipal. A SMIC planeja como um diferencial estratégico a ser aprimorado a produção e a gestão de empreendimentos de EPS nos setores de Alimentação e de Confecção e Vestuário (SMIC, 2004). Segundo Hüster, a SEP/SMIC desenvolve o Projeto de Ações Coletivas em todas as áreas demandadas pelas comunidades via OP. Atualmente, a responsável acrescenta, o PAC desenvolve suas ações mais voltadas para a formação de grupos de trabalho e cooperativas, como o desenvolvimento da coleta seletiva através da formação de Associações de Recicladores de uma determinada região ou localidade.

4.5.3 O Projeto de Artesanato

Esta área tem como objetivos potencializar as possibilidades de comercialização da produção artesanal de pessoas que comercializam em áreas públicas, além de fomentar a qualificação dos artesãos e novas experiências de comercialização (SMIC, 2004). Seu público-alvo é constituído por artesãos, antiquários, artistas plásticos e da gastronomia organizados em feiras, lojas e empreendimentos econômicos ou eventos públicos. A SMIC vem atingindo estes objetivos através do Projeto Feiras Culturais da cidade, que é um apoio à constituição de feiras em espaços públicos, estimulando sua auto-organização, democratizando as relações entre poder público e expositores, apoiando e divulgando-as no sentido de maior possibilidade de comercialização, como, por exemplo, o Brique da Redenção, a Feira da Cidade Antiga e a Feira da Alfândega; e do Projeto Eventos de Comercialização, que nada mais é do que o fortalecimento de eventos na área do artesanato

em datas consolidadas no calendário de atividades da cidade, visando promover o produto dos expositores das feiras culturais, como, por exemplo, a VI Feira Estadual de Economia Solidária, realizada no período de 30 de abril a 02 de maio de 2004. Por meio deste projeto é incentivada a utilização do material triado pelas UTs como potencial matéria-prima para produtos artesanais.

4.5.4 O Projeto Reciclar

Segundo SMIC (2003), o Projeto Reciclar visa proporcionar qualidade de vida mínima aos excluídos e a qualificação da cidadania através do apoio e fortalecimento de atividades de reciclagem, as quais são majoritariamente desenvolvidas pelo segmento social submetido a condições de vulnerabilidade social. Ou seja, consiste no apoio a geração de trabalho e renda nas Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos do município de Porto Alegre, através da formação na área da gestão e técnica, investimento na construção de novas unidades, na cedência de equipamentos, e no auxílio à implantação de projetos ligados à cadeia de produção e reciclagem de resíduos sólidos (SMIC, 2004). Seu público-alvo, segundo SMIC (2003), são as Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos, beneficiando aproximadamente 450 recicladores, e a Usina de Compostagem de Material Orgânico na Lomba do Pinheiro, que gera trabalho pra 150 pessoas. Também, conforme SMIC (2003), são apoiados jovens em situação de rua ou risco e população adulta com perspectivas de reinserção social através da gestão e comercialização de papel artesanal.

4.6 As Ações do Projeto Reciclar

As ações da SMIC no Projeto Reciclar são divididas entre a Usina de Reciclagem de Material Plástico, a Central de Comercialização de Materiais Recicláveis, o Projeto de Modernização das Unidades de Triagem e o Projeto Papel Social.

4.6.1 A Usina de Reciclagem de Material Plástico

O Projeto da Usina de Reciclagem de Material Plástico (URMP), localizada no Parque Industrial da Restinga, tem, segundo SMIC (2003, p.12), como objetivo “incrementar alternativas de geração de trabalho e renda, no âmbito da economia popular, do município e região metropolitana, ampliando o número e a renda dos trabalhadores envolvidos nas Unidades de Triagem”. Segundo a mesma fonte, detectou-se que o beneficiamento do material plástico poderia vir a agregar valor ao material obtido na coleta seletiva, através da expansão da cadeia produtiva. Ou seja, o material vendido pelas associações de reciclagem aos atravessadores poderia obter um valor mais elevado caso fossem realizados processos de beneficiamento no material. Assim, segundo um dos entrevistados, houve uma mobilização da prefeitura, que cedeu o terreno, da METROPLAN, que construiu a usina, e das associações de reciclagem que obtiveram no OP estadual a criação de uma usina de beneficiamento de material plástico.

A Usina de Reciclagem de Material Plástico (URMP), como é chamada pelo DMLU, prevê o processamento dos resíduos provenientes da CS, separados e enfardados nas unidades de triagem do sistema gerenciamento integrado de resíduos sólidos de Porto Alegre.

Segundo DMLU (2004), a URMP foi construída no Parque Industrial da Restinga, com área superficial total de 5.908,92 m², sendo 1600,16 m² de área construída. Ela conta com uma linha de produção de PET (Politereftalato de Etileno), com capacidade de 600kg/h, e uma linha de produção de PP (Polipropileno)/PE (Polietileno/ Poliolefinas), com capacidade de 480kg/h. A usina construída foi entregue à comunidade em setembro de 2000, no entanto, a sua concepção inicial não previa a produção de plásticos extrusados, para os quais foi necessária a construção de uma unidade de tratamento de efluentes. Foi, também, necessária a reposição de alguns equipamentos roubados ou danificados que, segundo Mário Diniz Xavier de Oliveira, diretor da Divisão de Projetos Sociais do DMLU, em artigo publicado no jornal Zero Hora¹³, deixaram um prejuízo de R\$ 40.000,00. Atualmente, a usina encontra-se pronta para o uso, entretanto aguarda o início das atividades do vencedor do processo de licitação realizado pelo DMLU da concessão da usina para uma empresa operá-la.

¹³ Usina de Reciclagem está ociosa há três anos. ZH, 24 de abril de 2004.

Segundo Eliane Nunes Peres, presidente da FARRGS, (ZH, 2004), inicialmente o projeto previa uma usina popular, gerenciada pelos próprios catadores, mas eles não estavam preparados para assumi-la. Acrescenta-se a este fato, que os problemas envolvendo o roubo e a danificação de equipamentos fizeram com que a prefeitura buscasse o investimento da iniciativa privada para por a usina em funcionamento, visto que, segundo um dos entrevistados, não havia mais recurso público disponível para isto.

Neste sentido, segundo DMLU (2004), a empresa permissionária deverá executar as atividades de reciclagem de sucata plástica do tipo PET, PP e PE. O Quadro 11 apresenta as condições básicas de operação desejáveis e obrigatórias exigidas da permissionária pelo DMLU.

Quadro 11: Exigências básicas de operação da empresa permissionária da URMP

Condições Obrigatórias
Instalação de equipamento para extrusão com capacidade mínima de 200kg/h de material extrudado
Recuperação dos equipamentos das linhas PET e PP/PE
Recuperação da rede elétrica do prédio
Adaptações físicas, tais como a instalação de refeitório e área administrativa
Adaptações elétricas, incluindo o aumento da capacidade da subestação
Condições Desejáveis
Instalação de equipamento de ensaque e pesagem em ambas as linhas de produção
Instalação de equipamento removedor de rótulos e tampas na linha PET
Instalação de sobressalentes e ferramentas
Aquisição de móveis, utensílios, computadores e softwares, necessários à fase do empreendimento
Instalação de secador de flake na linha de reciclagem de PET

Fonte: DMLU (2004).

Segundo DMLU (2004), a permissionária disporá de 90 dias a contar da assinatura do Termo de Permissão de Uso para efetivar a recuperação dos equipamentos e instalações danificados da usina. Também estão estipuladas em contrato as quantidades de operação da URMP, conforme apresenta o Quadro 12.

Quadro 12: Quantidades mínimas de operação da URMP exigidas no Termo de Permissão de Uso

	Linhas	
	PET	PP/PE
Exigência mínima a partir do 6º mês do início das operações	100ton / mês	80ton / mês
Exigência mínima a partir do 1º ano do início das operações	200ton / mês	160ton / mês

Fonte: DMLU (2004).

Segundo o DMLU (2004), a permissionária também será responsável pela capacitação técnica e prática dos trabalhadores da Comunidade dos Catadores dentro da própria Usina, mediante convênio de treinamento da empresa com a FARRGS. O quadro 13 apresenta as obrigações da permissionária, das associações de reciclagem, da prefeitura de Porto Alegre, da FARRGS, da Associação Rubem Berta e da METROPLAN em relação à URMP.

Quadro 13: Obrigações dos envolvidos na URMP

Obrigações
Obrigações da Permissionária
Operar a URMP dentro das normas legais definidas para estabelecimentos industriais dentro dos termos básicos do contrato licitado
Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo
Assumir os custos fixos e riscos financeiros do projeto
Posse, guarda e conservação de todos os equipamentos e instalações, inclusive em caso de sinistro de qualquer natureza, devendo devolvê-los no término do Termo de Permissão de uso, em perfeitas condições
Comprar toda a produção de plásticos, passíveis de produção na Usina, disponibilizados pelas unidades de triagem associadas, a preço de mercado
Destinar à comunidade de catadores pelo menos 50% dos postos de trabalho gerados na URMP
Apresentar mensalmente no Conselho Consultivo, demonstrativo fiscal e contábil do empreendimento
Obrigações das Associações
Vender integralmente os plásticos triados e devidamente enfardados à URMP, a preço de mercado
Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho
Obrigações do Município de Porto Alegre (DMLU/ SMIC)
Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho
Fiscalizar o cumprimento do Termo de Permissão de Uso estabelecido entre a PMPOA e a permissionária
Obrigações da FARRGS
Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo, remetendo cópia das Atas a todas as associações integrantes do projeto
Fiscalizar o cumprimento do Termo de Permissão de Uso estabelecido entre a PMPOA e a permissionária
Obrigações da Associação Rubem Berta
Ceder, a título gratuito para utilização pela permissionária, os equipamentos da linha de poliolefinas existentes na Usina
Obrigações da METROPLAN
Participar das reuniões ordinárias e extraordinárias do Conselho Consultivo
Fiscalizar o cumprimento do Termo de Permissão de Uso estabelecido entre a PMPOA e a permissionária

Fonte: DMLU (2004)

Um ponto crítico do projeto, diz respeito à remuneração das associações de reciclagem. Segundo DMLU (2004), esta remuneração será realizada de duas formas: pela compra da matéria-prima e pelo repasse de percentual sobre o faturamento bruto.

Segundo DMLU (2004), a remuneração das associações integrantes do projeto acontecerá mediante a compra do material triado e fornecido pelas unidades de triagem. O preço de compra não poderá ser mais baixo que o praticado no mercado.

Já na remuneração pelo faturamento bruto, conforme DMLU (2004), a permissionária deverá repassar, mensalmente, no mínimo, um percentual do faturamento bruto do empreendimento para as associações integrantes do projeto, através da FARRGS, a qual definirá, juntamente com as associações, a forma e as condições do repasse pra categoria. O Quadro 14 apresenta a fórmula a ser adotada, onde o Valor mínimo de $N = a 7,00$ (sete pontos percentuais) no primeiro ano, com os acréscimos mínimos de 1 (um) ponto percentual a cada ano subsequente, tomando como base o percentual praticado no ano anterior.

Quadro 14: Fórmula do repasse do faturamento da permissionária às associações de reciclagem

Ano	% mínimo de repasse para as associações
1° ano	N
2° ano	N + 1
3° ano	N + 2
4° ano	N + 3

Fonte: DMLU (2004)

A gestão técnica e administrativa da URMP será responsabilidade da permissionária, no entanto, o controle da gestão será realizado pelo Conselho Consultivo. O quadro 15 apresenta as características do Conselho Consultivo.

Quadro 15: Características do Conselho Consultivo

Conselho Consultivo
Constituição do Conselho Consultivo
03 representantes da Permissionária, com direito a 01 voto no total
03 representantes dos recicladores (01 da FARRGS e 02 das Associações), com direito a 01 voto no total
01 representante do DMLU, com direito a 01 voto no total
01 representante da SMIC, com direito a um voto no total
01 representante da METROPLAN, com direito a um voto no total
Estrutura do Conselho Consultivo
Os membros deverá ser indicados pelas respectivas entidades que compõem o Conselho, tendo cada membro 01 suplente
As vagas existentes no Conselho pertencem às entidades que o compõem
A participação no Conselho não será remunerada
O Conselho deverá se reunir ordinariamente pelo menos uma vez por mês, por convocação do presidente, ou extraordinariamente, sempre que necessário, por convocação do presidente ou de cinquenta por cento do Conselho
Um terço do Conselho deverá ser renovado a cada ano
Atribuições do Conselho Consultivo
Elaborar seu regimento interno
Fiscalizar e aprovar os preços da matéria-prima e material processado propostos pela permissionária
Fiscalizar os valores pagos às associações a título de repasse
Fiscalizar o cumprimento do Termo de Permissão de Uso, emitindo parecer ao Município e Permissionária, sempre que detectar irregularidades ou não cumprimento do termo
Fiscalizar os demonstrativos fiscais e contábeis do empreendimento
Aprovar as contas do empreendimento, apresentadas mensalmente pela permissionária, bem como relatórios fiscais e contábeis
Fiscalizar o nível de qualidade da matéria-prima proveniente das unidades de triagem
Fiscalizar a prevenção do patrimônio da usina
Fiscalizar procedimentos referentes à preservação ambiental
Sugerir melhorias tanto na gestão quanto na estrutura física da usina
Mediar e definir soluções para casos omissos

Fonte: DMLU (2004)

Segundo DMLU (2004), o prazo de permissão vigorará por quatro anos a contar da data da assinatura do Termo de Permissão e Uso, podendo ser revogado ou renovado, de acordo com os interesses do poder público municipal.

4.6.2 O Poder Público Pensando no Futuro

4.6.2.1 O Projeto de Modernização das Unidades de Triagem

O Projeto de Modernização das Unidades de Triagem, segundo SMIC (2003, p. 6), “visa a qualificação técnica e de gestão dos trabalhadores das unidades com o objetivo de aprimorar o processo de triagem e de melhorar as condições de trabalho e produtividade”. Segundo Hüster, foi um convênio firmado entre a Prefeitura Municipal de Porto Alegre, o Centro Federal de Educação Tecnológica de Pelotas (CEFET-RS), Federação das Associações dos Recicladores de Resíduos Sólidos do Rio Grande do Sul (FARRGS), e COPESUL que

“visa a construção de um processo que constituirá o Projeto de Modernização das Unidades de Triagem, a ser estendido para as demais unidades” (SMIC, 2003, p. 6).

Segundo Huergo, este projeto foi realizado prevendo a capacitação dos catadores pertencentes à Associação de Trabalhadores Urbanos pela Ação Ecológica (Restinga), unidade de triagem mais próxima da usina, de modo que tivessem condições de atuar na URMP. Para Hüster, o projeto realizado previa o acompanhamento técnico do CEFET-RS visando a capacitação para o desenvolvimento dos aspectos de organização, gestão administrativa e financeira. Diz ainda que o CEFET-RS é o executor do projeto, a COPESUL financia e a FARRGS, SMIC e o DMLU supervisionam a execução. Um projeto piloto foi desenvolvido na unidade de triagem da Restinga onde, conforme PMPOA (2002), foram revistos os processos de separação dos materiais, aumentando a produtividade e melhorando as condições de trabalho dos catadores. Conforme Huergo, o CEFET-RS buscou detectar a melhor forma de funcionamento da unidade de triagem, determinando os gargalos de produção, racionalizar as rotinas de trabalho e mudar a lógica do trabalho, implementando estas mudanças. Sendo assim, conforme PMPOA (2002), elaborou-se um novo *layout*, através da utilização de mesas em frente aos cestos onde ficam os catadores e cada catador fica responsável pela seleção de um determinado tipo de material e pela aprovação do rejeito, que promove um controle de qualidade mais rigoroso e um aumento de produtividade da ordem de até 200% em relação ao processo anterior.

A segunda fase do projeto, conforme SMIC (2003, p. 15), está:

(...) sendo elaborada e prevê a continuidade da qualificação dos trabalhadores para a melhoria do processo de triagem e também para a capacitação para o desenvolvimento dos aspectos de organização, gestão administrativa e financeira, que serão divididos em duas partes: diagnóstico e implementação. Este projeto deverá ser estendido às demais Unidades de Triagem (UT).

No entanto, segundo Huergo, aconteceram problemas de relacionamento na implantação da segunda fase do projeto que geraram dificuldades de relacionamento entre os técnicos do CEFET-RS e os associados de modo que o projeto foi encerrado quando abordou a gestão administrativa e financeira da unidade. Segundo a entrevistada, um refeitório foi construído pela COPESUL na associação.

4.6.2.2 A Central de Comercialização de Materiais Recicláveis

O projeto da Central de Comercialização de Materiais Recicláveis (CCMR), conforme SMIC (2003, p. 7), tem por objetivo “a implementação de uma rede de comercialização dos resíduos sólidos triados nas unidades, garantindo um maior valor dos materiais recicláveis”. Segundo PMPOA (2002), as UTs apresentam como limites para o funcionamento a escassez de espaço para estocagem dos materiais separados, necessitando vender sua produção em curtos intervalos de tempo; e não contam com uma estrutura de comercialização e capital de giro que permita constituir estoques. Assim, as transações envolvendo este material são realizadas com intermediários, que efetuam a sua compra a preços mais baixos, conforme PMPOA (2002), em função da menor capacidade de produção isolada de cada UT. E há, também, o problema que diversos materiais conduzidos às UTs não são aproveitados, devido a não terem perspectiva de serem comercializados em pequenas quantidades, e acabam indo para os aterros sanitários como rejeito (*ibid*, 2002). Ou seja, conforme PMPOA (2002), existem, assim, dois problemas: a necessidade de um espaço para estocagem de material (tanto materiais com dificuldades de comercialização quanto para materiais de grande volatilidade); e, a venda conjunta do produto gerado pelas UTs, onde todas as unidades cooperassem entre si na composição das cargas dos materiais resultantes do seu processo, pronto para comercialização.

Portanto, a proposta da CCRM, conforme PMPOA (2002, p. 8), é “aglomerar o todo do material separado pelas UTs de modo a efetuar a comercialização conjunta diretamente com a indústria, aumentando o poder de negociação das UTs, devido à negociação coletiva e a um aumento da capacidade de fornecimento e, conseqüentemente, um aumento nos rendimentos dos catadores”. Segundo PMPOA (2002), o projeto também prevê a possibilidade das atuais UTs se transformarem em entrepostos de venda de materiais recicláveis, possibilitando a integração dos demais catadores, atualmente não incluídos no sistema formal da coleta seletiva.

Segundo Hüster, hoje, o DMLU está atuando em várias áreas da cidade, onde desenvolve projetos pilotos com catadores, carrinheiros e carroceiros locais, ajudando no armazenamento, logística e organização dos espaços, de modo que eles também possam fazer parte do projeto. Este projeto também engloba questões diferentes da simples construção de

estruturas físicas e aquisição de equipamentos, conforme a SMIC (2003), as associações de catadores deverão ser fortalecidas por ações conjuntas da SMIC e FARRGS, uma vez que o funcionamento da central de comercialização exigirá que as associações tenham recursos humanos e materiais qualificados para realizar as transações em um mercado formal. Também as fragilidades do trabalho deverão ser diminuídas, conforme SMIC (2003), o apoio da SMIC à adesão dos trabalhadores ao sistema da previdência social é fundamental para que não haja perda de rendimentos. Ainda, conforme SMIC (2003), a formação de um fundo de investimentos, gerido pelo DMLU, para as associações deverá garantir a continuidade da operação com o mínimo de intervenções do poder público, mantendo equipamentos existentes e realizando aquisições de novos, e repondo equipamentos de proteção individual. Conforme PMPOA (2002), este fundo deverá ter dotação inicial equivalente à produção necessária para a formação do estoque inicial da central de comercialização. PMPOA (2002) diz ainda que este capital deverá ser adiantado às associações como crédito pela venda futura de material separado, uma vez que as associações não possuem capital de giro para o período de transição do sistema. Assim, conforme PMPOA (2002), quando da realização da primeira venda, o valor creditado às associações retornará ao fundo para investimento em manutenção ou para o melhoramento dos equipamentos das UTs. Conforme SMIC (2003), outras ações a serem tomadas devem ser a certificação de qualidade (prevê-se a contratação de assessoria especializada através de profissionais da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS), com o atendimento a especificações técnicas, bem como a certificação de procedência do material, visando a garantir um valor diferenciado aos produtos proveniente de um status socialmente responsável. Além, é claro, conforme SMIC (2003), da divulgação do Projeto, em concepção, implantação e resultados através de uma assessoria especializada, que desenvolverá vídeos institucionais, publicações, divulgação na *web*, etc.

Conforme PMPOA (2002), a CCRM deverá localizar-se, dentro de Porto Alegre, no Porto Seco, local que apresenta disponibilidade de áreas livres e facilidade de escoamento da produção, devido à acessibilidade aos principais eixos rodoviários do município. A central de comercialização deverá ser construída em terreno municipal, com área de 2.800 m², servido por infra-estrutura completa (PMPOA, 2002). A unidade terá área total construída de 1.400 m², sendo 70 m² destinados a escritório, sanitários, vestiários e refeitório, e o restante destinado à acomodação das máquinas e equipamentos e ao estoque de materiais (*ibid*, 2002).

Segundo PMPOA (2002), à central serão enviados todos os materiais potencialmente recicláveis, com exceção dos plásticos processados pela URMP. Conforme PMPOA (2002),

para a manipulação destes materiais serão adquiridos uma balança elevador, uma empilhadeira e um caminhão com capacidade de carga útil de 7t, que transportará os materiais separados nas UTs para a central e as cargas plásticas para a URMP. Segundo PMPOA (2002), o projeto também prevê a interligação de computadores na central e nas UTs para o acompanhamento dos estoques de materiais separados.

4.6.2.3 O Projeto Papel Social

O Projeto Papel Social é originado através da Secretaria Municipal de Cultura (SMC), em 1992, por meio do Projeto Usina do Papel, o qual buscava a formação de multiplicadores na oferta de cursos em reciclagem de papel, papel de trapos e de sisal, buscando um aproveitamento criativo do papel no Centro Cultural Usina do Gasômetro (PMPOA, 2003). Em 2001, em uma parceria entre a SMC e a SMIC, foi proposto um conjunto de ações que resultaram em três enfoques diferenciados nas ações de reciclagem artesanal de papel desenvolvidas pela prefeitura (ibid, 2003).

Conforme PMPOA (2003), em um primeiro enfoque, buscou-se o desenvolvimento da atividade em caráter informativo ou curricular ligado às noções de artesanato e educação ambiental, patrimonial ou artística. A educação é elemento básico e as atividades ocorrem na sala de aula, em oficinas públicas, através de exposições, palestras, etc. (ibid, 2003).

Segundo PMPOA (2003), em um segundo enfoque, focaliza-se a capacitação em reciclagem de papel, mas as atividades são desencadeadas a partir do interesse da comunidade envolvida. As atividades podem ocorrer através de oficinas de interesse, cursos certificados, e oficinas de trabalho educativo, podendo acontecer, em segundo momento, iniciativas de comercialização (ibid, 2003).

Para PMPOA (2003), um terceiro enfoque, são as oficinas de reciclagem de papel com a finalidade de geração de trabalho e renda. O enfoque principal é o trabalho enquanto gerador de renda e fator de inclusão social e, para isto, as atividades envolvem, além da capacidade técnica de reciclagem de artesanal de papel, a capacidade de produção e gestão, legalização e comercialização (ibid, 2003).

Ainda como diz PMPOA (2003), são oferecidas oficinas de reciclagem artesanal de papel a adolescentes das escolas da rede municipal de ensino e dos Centros comunitários, que lhes oportunizam experimentar e detectar afinidade específica com esta atividade, que pode ser direcionada para o campo da educação ambiental, da arte-educação ou de geração de renda (ibid, 2003). E para o Projeto Papel Social, são selecionados adolescentes, entre 16 e 21 anos, interessados e freqüentando a escola, que passam a receber uma bolsa auxílio de R\$ 150,00 mensais e a participar de um programa pedagógico integrado com conteúdos de cidadania, educação ambiental, gestão solidária e formação técnica como artesão/oficineiro de papel artesanal, realizados diariamente, nos turnos inversos da escola. São realizadas reuniões sistemáticas com educadores que acompanham o processo de cada aluno. Após seis meses, os alunos voltam aos seus locais de origem para mais 4 meses, em que viverão, de forma protegida, supervisionada e com bolsa auxílio, o dia-a-dia da produção e comercialização do papel artesanal. Atualmente, há um grupo de 6 jovens, na localidade do Campo da Tuca, vinculados ao Projeto Papel Social, que já atuam na reciclagem artesanal do papel (ibid, 2003).

Segundo SMIC (2004), na área da EPS, o projeto Reciclar atinge a população com o maior grau de vulnerabilidade social. Se levarmos em conta a missão da SEP de “articulação dos agentes econômicos e sociais, na construção de um projeto de desenvolvimento sustentável, com nos princípios da cooperação, da solidariedade e a ética” (SMIC, 2004, p. 5), o projeto Reciclar é o projeto que atinge a população com o maior grau de vulnerabilidade social. Dentro da política de Geração de Trabalho e Renda, segundo SMIC (2004), ele apresenta as condições mais favoráveis para o seu desenvolvimento. Conforme SMIC (2004), o Reciclar apresenta três elementos básicos que justificam seu potencial: o acesso à matéria-prima (coleta seletiva, coleta informal); o acesso ao conhecimento necessário à triagem do material (capacitação técnica e de gestão); o acesso aos canais de comercialização (Central de Comercialização); além da potencialidade de articulação da cadeia produtiva da reciclagem (Usina de Reciclagem).

4.7 O Programa Entrada da Cidade

O Projeto Integrado Entrada da Cidade (PIEC)¹⁴, iniciado em 2002, é um projeto habitacional localizado na entrada do município de Porto Alegre, junto à rodovia *free-way*, que promove o reassentamento de pessoas que vivem em condição de miséria e irregularidade. A primeira fase do programa terminou em 21 de março de 2004, com 413 famílias reassentadas até o momento, sendo 61 casas entregues na Vila Tecnológica em maio de 2003, 130 casas no Condomínio Pôr-do-Sol em novembro de 2003 e 222 casas no Condomínio Progresso em março de 2004. O projeto prevê, até a sua conclusão em cinco anos, a construção de 3061 novas moradias e a reurbanização de 593 lotes, beneficiando 3775 famílias. Além do reassentamento, as comunidades envolvidas participam do projeto de geração de trabalho e renda, que oferece alternativas de formação e capacitação profissional. A capacitação profissional começou em 2003, com cursos de panificação, construção civil, mecânica e informática para 120 moradores. No ano corrente, mais de 200 moradores participam dos cursos de confecção e costura, padaria, estética, economia doméstica e construção civil, que tiveram início em janeiro.

O PIEC é integrado por cinco projetos: Habitação, que engloba 20 loteamentos, 3.061 unidades habitacionais novas (3.061 famílias, 14 mil pessoas), 295 lotes urbanizados (416 famílias), 298 lotes com complementação de infra-estrutura (298 famílias); Infra-estrutura viária, que contempla a interligação do bairro à 3ª Perimetral e à rodovia *free-way*, além de incrementos de ligação urbana; Valorização Paisagística que prevê a recuperação de 25 praças e do Parque Mascarenhas de Moraes, implementação de praças nos loteamentos (32.310m² de área verde), implementação de jardim linear e complementação e arborização de vias; Geração de Trabalho e Renda que engloba 2 Unidades de Triagem de Resíduos Sólidos, 1 cooperativa de produção e serviço (Construsol), 1 centro de apoio ao desenvolvimento econômico regional e 176 unidades comerciais em loteamentos; e o Desenvolvimento Comunitário, que trará 1 posto de saúde, com 2 equipes do Programa de Saúde da Família, 2 unidades de atendimento de Educação Infantil, 2 centros de desenvolvimento comunitário e lazer (SESI – composto de atendimento da Fundação de Assistência Social e Cidadania,

¹⁴ Todas as informações referentes ao PIEC foram retiradas do *website* <http://www.portoalegre.rs.gov.br/noticias/interna.asp?proj=762&secao=1989&m1=18357> e de entrevista realizada com o senhor Alexandre Stolte, coordenador do programa.

telecentro e projeto de segurança), 4 escolas de Educação Infantil (creches), 4 centros comunitários e ampliação da Escola Municipal Antônio Giúdice.

Dentre as duas unidades de triagem previstas pelo projeto de Geração de Trabalho e Renda, uma é a unidade dos Profetas da Ecologia, que estava desativada e foi posta novamente em funcionamento através de recursos do PIEC, onde, segundo Alexandre Stolte, foram feitas reformas no galpão e equipamentos e também foi assinado um convênio em que a prefeitura municipal paga os valores para as despesas fixas (água, luz, telefone, etc.) da unidade. A segunda unidade do programa é a Unidade de Triagem Vila dos Papeleiros que, por causa de um incêndio na comunidade destes envolvidos, segundo Huergo, teve de ter o seu projeto adiantado. Conforme Stolte, ainda há um projeto da construção de uma unidade nos moldes da UTC, a qual, da mesma maneira, separaria o material diretamente da coleta domiciliar e, por isso, receberia um valor correspondente a prestação do serviço.

O valor total do projeto é de investimento de U\$ 55 milhões, sendo a metade deste valor originária do financiamento Fundo Financeiro para o Desenvolvimento dos Países da Bacia do Prata (Fonplata) e o restante uma contrapartida da prefeitura municipal integrada por dois contratos com o Programa Habitar Brasil do Ministério das Cidades e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

4.8 Refletindo sobre as Ações do Poder Público para a Consolidação de um Setor de Reciclo em Bases Populares no Município de Porto Alegre

Hoje em dia, dentro da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, pode-se dizer que o DMLU é o operacionalizador das políticas públicas em prol da rede de reciclagem do município, as quais são formuladas pela SMIC. Justifica-se esta hipótese afirmando que todos os projetos envolvidos com as unidades de triagem são fiscalizados pelo DMLU, assim com a contratação de obras e equipamentos, mas a dotação orçamentária que viabiliza estes empreendimentos provém da SMIC.

Entretanto, o marco inicial do setor de reciclagem em Porto Alegre foi a implantação, em 1989, do Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que mudou a concepção tida até

então sobre o gerenciamento do lixo, implantada pelo DMLU. Passou-se a avaliar globalmente o impacto da geração de resíduos, não se levando em consideração somente as ameaças ambientais do lixo, mas a possibilidade da geração de renda e trabalho, bem como a inclusão social de pessoas que se encontravam a margem do sistema produtivo formal, por meio da criação de associações que triariam e comercializariam estes resíduos. Passou-se, então a adoção de um modelo de associações de catadores, que receberiam o resíduo coletado na coleta seletiva diretamente nos seus galpões de reciclagem, evitando assim que os catadores continuassem a catar o lixo diretamente nas ruas de modo precarizado.

A partir deste momento pode-se dizer que as Unidades de Triagem passaram a nortear a política municipal de resíduos sólidos. O poder público classificou estas iniciativas como características de empreendimentos de Economia Popular Solidária e, por meio da SMIC, desenvolveu diversas ações com o intuito de alavancar o programa de reciclagem de Porto Alegre. Todas estas ações visam fornecer uma contribuição para a inclusão social dos excluídos do sistema formal, bem como o desenvolvimento de condições de auto-sustentabilidade para a emancipação das associações de catadores. O Quadro 16 apresenta um resumo das ações do poder público municipal nesta direção.

Quadro 16: Ações do Poder Público em Prol do Setor de Reciclagem em Porto Alegre

Ações Públicas	Orgão Responsável pela Ação	Contribuição para a Inclusão Social e para o desenvolvimento de auto-sustentabilidade das associações de catadores
Ações Principais		
Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos	DMLU	Foi o marco inicial do setor de reciclagem em Porto Alegre, dando início à Coleta Seletiva bem como às associações de catadores.
Coleta Seletiva	DMLU	Instrumento pelo qual se dá o recolhimento dos resíduos separados diretamente na fonte geradora, abastecendo a rede das associações de catadores estabelecidas em Unidades de Triagem, bem como um instrumento de participação popular nos programas de geração de trabalho e renda em Porto Alegre.
Unidades de Triagem	DMLU	Local onde os catadores se estabelecem, por meio de associações, o beneficiamento, armazenamento e a comercialização dos resíduos recebidos por meio da CS. Estas unidades norteiam as ações do poder público municipal em Porto Alegre, de modo que todas as outras ações são complementares às Unidades de Triagem.
Ações Complementares		
Projeto de Qualificação para o Trabalho	SMIC	Os Projetos de Qualificação para o trabalho visam oferecer alternativas de qualificação profissional aos catadores nas mais variadas profissionalizações, incluindo coleta e separação de resíduos como também a construção de novas UTs para que grupos organizados conquistem, no OP, a demanda pela unidade. E, também, via OP a aquisição de novos equipamentos para as UTs.
Projeto de Ações Coletivas	SMIC	Os Projetos de Ações Coletivas buscam potencializar o desenvolvimento e o reconhecimento das atividades econômicas organizadas em empreendimentos coletivos por meio da criação de uma rede de apoio/parcerias entre as unidades governamentais e não governamentais em nível municipal e estadual com objetivo de promover trocas de informações e ações comerciais.
Projeto de Artesanato	SMIC	Por meio deste projeto é incentivada a utilização do material triado pelas UTs como potencial matéria-prima para produtos artesanais e, também, a exposição nos locais que a prefeitura disponibiliza, produtos provenientes das UTs, de modo a sociabilizar o público em geral de que os resíduos triados não são somente restos de lixo.
Projeto Reciclar	SMIC	
Ações Específicas do Projeto Reciclar		
Usina de Material Plástico	SMIC	Criar condições para o beneficiamento do plástico triado pelas UTs, fazendo que o produto final das associações tenha um incremento no seu valor final, diminuindo a dependência em relação aos atravessadores. E, também, gerando uma nova forma de renda para as associações. No momento, a Usina está sob supervisão de uma permissionária privada, a qual repassa parte dos seus dividendos às associações de reciclagem.
Projeto de Modernização das Unidades de Triagem	SMIC	Tem como objetivo a qualificação técnica e de gestão dos trabalhadores das UTs visando o aprimoramento do processo de triagem e das condições de trabalho e produtividade.
Central de Comercialização de Materiais Recicláveis	SMIC	Prevê a implementação de uma rede de comercialização dos resíduos sólidos triados nas UTs, com amplas condições de estoque dos materiais, com objetivo de poder suprir as necessidades de fornecimento à indústria, não dependendo de atravessadores e, com isso, obtendo um melhor valor para os produtos das associações.
O Projeto Papel Social	SMIC	O Projeto Papel Social prevê três enfoques: a educação ambiental por meio de noções de artesanato e reciclagem em salas de aula, oficinas públicas, palestras; a capacitação de comunidades na reciclagem de papel, inclusive com oficinas de trabalho, curso certificados, etc.; e, a criação de oficinas de reciclagem de papel com a finalidade de geração de emprego e renda.
O Programa Entrada da Cidade	Vincula-se à Prefeitura como um todo	
O PIEC representa um programa social integrado por habitação, infra-estrutura, valorização paisagística, geração de trabalho e renda, e desenvolvimento comunitário para pessoas em situação de risco que moram na entrada da cidade. O desenvolvimento de trabalho e renda passa pela construção de UTs como forma de emprego e resgate social a estas pessoas.		

Fonte: Elaboração própria, 2005.

O poder público no município de Porto Alegre busca não só a geração de emprego e renda aos excluídos, mas também o resgate social destas pessoas. A política de emprego e renda iniciada com o GIRS satisfaz estas condições e contribui para a emancipação das associações de reciclagem do vínculo atual com o poder público. As ações principais, mostradas no quadro 16, representam o início do programa porto-alegrense de reciclo, entretanto, suas ações complementares buscam dar condições para que o programa, como um todo, institucionalize-se dentro da prefeitura e consiga atenuar as dificuldades enfrentadas. O PIEC confirma a institucionalização das políticas de reciclo na prefeitura de Porto Alegre, uma vez que nele mudou-se o foco da constituição de novas UTs. Anteriormente, estas UTs buscavam o atendimento de uma demanda específica de alguma região, ou intervenção da prefeitura de modo a atenuar a precarização do trabalho de determinadas pessoas. A partir do PIEC, o programa de reciclagem mostra-se consolidado e é proposto como uma alternativa de renda para os habitantes contemplados no programa, sem que eles tivessem alguma familiaridade com o tema ou que organizadamente se juntassem reivindicando uma UT. Mas, neste momento, a prefeitura insere a atividade de reciclo e organiza os cidadãos de modo a operarem novas UTs, como forma de combate ao desemprego e a exclusão social.

Por outro lado, uma dúvida permeia todo o programa de reciclagem do poder público municipal: estaria esta iniciativa alinhada com os princípios da Economia Popular Solidária, como ela é vista dentro da SMIC?

Utilizando-se o modelo de análise de empreendimentos solidários proposto anteriormente neste trabalho podemos dizer que:

- Quanto à gestão: estas iniciativas são autogestionárias, embora apresentem fortes indícios de dependência e influência do poder público na sua gestão. Por meio de convênio com a prefeitura possuem a posse coletiva dos meios de produção, possuem autonomia sob o processo de trabalho – embora haja ações da prefeitura de modo a otimizar a sua produtividade, e possuem a gestão coletiva do empreendimento, mesmo que devendo prestar contas à prefeitura. Da mesma forma, a repartição da receita líquida da venda dos seus produtos é realizada por critérios elaborados por todos os associados em negociações coletivas;
- Quanto à forma de organização: os empreendimentos são organizados em forma de associações;

- Quanto à origem dos recursos: as UTs recebem recursos da venda dos seus produtos, do financiamento de agências de apoio (de forma individual e independente) e do governo municipal na forma de subsídios tais como a CS, a construção dos galpões, reformas, etc. Por outro lado é extenso o número de voluntários envolvidos no auxílio das mais diferentes formas às associações;
- Quanto ao Público: o público destas iniciativas é composto por pessoas que se encontram a margem do sistema produtivo formal; e,
- Quanto às características sociais: Existe a solidariedade em ações como, por exemplo, a seguridade social, onde no momento em que um trabalhador ficar impossibilitado de trabalhar, os outros repartirão os seus dividendos com aquele que não pode trabalhar. Há um privilégio às necessidades humanas em relação ao capital. Há interação com mercado formal na comercialização dos seus produtos e nas operações rotineiras da sua produção. Propicia aos catadores a conquista da sua cidadania e a inserção social no seu meio pela conquista de trabalho e renda. Atendem a uma demanda social por emprego, mas somente num primeiro momento utilizavam-se das suas competências locais, como foi o caso da construção de UTs para catadores de rua. Em um segundo momento, não foram mais necessárias as competências locais para o estabelecimento das UTs, mas somente a demanda por trabalho e renda, institucionalizando a criação de UTs como uma política de trabalho e renda do poder público municipal de Porto Alegre. Por outro lado, a constituição destas associações possibilitou a estas pessoas, antes excluídas do sistema formal, um canal de acesso e participação social e política, chamando a atenção para a suas problemáticas sociais e obtendo conquistas através da mobilização no OP.

Deste modo, pode-se afirmar que o modelo adotado para a criação de um setor de reciclagem na cidade de Porto Alegre representa um empreendimento de Economia Popular Solidária. No entanto, são necessários avanços tanto ideológicos quanto tecnológicos para que em um futuro próximo, estas iniciativas populares possuam condições emancipatórias e venham a deixar de receber subsídios públicos, talvez, tornando-se até prestadores de serviços regulamentados ao município. E, também, abrindo espaço para que novas iniciativas públicas possam ser viabilizadas com o capital antes empregado ao setor de reciclo.

Para tanto, são necessários investimentos municipais, estaduais e federais que minimizem as dificuldades e problemas enfrentados pelos catadores. Estes programas deverão atender os problemas sociais enfrentados pelos catadores, tais como a assistência de saúde adequada, a segurança, os problemas educacionais, a falta de planejamento familiar, creches. Os quais ajudariam a diminuir as diferenças culturais enfrentada pelos catadores, de modo a ajudar na gestão e no progresso dos empreendimentos.

5. CONCLUSÕES

As reformas de liberalização e políticas de privatizações cumpriram o seu papel na estabilização e no crescimento brasileiro, mas em contrapartida geraram graves problemas sociais do país. No plano econômico houve um aprofundamento das crises fiscal e financeira do Estado, impondo limites a políticas redistributivas. E, no plano social, houve uma debilidade da situação dos movimentos sociais de maior expressão nas décadas anteriores, com um agravamento da crise do emprego e um contexto de exclusão social em níveis nunca vistos, até então.

Ao mesmo tempo em que a mudança político-econômica acarretou uma perda da capacidade dos Estados nacionais intervirem em níveis macroeconômicos, verificou-se uma crescente descentralização da gestão de políticas sociais, de âmbito federal, para as esferas estadual e municipal de governo.

Em paralelo, houve um crescimento desenfreado das populações urbanas que, somado ao modelo de crescimento econômico utilizado atualmente, o qual estimula uma cultura de consumismo e desperdício, gerou um potencial crescente de resíduos que agridem o meio ambiente, afetando as necessidades tanto das gerações presentes quanto das gerações futuras. Ou seja, colocando em risco a sustentabilidade das cidades.

Neste contexto, os governos locais assumem a responsabilidade por garantir a infraestrutura necessária às atividades econômicas, desenvolvimento sustentável do meio ambiente das cidades e o bem-estar social da população. No Brasil, conforme os autores Pinho e Santana (2002), a aplicação da descentralização destas políticas não está relacionada somente a mudanças na esfera nacional, mas ao desenvolvimento, pelo nível municipal, de programas

calçados, principalmente, em posicionamento ideológico do governo de partidos de esquerda, contrários às políticas neoliberais adotadas na esfera federal.

Desta forma, a partir da eleição do governo do Partido dos Trabalhadores em 1988, no município de Porto Alegre, começam a ser desenvolvidas políticas de amparo social que buscam amenizar os efeitos da crise enfrentada pelo país, paralelamente à busca de soluções para os problemas ambientais.

É criado, assim, o Sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos, que busca não só o desenvolvimento sustentável do meio ambiente urbano de Porto Alegre, através do combate à geração de resíduos, mas uma estratégia de combate à pobreza, através de um projeto de geração de renda e trabalho sustentável, que promova a inclusão e cidadania das comunidades mais atingidas pela crise social decorrente do modelo econômico da lógica neoliberal.

A implantação do sistema de Gerenciamento Integrado de Resíduos Sólidos (GIRS) de Porto Alegre marca, sem dúvida, uma mudança no paradigma predominante até então – na qual o poder público municipal, ao invés de simplesmente abandonar os resíduos municipais em lixões, passa a gerenciá-los de modo a reduzir, reciclar e reaproveitar materiais – enxergando, assim, as atividades de limpeza pública de modo global e relacionadas às demandas econômicas, culturais e sociais da sociedade. Do mesmo modo, como conseqüências destas ações, têm-se a minimização do impacto ambiental e a transformação do lixo em trabalho e renda para pessoas excluídas do mercado formal de trabalho.

Neste contexto, por meio da Coleta Seletiva (CS), a prefeitura municipal de Porto Alegre consegue aliar aos benefícios ambientais, uma fonte de renda para trabalhadores em situação de risco social. Acrescenta-se também o fato que a CS propicia um aprendizado ambiental, bem como uma interação da população em geral com os catadores, de modo a familiarizá-los como um ente presente do sistema. Em relação à CS, conclui-se, também, que ela está institucionalizada nas políticas da prefeitura, pois além de ser um elemento essencial ao GIRS, todas as novas construções edificadas na cidade devem realizar projetos de adequação aos parâmetros da coleta seletiva.

Em relação às unidades de triagem conclui-se que há uma mudança de foco nas ações do poder público. Em um primeiro momento, estas unidades eram vistas como uma forma de trazer da informalidade para a formalidade, grupos de pessoas que tivessem antecedentes ou estivessem envolvidas com atividades relacionadas à catação de resíduos tanto nas ruas como em lixões. Como os resultados deste projeto deram certo, ele se constituiu, hoje, em um exemplo de geração de trabalho e renda a ser seguido, inclusive tendo sido premiado nacionalmente¹⁵. Entretanto, é esse um aspecto importante a se destacar: em virtude do agravamento da crise econômica enfrentada pelo país, houve um crescimento do número de catadores independentes nas ruas de Porto Alegre, tanto de catadores em condição de exclusão quanto catadores patrocinados por empresas interessadas no material do reciclo. Como conseqüência deste processo, está havendo uma diminuição da quantidade de resíduos coletados pela CS, o que já está ocasionando quedas nos rendimentos dos trabalhadores nas associações que dependem do DMLU para a obtenção de resíduos, evidenciando a necessidade da geração de novas fontes de resíduos como premissa de viabilidade da CS. Outro elo que apresenta problemas é a comercialização dos produtos beneficiados pelas unidades de triagem aos intermediários, ao invés da comercialização direta com a indústria, o que inibe a agregação de valor e reduz de modo substancial a renda dos catadores. Cabe ressaltar também a relação de forte dependência das associações de resíduos aos compradores intermediários, os quais, muitas vezes, fornecem equipamentos e recursos financeiros para que estas associações possam operar.

Com plena consciência destes problemas enfrentados pela CS, o poder público está criando novos programas que venham contornar estas dificuldades. Os programas de qualificação para o trabalho, ações coletivas, de incentivo ao artesanato visam capacitar os catadores e também criar redes de comercialização de produtos que gerem novas formas de renda às unidades. Da mesma forma a entrada em operação da Usina de Reciclagem, que visa agregar valor ao produto das unidades de triagem, e o projeto da Central de Comercialização, que visa completar as lacunas do processo de comercialização, são as formas que o poder público municipal está desenvolvendo para que o programa ganhe força e não fique limitado somente ao recebimento e triagem dos resíduos. No entanto, seria necessária tanto uma política na esfera estadual quanto uma política na esfera federal de incentivo à reciclagem que impusesse, obrigatoriamente, a utilização de matérias-primas recicladas. Pois se o custo e a

¹⁵ Disponível em: www.prefpoa.com.br

capacidade de geração de matéria-prima diretamente da natureza for menor do que o do material reciclado, e não houver incentivos públicos, as empresas dificilmente aumentarão o uso de produto reciclado, criando um gargalo, a longo prazo, ao setor de reciclagem.

Por outro lado, um outro desafio enfrentado pelas associações é a relação de dependência face o poder público. As associações de reciclagem são dependentes da CS para sobreviverem e, neste lento processo de 16 anos, todas as alternativas propostas até então surgiram por parte do poder público, que enxerga as associações com forte relação patronal. Da mesma forma, ainda que fuja ao objetivo do presente trabalho, investigar o modelo de gestão adotado pelos empreendimentos de reciclo em Porto Alegre, não é possível esquecer que estudos recentes têm apontado as dificuldades que se impõem ao emprego de um modelo de gestão efetivamente democrático. Percebe-se com isso a complexidade de qualquer tentativa de instituir processos democráticos e autogestionários em uma sociedade ainda marcada pelo ranço do autoritarismo e pelas velhas práticas clientelistas. Desta forma, concluímos com a seguinte afirmação de Silveira (s/d, p. 20): “a independência econômica e operacional das associações face ao governo municipal é um processo que não amadureceu a ponto de criar as bases para uma situação diferenciada no curto prazo, o que repõe a tradicional questão da descontinuidade administrativa que permeia os ciclos eleitorais na nossa cultura”.

9. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRUCIO, Fernando Luiz; COUTO, Cláudio. A Redefinição do Papel do Estado no Âmbito Local. **São Paulo em Perspectiva** – Revista da Fundação Seade, São Paulo, v.10, n.3, p.40-47, jul.set/1996.
- ALVES, Giovanni. **O Novo (e Precário) Mundo do Trabalho**: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo. São Paulo: Bom Tempo, 2000.
- ANDION, Carolina. **As particularidades da gestão em Economia Solidária**. In: Anais do XXV ENANPAD, Campinas (SP), 2001.
- ANTEAG [Associação Nacional dos Trabalhadores em Empresas de Autogestão e Participação Acionária]. **Autogestão**: construindo uma nova cultura nas relações de trabalho. São Paulo: ANTEAG, 2000.
- ARRUDA, Marcos e BOFF, Leonardo. **Globalização Desafios Socioeconômicos, Éticos e Educativos**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. NBR 10.004: Resíduos Sólidos: classificação. São Paulo, 1987.
- BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BERTUCCI, Ademar. **Economia Popular Solidária**. 2003. Disponível em: <http://www.caritasbrasileira.org/textos/eps.pdf>. Acesso em: 15 de janeiro de 2004.
- BOSCHI, Renato. **Elites Industriais e Democracia**. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- CAILLÉ, A. **Nem holismo nem individualismo metodológicos**: Marcel Mauss e o paradigma da dádiva. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.
- CALDERONI, S. **Os bilhões perdidos no lixo**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 1998.
- CAMPANI, Darci; HUERGO, Mayra. Coleta Seletiva de Porto Alegre: 12 anos de experiência – avaliação e perspectivas. **Em: Congresso Interamericano de Ingeniería Sanitaria y Ambiental (28.: 2002: Cancun)**. Anales del congreso. Cancún: AIDIS, 2002.
- CAMPANI, Darci; MELLO, Rosalino. Da Limpeza Pública à Gestão Ambiental de Resíduos

Sólidos. In: PONT, Raul A. (coord.); BARCELOS, Adair (org.). **Porto Alegre: uma Cidade que Conquista – a Terceira Gestão do PT no Governo Municipal.** Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

CAMPOS, Áurea C. A.. **Resíduos Sólidos Urbanos: Educação Ambiental e Análise de Comportamento de Estudantes de Escolas de Feira de Santana – BA.** Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 2001. (Dissertação de Mestrado).

CARLEIAL, Liana *et ali.* A Gestão do Trabalho na Indústria Automotiva: uma Primeira Aproximação a Partir dos Casos da Renault e da Audi-Volks. In: NABUCO, Maria Regina; NEVES, Magda; CARVALHO NETO, Antônio. **Indústria Automotiva: a Nova Geografia do Setor Produtivo.** Rio de Janeiro: DP&A, 2002, p.173-212.

CARRION, Rosinha M. Le Budget participative à la Ville de Porto Alegre/Brasil. **In: II.º Rencontre Mondiale de la Globalisation Solidaire, 2001,** Quebec/ Canadá. 2001.

CARRION, Rosinha M. L'Economie Social au Rio Grande do Sul et au Brésil. **In: Colloque Pratiques Novatrices en Économie Sociale, 2002,** Trois Rivières. 2002.

CARRION, Rosinha M. L'économie solidaire au Brésil et à Rio Grande do Sul. **In: 2E Colloque Provincial de Écof-CDEC, 2002, Québec. ARUC - Économie Sociale.** 2002. v. 1, p. 1-22.

CARRION, Rosinha M. What can we learn from the Experience of Porto Alegre Participative Budget?. **In: VTH International Conference of the International Society of Third Sector Research/ ISTR: Transforming Society, Citizenship and Governance: The Third Sector in an Era of Global Era, 2002,** Cape Town. Vth Congress of The International Society for Third Sector Research/ ISTR. 2002. v. 1, p. 1-15.

CARRION, Rosinha M.. Programa de Ação do Governo do Estado para uma Economia popular e Solidária: desafios e Limites. **In: IV Congresso Latinoamericano de Sociologia del Trabajo - el trabajo en america latina en los comienzos del siglo XXI: perspectivas de su carácter emancipador y de su centralidad, 2003, Havana.** Alternativas Econômicas de Trabalho e Produção: Desafios de Governança à Consolidação de Empreendimentos Populares nos Moldes da Economia Popular e Solidária: o caso do Rio Grande do Sul. 2003. v. IV.

CARRION, Rosinha M.; CARLEIAL, Liana; CARVALHO NETO, Antonio; COSTA, Pedro; CARDOSO, Maria Beatriz R.. Economie Populaire et Solidarie et Lutte contre l'Exclusion. **In: Conference International le sud et le Nord Dans la Mondialisation: quelles alternatives?, 2003, Ottawa. Annales de la Conference International le Sud Et Le Nord dans la Mondialisation: Quelles Alternatives.** Université de Quebec à Houl, 2003.

CARRION, Rosinha M.; COSTA, Pedro. **A Gestão da Economia Solidária como uma Política de Geração de Trabalho e Renda: O Caso do Município de Cachoeirinha – RS.** In: Colóquio Internacional sobre Poder Local (9.: 2003: Salvador, BA). [Anais...] Gestão XXI, Gestão Social e Gestão do Desenvolvimento. Salvador: Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais, 2003. 1 CD-ROM: il.

CARRION, Rosinha Machado (Org.). **Relatório de Residência Social.** NIPETS/EA/UFRGS, 2005. Obtido diretamente com a autora.

CARRION, Rosinha Machado. **A Economia Solidária no Rio Grande do Sul: a experiência do Núcleo Interdisciplinar de Pesquisas e Estudos sobre Terceiro Setor (NIPETS), da Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).** In: Assembléia do Cladea (37. : 2002: Porto Alegre, RS). [Anais...]. Porto Alegre: CLADEA, 2002. 1 CD-

ROM.

CARRION, Rosinha Machado. **Alternativas Econômicas de Trabalho e Produção: Desafios de Governança à Consolidação de Empreendimentos Populares nos Moldes da Economia Popular e Solidária.** O caso de municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre/RS/Brasil. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local (9.: 2003: Salvador, BA). [Anais...] Gestão XXI, Gestão Social e Gestão do Desenvolvimento. Salvador: Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais, 2003. 1 CD-ROM: il.

CARRION, Rosinha Machado. **Inovações em Economia Social Solidária: o caso das Associações de Reciclagem em Porto Alegre.** Relatório CNPQ. Março/Dezembro, 2004. Obtido diretamente com a autora.

CARVALHO NETO, Antônio. **Relações de Trabalho e Negociação Coletiva na virada do milênio.** Petrópolis (RJ): Vozes, 2001.

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social: uma Crônica do Salário.** Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

CATTANI, Antônio David. Crítica da Economia Solidária. In: **Cultura Vozes.** São Paulo: n.6 – Volume 96 , p.10-21, (Novembro-Dezembro), 2002.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em ciências humanas e sociais.** São Paulo: Cortez, 2001.

COCCO, Giuseppe. **Trabalho e Cidadania: Produção e Direitos na era da Globalização.** São Paulo: Cortez, 2000.

CONSONI, A. J.; PERES, C. S.; CASTRO, A. P. **Origem e composição do lixo.** In: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT. Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE. Lixo Municipal. Manual do Gerenciamento Integrado. Agosto, 1996. p. 21-35.

CORAGGIO, José L. Da Economia dos Setores Populares à Economia do Trabalho. . In: Kraychete, G. et al. (org.) **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia.** Petrópolis, RJ: Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000. Disponível em: http://www.fronesis.org/jlc_publicaciones.htm . Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

CORRÊA, Luis Oscar Ramos. Economia Popular, Solidária e Autogestão: o papel da Educação de Adultos neste novo cenário (tendo como perspectiva a atuação da UFRGS). In: **Aprendendo com jovens e adultos:** revista do Núcleo Interdisciplinar de Ensino, Pesquisa e Extensão em Educação de Jovens e Adultos da Pró-Reitoria de Extensão – UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, Pró-Reitoria de Extensão, 1ª ed. 2001, n.1 (anual), p.171-190, 2001.

COSTA, Ana Cláudia F. da. **Os Caminhos dos Resíduos Sólidos Urbanos na Cidade de Porto Alegre/RS:** da Origem ao Destino Final. Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1998. (Dissertação de Mestrado).

COSTA, Ana Cláudia F. da; SATTLER, Miguel Aloysio. Coleta Seletiva e Reciclagem de Lixo: Descrição do Trabalho Realizado pelo DMLU e Catadores de Lixo na Cidade de Porto Alegre. In: Anais [do] I Encontro Nacional [sobre] Edificações e Comunidades Sustentáveis/ editor Miguel Aloysio Sattler: Porto Alegre: ANTAC, 1997.

CULTI, Maria Nezilda. **O Cooperativismo Popular no Brasil:** Importância e Representatividade. Terc. Congreso Europeo de Latinoamericanistas. Amsterdã – Holanda, 3-6 de julho de 2002. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

DEDECCA, Cláudio S.: Reorganização das Relações de Trabalho no Brasil. A Flexibilidade é a Única Alternativa? In: CARVALHO NETO, Antônio M.; CARVALHO, Ricardo A. A. de (org). **Sindicalismo e Negociação Coletiva nos Anos 90** Instituto de Relações de Trabalho. Ministério do Trabalho. Belo Horizonte: IRT/PUC-MG, 1998.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – DMLU. **Projeto Básico:** Seleção de interessados na operação da Usina de Reciclagem de Material Plástico. 2004.

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE LIMPEZA URBANA – DMLU. **Usina de Reciclagem de Material Plástico:** Informações Gerais. 2004 b.

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Avaliação da Coleta Seletiva no Ano de 1990.** 1991.

DMLU – Departamento Municipal de Limpeza Urbana. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Coleta Seletiva um Serviço 100%.** 1997.

DUPAS, Gilberto. **Economia Global e Exclusão Social.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

EME, Bernard; LAVILLE, Jean-louis; MARÉCHAL, Jean-Paul. **Economía solidaria:** ¿ilusión o vía de futuro? Disponível em: <http://www.reasnet.com/fseleccion.htm>. Acesso em: 03 de fevereiro de 2004.

FERREIRA, A. B. H. **Novo dicionário da língua portuguesa.** 2.ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

FINGER, Marlova. A Gestão Ambiental em Porto Alegre. In: PONT, Raul A. (coord.); BARCELOS, Adair (org.). **Porto Alegre:** uma Cidade que Conquista – a Terceira Gestão do PT no Governo Municipal. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2000.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A perspectiva da economia solidária. In: FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais:** marcos teóricos e estratégias de avaliação. Salvador: Casa da Qualidade, 2002.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A problemática da economia solidária: um novo modo de gestão pública? **Cadernos EBAPE.BR**, n.1, v.2, março 2004. Disponível em: www.ebape.fgv.br/cadernosebape. Acesso em: 15 de junho de 2004.

GAIGER, Luís I. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. In: KRAYCHETE, G.

et al. (org.). **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis (RJ): Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000a. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

GAIGER, Luís Inácio. Sentido e possibilidades da Economia Solidária hoje. In: KRAYCHETE, G. et al. (org.). **Economia dos Setores Populares: Entre a Realidade e a Utopia**. Petrópolis (RJ): Vozes; Rio de Janeiro: Capina; Salvador: CESE: UCSal, 2000a. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. As organizações do Terceiro Setor e a economia popular solidária. **Revista Ciências Sociais Unisinos**, São Leopoldo, v.37: 103-151, 2001. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Empreendimentos econômicos solidários. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, p. 135-143, 2003a.

GAIGER, Luiz Inácio. L'économie solidaire au Brésil. **Recherches – Reveu du M.A.U.S.S.**, Paris, n.21 :80-96; 2003b. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

GAIGER, Luiz Inácio. Os caminhos da economia solidária no Rio Grande do Sul. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000b, p.267-286. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

GAIGER, Luiz. Inácio. **A Economia Solidária diante do modo de produção capitalista**. 2002. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOMES, Gisane. Gerenciamento de Resíduos Sólidos em Porto Alegre e Qualidade de Vida. In: FRANKENBERG, Cláudio Luis C.; RAYA-RODRIGUES, Maria Teresa; CANTELLI, Marlize. **Gerenciamento de Resíduos e Certificação Ambiental**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000. p.292 – 304.

HELLWIG, Beatriz Centenaro. A participação dos trabalhadores nas decisões: um estudo na Economia Solidária. Escola de Administração da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2004. (Trabalho de Conclusão de Curso).

<http://www.portoalegre.rs.gov.br/dadosger/historia.htm>

<http://www.portoalegre.rs.gov.br/noticias/interna.asp?proj=762&secao=1989&m1=18357>

ICAZA, Ana Mercedes Sarria. Tercer Sector y Economia Solidária en sul de Brasil: características y perspectivas, s/d. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

INOJOSA, Rose M.. Redes de Compromisso Social. **RAP – Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro: FGV, 33 (5), setembro/ outubro 1999: 115-141.

JUCÁ, J. F. T. Relato do estado da arte – Tema III: Resíduos Sólidos: Brasil. Palestra apresentada no 8º Simpósio Luso-Brasileiro de Engenharia Sanitária e Ambiental, João

Pessoa – PB. Programa Oficial, p. 20-24, 1998.

LAVILLE, Jean-Louis. **L'économie solidaire**. Paris: Desclée de Brouwer, 1994.

LAVILLE, Jean-Louis; ROUSTANG, Guy. L'enjeu d'un partenariat entre État et société civile. In: DEFOURNY *at al.* **Economies social au Nerd et au Sod**. Brielle's: Debouch, 1999. p. 217-238.

LECHAT, Nele; SCHIOCHET, Valmir. Economia da dádiva. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, 84-88.

LIMA, J. D. de. **Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil**. João Pessoa: Inspira Comunicação e Design, 2001.

LIMA, L. M. Q. **Lixo. Tratamento e Biorremediação**. São Paulo: Hemus, 1995.

LINDENBERG, Rua de C. Minimização de Resíduos, Coleta Seletiva, Compostagem e Digestão Anaeróbia. Associação Brasileira de Limpeza Pública – ABLP. São Paulo (24 a 26 de março de 1998).

LISBOA, Armando M. A emergência das redes de economia popular no Brasil. **Economia Solidária: o desafio da democratização das relações de trabalho**. In: DAL RI, Nela Maria (org.). São Paulo: Arte & Ciência, 1999, p. 55-89. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

MAGALHÃES, Reginaldo Sales; TODESCHINI, Redigiu. Sindicalismo e economia solidária: reflexões sobre o projeto da CUT. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p.135-158.

MANCE, Euclides André. Redes de colaboração solidária. In: CATTANI, Antônio D. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, 219-226.

MANCE, Euclides. **A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual**. Petrópolis (RJ): Vozes, 2000.

MARCONI, Marina de A.; LAKATOS, Eva Maria. **Técnicas de Pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1996. 231 p.

MELO, Marcus A. Crise Federativa, Guerra fiscal e “Hobbesianismo Municipal” efeitos perversos da descentralização? **São Paulo em Perspectiva** – Revista da Fundação Seade, São Paulo, v.10, n.3, p.11-20, jul.set/1996.

METZGER, Pascale; BERMUDEZ, Nury. **El Medio Ambiente Urbano en Quito**. Dirección General de Planificación del Municipio del Distrito Metropolitano de Quito, Institut Français de Recherche Scientifique pour le Développement en Coopération (ORSTOM). Impresora Polar. Quito, Ecuador, 1996.

MISOCKY, Maria Ceci; OLIVEIRA, Romualdo Paz de; PASSOS, Rafael P dos. **Reflexões sobre a autogestão a partir da experiência da Cidade**. In: Colóquio Internacional sobre Poder Local (9.: 2003: Salvador, BA). [Anais...] Gestão XXI, Gestão Social e Gestão do Desenvolvimento. Salvador: Núcleo de Estudos sobre Poder e Organizações Locais, 2003. 1

CD-ROM: il.

MOURA, Maria S.; MEIRA, Ludmila; BARRETO, Itana; CARDOSO, Thiago; LIRA, Fábio. Desafios Metodológicos para o Estudo de Empreendimentos Solidários. In: **Colóquio Internacional sobre Poder Local** (9:2003:Salvador,BA). [Anais...]. Salvador: NEPOL, 2003. artigo 004, p.1-11.

NAKANO, Marilena. Anteg: autogestão como marca. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p.65-80.

OLIVEIRA, Francisco. **Os direitos do Antivalor**: a economia política da hegemonia imperfeita. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

PINHO, José Antônio G. de; SANTANA, Maercejane W. O Governo Municipal do Brasil: Construindo uma nova Agenda na Década de 90. In: FISCHER, Tânia. **Gestão do Desenvolvimento e Poderes Locais**: Marcos Teóricos e Avaliação. Salvador: Boa Terra, 2002.

PINHO, José Antônio G. de; SANTANA, Mercejane W. Inovação na Gestão Pública no Brasil: uma aproximação teórico-conceitual. In: **ENANPAD**, 22, Anais. Foz do Iguaçu, 1998.

PMPOA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Papel Social**: Faça o seu. Compre o nosso, 2003.

PMPOA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Projeto Integrado de Qualificação do Sistema de Coleta Seletiva e Triagem de Resíduos Sólidos do Município de Porto Alegre**: Central de Comercialização de Materiais Recicláveis, 2002.

PMPOA – Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Projeto Integrado de Qualificação do Sistema de Coleta Seletiva e Triagem de Resíduos Sólidos do Município de Porto Alegre**: Central de Comercialização de Materiais Recicláveis, 2003 (Projeto Atualizado).

POCHMANN, Márcio. O Mundo do Trabalho em Mudança. In: NABUCO, Maria Regina; CARVALHO NETO, Antônio. **Relações de Trabalho Contemporâneas**. Belo Horizonte: PUC/MINAS, 1999, p.39-58.

POSTHUMA, Anne Caroline; LOMBARDI, Maria Rosa. Mercado de Trabalho e Exclusão Social da Força de Trabalho Feminina. In: **São Paulo em Perspectiva**. V.11, n.1, 1997.

PRANDINI, Fernando Luiz. **A superação dos desafios ambientais das cidades**: novos conceitos e políticas. Revista Engenharia. Instituto de Engenharia. num. 501, 1994. ISSN 0013-7707, Brasil.

RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, M. e GUTIÉRREZ, F. (Orgs.). **Educação comunitária e economia popular**. São Paulo: Cortez, 1993. (Coleção questões da nossa época; v.25), p. 34-58.

RAZETO, Luis. **Los caminos de la economia de solidaridad**. Buenos Aires: Lumen-Hymanitas, 1997.

RAZETO, Luis. O Papel Central do Trabalho e a Economia de Solidariedade. **Revista Proposta**, n.º 75, dez/fev. de 97-98.

ROESCH, Sylvia M. A. **Projeto de Estágio e de Pesquisa em Administração**: guia para estágios, trabalhos de conclusão, dissertações e estudos de caso. São Paulo: Atlas, 1999.

RUBERG, C.; PHILIPPI JR., A. **O Gerenciamento da Coleta Seletiva em Cidades Brasileiras**. São Paulo: FAU/USP, 1998.

SANCHES, Suely. **Urban engineering leading the way to urban quality**. In: International Exhibition of Environmental Technology, 1., 1995, Rio de Janeiro, RJ. **Anais...** Rio de Janeiro: ENVIRONTECH/ECOURBS, 1995. 1v. v.1, p.4-5.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Democracia e governo local**: dilemas e reforma municipal no Brasil. Rio de Janeiro: Revan: FASE, 2001.

SANTOS JUNIOR, Orlando Alves dos. **Por um novo modelo de planejamento e gestão das cidades**. Rio de Janeiro: FASE/UFRJ-IPPUR, 1995.

SECRETARIA ESPECIAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO DA PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA – SEDU. **Sistemas de Coleta Seletiva de Resíduos Sólidos Urbanos**: Orientações Básicas. (s/d).

SELLTIZ *et al.* **Métodos de pesquisa nas relações sociais**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

SILVA FILHO, José Carlos L. **Gestão Municipal Ambiental**: O Caso da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Dissertação de Mestrado. Porto Alegre: UFGRS, 2000.

SILVA JÚNIOR, Jeová Torres; FRANÇA FILHO, Genauto C. de. **Fato Associativo e Economia Solidária**: A Experiência do Banco Palmas no Ceará. 2002. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

SILVA, Gabriela S.; VINHAS, Ana Paula. A Economia Solidária como Alternativa ao Desenvolvimento Econômico. In: Anais do XXVIII ENANPAD, Atibaia, SP, 2003.

SINGER, Paul. Desafio à solidariedade. In: GUIMARÃES, Gonçalo (org). **Sindicalismo & Cooperativismo**: a economia solidária em debate – Transformações no mundo do trabalho. Rio de Janeiro: Unitrabalho, 1999.

SINGER, Paul. Economia Solidária. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, 116-125.

SINGER, Paul. Economia Solidária: um modo de produção e distribuição. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000, p. 11-28.

SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Programa de Ação** – Geração de Trabalho e Renda. 2004.

SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Programa de Ação** – Geração de Trabalho e Renda. 2004.

SMIC – Secretaria Municipal da Produção, Indústria e Comércio. Prefeitura Municipal de Porto Alegre. **Relatório de Diagnóstico SMIC** – Políticas para a Área de Reciclagem, 2003.

TAUILE, José Ricardo. **Do socialismo de Mercado à Economia Solidária**. Disponível em: <http://www.ecosol.org.br>. Acesso em: 3 de fevereiro de 2004.

TAUILE, José Ricardo; DEBACO, Eduardo Scotti. **Autogestão no Brasil**: a viabilidade econômica de empresas geridas por trabalhadores. VII Encontro Nacional de Economia Política e II Colóquio Latino-Americano de Economistas Políticos. 30 de maio de 2002, Curitiba.

TCHOBANOGLIOUS, G.; THEISEN, H.; VIGIL, S. **Integrated solid waste management: engineering principles and management issues**. Singapore: McGraw-Hill, 1993.

TERÁN, Ivonne P. G.. **Resíduos Sólidos Urbanos**: um Estudo de Caso para a Cidade de Quito - Equador. Curso de Pós-Graduação em Engenharia Civil da Universidade Federal do Rio Grande do Sul: Porto Alegre, 1998. (Dissertação de Mestrado).

TIRIBA, Lia Vargas. Economia Popular e produção de uma nova cultura de trabalho: contradições e desafios frente à crise do trabalho assalariado. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. Petrópolis (RJ): Vozes, 1998.

TIRIBA, Lia. A economia popular solidária no Rio de Janeiro: tecendo os fios de uma nova cultura do trabalho. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo de. **A economia solidária no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2000.

TRIVIÑOS, A. N. S. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Atlas, 1987.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

VAINER, Carlos. Controle Político ou Utopia Experimental? Unitrabalho Informa, ano III, n 10, janeiro 2000. In: <http://www.unitrabalho.org.br> .

WAUTIEZ, Françoise; SOARES, Cláudia L. B.; LISBOA, Armando de M.. Indicadores da economia social. In: CATTANI, Antônio D. (org). **A Outra Economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003, 177-183.

WELLS, C.; D'ALMEIDA, M. L. O.; SCHNEIDER, D. M. Segregação de Materiais. In: Instituto de Pesquisas Tecnológicas do Estado de São Paulo – IPT. Compromisso Empresarial para Reciclagem – CEMPRE. **Lixo Municipal**. Manual do Gerenciamento Integrado. Ago.

1996. 278p. p. 127-142.

WELLS, Christopher (Comp.). **Cadernos de Reciclagem** – O Papel da Prefeitura nº 2. Compromisso Empresarial para a Reciclagem – CEMPRE. Editora Index. Brasil, 1993.

ZABALA, Guillermo. Desemprego Estrutural, Desemprego Tecnológico: Análise e Reflexões para o Debate. DIEESE. **Emprego e Desenvolvimento Tecnológico: Brasil e Contexto Internacional**. São Paulo: DIEESE, 1998, p. 93-120.

ZEPTER, Mariluce (Org.). In: Encontro de Prefeitos de Metrópolis Latino-Americanas sobre Gestão e Tecnologias de Resíduos, 1., 1992. Seminário Internacional de Gestão e Tecnologia de Tratamento de Resíduos, 1., 1992. Mostra Internacional de Tecnologia de Tratamento de Resíduos, 1., 1992, São Paulo, SP. **Anais...** São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1992.

A N E X O S

ANEXO 1

PERÍODO DE ABRANGÊNCIA DA INVESTIGAÇÃO: Do momento em que foi implantada a coleta seletiva em Porto Alegre (início dos anos 90) até hoje.

ESTUDO EXPLORATÓRIO:

I - ENTREVISTA

Entrevistar pessoa a ser definida, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, para uma primeira aproximação.

Qual o montante de resíduos sólidos gerados diária, ou mensalmente na Região metropolitana de Porto Alegre (RMPOA)?

Existe uma política específica e uniforme para todos os municípios da RMPOA?

Não (____)

Sim (____)

No que consiste essa política?

Qual o montante de resíduos sólidos gerados diária, ou mensalmente em Porto Alegre?

Existe uma política específica da Prefeitura de Porto Alegre (PMPOA) para o tratamento de resíduos sólidos?

No que consiste essa política?

Quando ela foi instituída?

Quais as ações realizadas no âmbito dessa política?

Quem são os parceiros (organismos do setor público, empresas e outros atores envolvidos) da PMPOA nesse processo?

O PREÂMBULO: O lixo é fonte de renda para grupos de pessoas.
Gostaríamos de saber, agora, se a PMPOA tem ações específicas voltadas para as pessoas que trabalham com a triagem e reciclo dos resíduos.

Não ()

Sim (). Quais são elas?

Quem são os órgãos da PMPOA, que participam dessas ações?

O Orçamento Participativo (OP) tem algum envolvimento com esse processo? Qual?

Existem outros organismos oficiais, ou não, que promovem ações específicas para esses grupos sociais? (por exemplo: a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio)
Nesse caso quem são eles?

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico e desenvolve ações específicas para esses grupos? Quais são elas?

E quais as ações que realizam?

O Orçamento Participativo (OP) tem alguma relação com esse processo? Qual?

ANEXO 2

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Alexandre Stole – PIEC

- Cargo/ Subordinação
- Dados do site estão atualizados?
- Quando?
- Unidades de Triagem:
- Já estão construídas?
- Onde se localizam?
- Quem construirá? Financiado pelo PIEC?
- Como se chegou a estas usinas?
- Quem fez este estudo?
- Quais os critérios para a criação destas usinas?
- Quem será selecionado?
- Quais critérios?
- N° de beneficiados?
- Quem equipará as usinas?
- Capacitação: Quem capacitará os associados?
- Há condições obrigatórias para eles? Há alguma contra-partida?
- Linha temporal das Associações.
- Algum material que poderia ser disponibilizado?

ANEXO 3

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Mayra Huergo - DMLU

De acordo com a entrevista realizada com a senhora, ao DMLU sempre coube a capacitação sobre o tratamento com os resíduos sólidos. Como está estruturada o programa de capacitação do DMUL? É o próprio DMLU que realiza esta capacitação? Há ONGs e outros organismos do poder público envolvidos? Quais os critérios para a elaboração do conteúdo programático desta capacitação?

O DMLU construiu alguns dos galpões das associações. Há previsão da construção de novos galpões? Quais critérios são adotados para a criação de novas associações e, conseqüentemente, novos galpões?

O DMLU tem algum programa de apoio à aquisição dos materiais necessários à separação? Quando da construção dos galpões, o DMLU fornece os equipamentos? Quem fornece? Quais os equipamentos necessários ao serviço? Há alguma diferença entre os equipamentos e galpões das associações?

Existem convênios firmados com o CEFET – Pelotas e a Copesul em prol da capacitação técnica e de gestão dos catadores. No que consistem estes convênios?

A ação do DMLU é integrada e igual em todas as associações, ou há diferenças pontuais entre elas? Quais?

Quais as ações do DMLU em relação à coordenação da rede de reciclagem? O DMLU coordena ou outros atores sociais são responsáveis? Como isto se dá? Convênio?

Também estou traçando uma linha temporal na criação das associações de reciclagem, gostaria de saber se tu conheces a história da sua formação. Principalmente nas questões referentes à formação da associação, como os critérios necessários à composição de uma nova associação.

ANEXO 4

ROTEIRO DE ENTREVISTA:

Sr. Machado – DMLU

Usina:

Cargo/ Função

De onde surgiu a idéia da usina? O porquê da usina?

Critérios para construção do tipo de usina? Localização?

Qual foi a estratégia de implantação da usina? Equipamentos? Público-Alvo? Vendas? Potencial?

Dificuldades?

Situação Atual?

Processo de Licitação? Como está funcionando?

Projeção de funcionamento?

Qual o envolvimento do DMLU?

E da SMIC?

Capacitação para o pessoal trabalhar na usina? Catadores vão trabalhar lá? Quem fará esta capacitação? Critérios pra escolher o “capacitador”?

Como será feito o gerenciamento da usina?

CENTRAL DE COMERCIALIZAÇÃO

Qual a participação do DMLU?

Capacitação dos catadores?

Auto-gestão? Quem gerenciará? Quem organizará?

Fundo de investimentos gerido pelo DMLU? como funcionará? o DMLU fará parte de algum conselho de administração da central?

Equipamentos?

Critério para a participação das associações?

Divulgação?

Fórum criado ou regido pelo Dmlu?

Capacitação será feita pelo DMLU? ONG? Quem? Quais os critérios da escolha?